

# SEMINÁRIO

## FAMÍLIA (S) – UM OUTRO OLHAR

ATAS

2014

Vila do Porto  
município





# SEMINÁRIO

## FAMÍLIA (S) – UM OUTRO OLHAR

### ATAS

2014



Antes de imprimir este documento  
pense se é mesmo necessário.

**Proteja o ambiente!**

Poupe energia e recursos.

## **TÍTULO**

SEMINÁRIO FAMÍLIA (S) – UM OUTRO OLHAR

ATAS 2014

## **ORGANIZAÇÃO**

### **INSTITUCIONAL**

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE SANTA MARIA, E.M., S.A.

### **TÉCNICA**

CRISTINA MOREIRA

LEONOR BATISTA

### **ORADORES**

CARLOS CRUZ

LISSA FIGUEIREDO

CRISTINA ALMADA

DIANA FERREIRA

PEDRO GOMES

PAULO BAPTISTA

JOANA LOURA

### **MODERADORES**

RUI ARRUDA

ROBERTO SOUSA

### **REVISÃO DO TEXTO**

DANIEL GONÇALVES

### **GRAVAÇÃO DO SEMINÁRIO**

ROBERTO FREITAS

COM A PRESENÇA DE CARLOS RODRIGUES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE SANTA MARIA, E.M. S.A.

**VILA DO PORTO, 2015**

## ÍNDICE GERAL

NOTA INTRODUTÓRIA.....	1
SESSÃO DE ABERTURA.....	3
<b>PAINEL I .....</b>	<b>9</b>
CONFERÊNCIA I EVOLUÇÃO DA FAMÍLIA NUMA PERSPETIVA HISTÓRICA / SOCIOLÓGICA.....	12
CONFERÊNCIA II SUPORTE FAMILIAR.....	22
CONFERÊNCIA III SUPORTE FAMILIAR EM SITUAÇÃO DE CRISE .....	34
<b>PAINEL II .....</b>	<b>45</b>
CONFERÊNCIA IV LIMITES E DESAFIOS DO SUPORTE FAMILIAR.....	48
CONFERÊNCIA V FAMÍLIA NUMA PERSPETIVA JURIDICA: EXPERIÊNCIA, DESAFIOS E DIFICULDADES .....	64
CONFERÊNCIA VI FAMÍLIA ENQUANTO ESPAÇO DE PERIGO/RISCO PARA AS CRIANÇAS/JOVENS A INTERVENÇÃO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO (CPCJ).....	84
CONFERÊNCIA VII FAMÍLIA ENQUANTO ESPAÇO DE CONFLITO .....	98
<b>SESSÃO DE ENCERRAMENTO.....</b>	<b>113</b>

## **ÍNDICE DE ANEXOS**

SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR E INSTITUCIONAL DA ILHA DE SANTA MARIA .....	A
---	---

## NOTA INTRODUTÓRIA

Como forma de assinalar o Dia Internacional da Família na ilha de Santa Maria o Município de Vila do Porto promoveu o Seminário *FAMÍLIA (S) – Um Outro Olhar* – no dia 31 de maio de 2014.

O objetivo deste Seminário foi sensibilizar a comunidade mariense para os diversos espaços e contextos da Família, proporcionando um espaço de partilha de saberes técnicos e científicos sobre este tema, de um ponto de vista científico acessível.

Também foi objetivo do Seminário valorizar o conhecimento técnico e a experiência prática dos profissionais a exercer atividade nas várias áreas de intervenção ligadas à Família na ilha de Santa Maria.

Por fim, constituiu objetivo, desde o planeamento do evento, compilar as diversas intervenções proferidas no Seminário, a fim de se manter e divulgar os assuntos expostos, proporcionando a sua consulta futura à população em geral.

Todas as exposições foram transcritas. Os textos aqui presentes correspondem ao discurso dos oradores e foram alvo de edição por parte dos oradores. Ressalva-se que não foram transcritos para este documento os períodos de debate e contributo do público.

O documento encontra-se dividido em 4 partes: a sessão de abertura, o conjunto das conferências do período da manhã, o conjunto das conferências do período da tarde e a sessão de encerramento. A gravação original do Seminário poderá ser consultada na Biblioteca e Arquivo Municipal de Vila do Porto.

Paralelamente ao Seminário estava patente o resultado da sensibilização efetuada à comunidade escolar e institucional da ilha de Santa Maria, em forma de exposição, com vários cartazes alusivos ao tema da família. Foram parceiros nesta atividade a Escola Básica e Secundária de Santa Maria, a Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, o Recolhimento de Santa Maria Madalena, a Associação de Desenvolvimento e Solidariedade Social Mariense - Salvaterra e o Grupo Sénior de Santa Maria. Em anexo ao presente documento fica o registo de todos os cartazes em exposição.

O Seminário também serviu de palco para a entrega do prémio à família vencedora do passatempo efetuado na rede social *Facebook*, que consistiu na partilha de fotografias e reflexões sobre o tema da família, fazendo esta atividade parte integrante da sensibilização efetuada à comunidade mariense na rede social mencionada.



# SESSÃO DE ABERTURA

**RUI ARRUDA**

MODERADOR PAINEL DA MANHÃ  
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ILHA

Bom dia a todos.

Em primeiro lugar gostaria de destacar a iniciativa desta organização da Câmara Municipal de Vila do Porto e da Empresa Municipal.

Um cumprimento especial ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto e às senhoras e senhores oradores.

Da minha parte gostaria de dizer que foi um privilégio ter sido convidado para moderar este debate. Se alguma coisa correr mal da minha parte, não me levem a mal, é uma primeira experiência neste campo.

Este Seminário é dedicado à *Família, um outro olhar*. Vem na sequência das comemorações do Dia Internacional da Família, que foi celebrado no dia 15 de maio. Também na sequência de uma resolução das Nações Unidas de 1993, que por sua resolução ficou instituído que este dia seria o dia da comemoração do Dia Internacional da Família.

Seguindo o programa que está definido para este Seminário, dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Carlos Rodrigues, para dar início à sessão de abertura.

**CARLOS RODRIGUES**

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO  
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE  
SANTA MARIA, E.M. S.A.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Minhas senhoras,

Meus senhores,

Ilustres convidados.

É um prazer estar aqui ladeado de belezas que além de bonitas são pessoas muito competentes nas suas áreas. Pena não termos aqui uma plateia mais preenchida, principalmente os nossos Presidentes de Junta de Freguesia.

Permitam-me a informalidade, mas vocês já me conhecem, não sou muito formal. Acho que este tema é um tema que qualquer pessoa falar dele sem fazer muitas pesquisas na internet e sem investigar muita coisa.

Queria em primeiro lugar dar aqui uma palavra de apreço à Cristina e à Leonor. Vocês sabem, com certeza, que a Leonor é estagiária na área social na empresa municipal e tem feito um excelente trabalho. Aliás, como o nosso Vereador Ezequiel Araújo, que provavelmente estará logo para encerrar este dia, que é um homem que debita muito trabalho, mas trabalha na sombra, quase invisível e que a maior parte das pessoas não conhece, mas é uma pessoa com uma capacidade de trabalho extraordinária e a quem esta ilha deve muito. Para quem não sabe, ele foi o pai do desporto e de tudo o que se passa na área desportiva em Santa Maria. Foi meu aluno e é um rapaz que hoje tem 50 anos. Mas eu pego na área do desporto, porque isto tudo tem a ver com a família.

Ao fim e ao cabo, porque a maior parte das famílias se libertam dos miúdos ao fim de semana nos pavilhões desportivos desta terra, saem de manhã e regressam à noite e isso é um trabalho, na minha opinião, extraordinário porque o desporto é das áreas mais educativas que existe, porque além de fazer bem à saúde, que era o que se precisava nesta altura, ocupa as pessoas, faz bem à mente, obriga a respeitar os outros, ensina como se espera pela sua vez, enfim, por aí fora. E ele teve o condão de deixar uma estrutura montada que se tornou autónoma rapidamente, assim tivesse

acontecido em outras áreas. Deixou atletas aptos, treinadores inteligentes, tudo dentro das camadas jovens.

Eu fui buscar o desporto precisamente para chegar aos pais, que são a família, cuja maioria, infelizmente, não participa nestas atividades, assim como não participa nas atividades da escola, uma área onde passei também muitos anos, que só se lembram de Santa Bárbara quando faz trovões. Quando o menino não atinge os objetivos que o pai queria, quando o professor deu uma repreensão mais apertada é que a maioria dos pais aparece na escola.

Estes fóruns, estes eventos, devem servir fundamentalmente para discutir estas coisas e não ter medo de chamar as coisas pelos verdadeiros nomes. A gente tem muita preocupação de ferir susceptibilidades, mas, com respeito, temos de dizer aquilo que pensamos e aquilo que é para ser dito.

Também gostava de dizer qual é a minha opinião sobre o trabalho que tem sido feito de um modo geral. Obviamente que não conheço tudo profundamente, mas julgo que, ao contrário de alguns, algumas aves agoirentas, que apregoam por aí, Santa Maria tem dado passos de gigante a muitos níveis e basta olhar para esta sala. Esperemos é que nos seja permitido e que as instituições nacionais e regionais permitam que se dê continuidade a este trabalho e que se possa manter ao serviço a maior parte das jovens que estão a prestar um excelente desempenho nesta área; a toda esta gente, às pessoas que estão aqui ao meu lado, às pessoas que estão nesta sala, desde a área social, por parte da psicologia, da habitação.

Ao meu lado está o Presidente do Conselho de Ilha a moderar este debate, e esse Conselho de Ilha fez um trabalho, aqui há pouco tempo, onde teve a preocupação de ouvir as pessoas que trabalham na área social, para perceber o que cada um faz. Porque isso é importante, e às vezes dá a sensação que andamos vários a fazer a mesma coisa e depois os resultados não são aqueles que nós esperamos e se nos conseguíssemos sentar mais vezes, trocar impressões e perceber o que é que cada um faz, de certeza que iríamos atingir os nossos objectivos e todos os resultados.

Pela parte do Município, fazemos questão de chegar a todos, e acho que, ao fim e ao cabo, conseguimos-lo quase sempre, mas, infelizmente, não temos respostas para todas as situações. Não temos uma varinha mágica que nos permita fazer um *clic* para o problema de todas as pessoas.

Acho que temos feito um esforço enorme para estar junto das famílias, ajudar naquilo que está ao nosso alcance para o melhor bem-estar das famílias, tentando ouvir as pessoas que estão mais ligadas a esta área. Posso, rapidamente enumerar algumas.

Temos feito um esforço financeiro muito grande para manter a nossa actividade com aqueles “jovens”, que estão ali (grupo de idosos) a representar um grupo que tem muita actividade nesta ilha, coordenados pela Cristina. Tem-nos dado um prazer enorme, porque temos visto gente que, se não andasse, se não participasse nestas actividades, se calhar já andava de bengala ou estava em casa sentadinho no sofá com uma mantinha a ver aqueles concursos da SIC. A minha mãe quando era viva, já assim com os fusíveis um bocadinho avariados, dizia que precisava daquela “caixinha” para ligar lá para aquela senhora que dava dinheiro.

O apoio que temos dado à habitação, em pequenas reparações, pequenas obras, e digo isto sem qualquer vaidade, não estou a fazer campanha política, vocês sabem que isso já passou, e depois cada um é que tira as suas ilações no devido tempo, estas ações têm melhorado as condições de vida a umas dezenas largas de famílias, pois pequenas reparações, até um valor de cinco ordenados mínimos, fazem muita diferença. Mas o que é certo aqui é que se tem conseguido quase alguns milhares e isso faz com que se dê trabalho a muita gente e isso também faz parte de ter trabalho para sustentar a família, que é o principal de qualquer família.

Também, com a Dr.<sup>a</sup> Lissa, temos tido alguma parceria, obviamente com a entidade que ela representa (Unidade de Saúde de Ilha), mas com a interferência dela. Gostaríamos de ter possibilidades apoiar muitos mais, mas penso que neste momento já estão dois em tratamento (desintoxicação), um pelo menos está e o outro tem carta branca para ir quando quiser, não é? Pessoas que andam noutros mundos perigosos e a Câmara tem disponibilizado uma verba para essas pessoas se irem tratar, em parceria com outras instituições regionais, porque sozinhos não conseguiam.

Julgo que se podia fazer mais coisas. Às vezes, se as pessoas que tem algumas responsabilidades, se preocupassem menos com a política e tivessem a tal abertura para, resolviam-se mais situações.

Também através dos *Lions*, instituição que vocês conhecem, atribuímos um apoio financeiro considerável que permite à Associação dos Amigos de Santa Maria, sediada na ilha de São Miguel, ter uma casa de aluguer com quatro quartos que pode receber pessoas que vão doentes e não têm condições financeiras para ir para os hotéis e pensões e até mesmo para algum estudante que, que tenha mais necessidades para ficar lá hospedado.

Além disso estamos neste momento a apoiar quatro jovens que estão a tirar um curso superior no Continente, com uma bolsa de estudo que não é uma fortuna mas são 150.00 € por mês a cada um, que totaliza durante 10 meses o valor de 1.500.00 €,

vezes quatro são 6.000.00 € e vezes 4 anos são 24.000.00 €. Isto sempre com a entrada de quatro todos os anos. Obviamente, o que se exige e o que se pede é que tenham bom aproveitamento e acho que não é pedir muito, mas tenho a certeza absoluta que esse retorno é garantido.

Finalmente, queria agradecer muito a participação de toda esta gente. Gostava que a sala estivesse mais composta, mas o importante é os que cá estão, que participem com o seu contributo e espero que saia daqui alguma directiva, nem que seja só nossa, interna, de Santa Maria, onde a gente consiga depositar as nossas propostas, as nossas ideias, em que cada um possa dar o seu contributo. Depois, será, certamente, tudo muito mais fácil.

Obrigado e um bom trabalho.



# **PAINEL I**

(PERÍODO DA MANHÃ)

## **MODERADOR**

RUI ARRUDA

## **ORADORES**

CARLOS CRUZ

EVOLUÇÃO DA FAMÍLIA NUMA PERSPETIVA HISTÓRICASOCIOLOGICA

LISSA FIGUEIREDO

SUPORTE FAMILIAR

CRISTINA ALMADA

SUPORTE FAMILIAR EM SITUAÇÕES DE CRISE



## ORADOR

### CARLOS LUÍS MARQUES CASTANHEIRA DA CRUZ

Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no Brasil.

Trabalhou como docente do 3º Ciclo e Secundário no Rio de Janeiro entre 1991 e 2007 no ensino particular e público (municipal, estadual e federal).

Pesquisa fortificações portuguesas no mundo desde 1987 e, além da docência, acumula experiência nas áreas de pesquisa (documental e iconográfica) e divulgação nos temas de Educação, História, Património, Turismo, Arquitetura e História Militar, e Relações Internacionais nomeadamente ligadas à lusofonia.

Sócio do Instituto Açoriano de Cultura e desde 2007 trabalha como Docente contratado pela Direção Regional da Educação e Formação, lecionando História (3º Ciclo e Secundário) e Sociologia (Secundário) na Escola Básica e Secundária de Santa Maria.

# CONFERÊNCIA I

## EVOLUÇÃO DA FAMÍLIA NUMA PERSPETIVA HISTÓRICA / SOCIOLÓGICA<sup>1</sup>

Para falar da família numa perspetiva histórica/sociológica, vamos iniciar pela apresentação e análise da pintura (óleo sobre tela), “*Die Familie des Notars Dr. Josef August Eltz*”, de Ferdinand Georg Waldmüller (1835). Nela observamos uma família burguesa em pleno século XIX. Trata-se de uma obra que se inscreve no Romantismo e que representa uma família, com destaque para a figura do esposo, da esposa e dos seus 8 filhos, recordando que, à época, as famílias eram sim, numerosas...

O que o pintor procurou mostrar em sua obra é uma visão de prosperidade, de felicidade, de tranquilidade, de harmonia, em suma, o ideal de uma família perfeita. É um bonito quadro, ainda hoje, e que procura evocar esses sentimentos e valores: prosperidade, ternura, segurança, confiança.

Observemos que, embora na vida real nem todas as famílias sejam como esta, a imagem da pintura é poderosa, tão poderosa que quando pensamos em família, pensamos numa semelhante a esta. Cada um de nós, apesar de todos os problemas, de todas as dificuldades no seio da própria família, idealizamo-la e percebemo-la como esta ou desejaríamos, íntima e secretamente, que a nossa família fosse assim.

### **E o que é uma família?**

É um grupo de pessoas, ou um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco, de afinidade ou, modernamente, o que um Sociólogo definiria como coresidência ou consumo partilhado. Em nossos dias são comuns famílias compostas por pessoas que vivem juntas, sem que haja, necessariamente, laços de sangue ou de parentesco hereditário.

### **Qual é a função da família?**

Observemos uma pirâmide de Maslow, pesquisador que estudou tanto o Comportamento Humano como as suas motivações na área da Psicologia. Maslow categorizou as necessidades humanas apresentando-as na forma de uma pirâmide.

No seu patamar inferior encontram-se as necessidades básicas que precisamos atender: as necessidades fisiológicas. Em seguida estão identificadas as necessidades de segurança e proteção. Satisfeitas essas duas primeiras, colocam-se as necessidades sociais, de comunicação. Aqui podemos citar como exemplo o

---

<sup>1</sup> Texto revisto pelo orador.

impacto que o *Facebook* tem em nossas vidas, hoje. Segue-se a necessidade de estima e, finalmente, no topo dessa pirâmide, como culminância, a mais importante necessidade humana, a de autorrealização.

Sem entrar na crítica atualmente feita à teoria de Maslow - se essas necessidades são culminantes ou se acontecem em paralelo -, recordamos que é a família quem atende as necessidades de cuidados, pessoais, de proteção, de socialização, de afeto, de reprodução e de educação dos indivíduos.

Normalmente acredita-se que a família tem a função precípua de proteger e formar as crianças e jovens. Entretanto necessidades existem enquanto cônjuges, enquanto pais/mães, enquanto idosos ou inválidos, e também essas são quotidianamente atendidas no seio da família.

### **Organizações familiares**

Numa visão antropológica, as organizações familiares podem ser divididas em dois grandes grupos ou tipos:

- A família conjugal ou parental: pai, mãe, filhos.
- A família alargada ou estendida, onde além do pai, da mãe e dos filhos, também se habita com os avós, os tios, primos, cunhados, genros, noras...

Numa perspectiva ainda mais alargada deste último grupo de famílias, chegamos ao conceito de comunidade. Uma comunidade é um grupo de famílias. Ao pensarmos em nossa comunidade [Vila do Porto], contamos centenas de famílias. Se continuarmos a alargar esse grupo teremos uma nação, um país, e mais além, o conceito que McLuhan inaugurou, o da “aldeia global”.

Ao final, alcançaremos o conceito filosófico de “humanismo”. A família – à escala ou conforme os referenciais que adotemos – proporciona-nos o desenvolvimento que nos leva à escala planetária. Sou Humano, compartilho determinados valores filosóficos, humanistas, que vivo e pratico no seio da minha própria família, aplico-os na minha comunidade, aplico-os em minha pátria, aplico-os ao meu planeta...

### **A Pré-história**

Quando estudamos os enterramentos da pré-história, percebemos que os corpos foram colocados numa determinada posição, com as suas vestes, adornos, armas, alimentos, tudo aquilo que o falecido iria necessitar na sua vida além-túmulo. Isso era feito pelos seus familiares e amigos, porque aquela pessoa, de alguma maneira, estava envolta em cuidado, preocupação, carinho. Esta pessoa fez a sua última

viagem envolta por estes sentimentos, que identificamos naturalmente no seio de uma família.

A imagem projetada é de uma pintura rupestre do sítio arqueológico de “Tassili” na Líbia. Nela vemos pessoas a caçar em grupo, do mesmo modo como vamos à pesca com os nossos familiares, com os nossos amigos. A outra imagem é a da “Vénus de Willendorf” na Alemanha, uma pequena estatueta do tamanho de um punho. Ela é uma figura feminina, de formas cheias, arredondadas, que certamente se liga à maternidade. Esta denota ser uma mãe, poderosa, forte, uma mãe que tem recursos suficientes para assegurar a manutenção da sua prole, da sua descendência.

Não sabemos praticamente nada a seu respeito, a não ser que existem muitas dezenas de exemplares semelhantes espalhadas por todo o território da Europa. Imaginamos que pertenciam a algum tipo de culto ou prestavam algum tipo de homenagem, do que nós, em nossos dias, chamamos “Deusas-mães”, imagens que estão associadas à maternidade, à fertilidade.

Por que razão foram esculpidas ou entalhadas? Porque naquele tempo era muito importante que a espécie sobrevivesse. Não sabemos se essa sociedade possuía uma estrutura patrilinear, ou seja, se a sua continuidade era assegurada pela figura de um pai, ou se era matrilinear, através de uma mãe. O fato é que, mesmo que não houvesse a certeza da paternidade da criança, havia a certeza da sua maternidade o que nos leva a pensar que as famílias possivelmente estivessem ligadas a uma descendência matrilinear.

No momento em que a humanidade faz a transição do nomadismo para a sedentarização passamos a ter o que Karl Marx definiu como propriedade privada: o nosso campo, a nossa plantação, a nossa colheita, o nosso boi, a nossa vaca, a nossa ovelha, a nossa cabra. Temos agora a nossa casa, uma posse da família, do chefe de família.

Definida a propriedade privada, o casamento passou a ser monogâmico: era necessário assegurar a legitimidade da prole, a transmissão do património. Passa a existir uma noção de posse, de exclusividade da família.

## **A Mesopotâmia**

Noah Krammer referiu que a história começou na Suméria, pois naquela mancha vermelha no mapa surgiu a civilização. Todos os conceitos fundamentais que trabalhamos até hoje, por exemplo, o de governo, o de igreja, o de exército, o de cidade, o de escola, foram construídos aqui, possivelmente quatro, cinco mil anos antes de Cristo. De lá para cá, em termos sociológicos, pouca coisa dessa magnitude

foi inventada ou acrescentada. Aqui também surgiram as primeiras leis que regularam o casamento e as relações de família.

Como era a família Mesopotâmica? Era uma família que podemos classificar como alargada, que referimos anteriormente como uma macro-família, mas que dentro da cidade-estado à época, existiu como uma família nuclear, marido, esposa e filhos. À época, esta família podia incluir uma segunda esposa ou uma concubina, assim como os filhos naturais e os adotados.

Recordemos que a função efetiva de um casamento é a de constituir, preservar e transmitir a propriedade ou seja, o casamento tem um valor patrimonial, económico e contratual. O código de Hamurabi, o mais antigo texto legal, é um texto em que a questão da posse e transmissão dos bens da família está muito bem caracterizada, assim como as relações contratuais a que chamamos de casamento. Ali estão descritos o que é que são os bens da “casa do pai”, e o que é que pertence a cada cônjuge quando do matrimónio, o que é e a quem pertence o dote, quais são os direitos da esposa, do esposo, o que é que acontece aos filhos, naturais ou não. Em 1800 a.C. a família já possui, documentadamente, amparo legal.

### **No Antigo Egipto**

Apreciemos agora as imagens de um mapa do Antigo Egipto e de uma estatueta de Seneb e sua família. A comparação com a imagem anterior, da família burguesa do século XIX, é natural. Recebemos o mesmo tipo de mensagem: um casal com o mesmo tipo de linguagem corporal. Observe-se o gesto de carinho que a esposa demonstra para com o seu marido. Reparem nas crianças - fruto do casal – com menores dimensões, abaixo. Podemos perceber que há um tipo de sentimento nessa imagem, uma relação. Não sabemos ler hieróglifos nem falar egípcio, mas esta imagem transmite-nos uma mensagem poderosa, a que é impossível ficar alheio.

No Egipto a família também era nuclear: o marido, a esposa e as crianças e, eventualmente, também com uma função de proteção social que se estendia às irmãs viúvas ou solteiras. Comparemos com a família judaica, conforme o Antigo Testamento, a figura do levirato: quando entre dois irmãos, um falecia deixando viúva, esta era desposada pelo sobrevivente, no sentido de assegurar a ela um mecanismo de proteção social.

As mulheres egípcias possuíam mais direitos do que as mulheres da Mesopotâmia, como compreendido pelo historiador grego Heródoto. Após ter visitado o Egipto, ficou muito impressionado com as coisas que viu e registou: “*Há mulheres que compram, vendem e negociam publicamente e os homens fiam, tecem e costuram*”.

## **A antiga Grécia**

Na família da antiga Grécia temos a figura do marido como chefe. A esposa está destinada a ficar em casa, com a função dos cuidados domésticos. Ela deve obediência e respeito ao marido. Os rapazes naquela altura são encaminhados para a vida cívica, as raparigas aprendem as lides domésticas. Este esquema aplica-se apenas à camada dominante da sociedade grega, ou seja, aos que exerciam a cidadania.

## **A antiga Roma**

Observamos um baixo-relevo, possivelmente de um túmulo. Cerca de dois mil anos mais tarde do que a anterior escultura egípcia compreendemos a mesma relação, o mesmo sentimento, a mesma linguagem corporal: o mesmo braço, o mesmo toque, o mesmo modo de se aproximar, de acarinhar, o mesmo fruto daquela descendência: um filho.

Em Roma o conceito de família já não é tão claro. A palavra latina “*familia*” englobava todos aqueles que viviam sob a autoridade do “*pater familias*”, ou seja do pai de família, e significava que aquele homem tinha comando sobre todas as pessoas que viviam na sua casa: a sua esposa, filhos, agregados familiares e os seus “*clientes*”, como era referido naquela altura. Todos habitavam a mesma casa, sob a autoridade dele, quer fosse pessoa da família, cliente ou escravo. A mesma palavra que se refere a casa, o edifício em si, é a palavra “*domus*” que também refere todos aqueles que moravam naquela mesma habitação.

Na antiga Roma temos três estruturas de família distintas: a família nuclear, a família ampliada e a família múltipla. Esta última é uma família unida por diversos contractos de casamento.

Em termos de família, duas figuras destacam-se ainda: a do concubinato e a do “*contubernium*”. A primeira é uma forma de casamento inferior, de segunda categoria, entre uma mulher livre que vive com um homem, mas não é sua esposa. A segunda é a figura da coabitação onde um dos membros do casal é de origem servil, ou seja, um escravo ou uma pessoa de condição social inferior.

Qualquer que fosse a figura, fosse um casamento normal, fosse o concubinato, ou mesmo o “*contubernium*”, essas uniões eram estáveis e se analisarmos as inscrições nos túmulos romanos, em muitos encontram-se frases elogiando a fidelidade ou carinho que a esposa teve com o companheiro durante 20, 30, 40 anos.

## **A antiga China**

Observamos agora a imagem de uma antiga família chinesa. Podemos perceber que é numerosa. Os chineses, uma civilização milenar, tem a família como centro da sua vida social e, nela, a pessoa mais importante é pessoa mais velha. Os pais são responsáveis pela transmissão dos ensinamentos.

A figura do Baguá apresenta os oito trigramas, usados no oráculo chinês I Ching. Cada um deles está associado também a uma pessoa da família.

## **A Europa da Idade Média**

Na Idade Média desenvolveu-se uma família profundamente marcada pela Igreja Católica. Como um historiador disse certa vez, a Igreja comanda a vida da pessoa desde o berço até ao túmulo, ou seja, desde o momento que a pessoa era batizada até ao momento em que era sepultada. Desse modo, a família foi fortemente influenciada pela tradição católica, as uniões sacralizadas ou sacramentadas pelo casamento.

De destacar que não há muita intimidade ou privacidade na Idade Média, ou seja, toda a família convive e dorme sob o mesmo teto. Como o historiador francês Philippe Ariès frisou, as pessoas jamais ficavam a sós.

## **A Idade Moderna**

Expansão Marítima, Descobrimientos, Renascimento, Reforma Protestante... Neste período começam a aparecer as representações das figuras de crianças, em pinturas, estátuas, nas próprias inscrições tumulares, o que significa que as crianças adquiriram neste período um valor que até então não possuíam. Isso era justificado pela elevada taxas de mortalidade infantil e ninguém se apegava a uma criança: até então a peste, a fome, a guerra dizimavam gerações.

A partir da Idade Moderna assistimos a melhorias na agricultura e na alimentação. Elas conduzem, por sua vez, a uma revolução demográfica: as pessoas começam a alimentar-se melhor, a viver mais, e com isso a criança passa a ter um novo valor, percebida de uma nova forma.

## **A Idade Contemporânea**

Na Idade Contemporânea passa haver uma preocupação com as crianças mais aprofundada. A energia do grupo é consumida na educação das crianças. A ideia da infância não é igual, depende da categoria social do indivíduo.

Na imagem vemos uma fábrica, os fusos com as linhas. Quem está a cuidar dessa linha de produção é uma menina com, no máximo sete, oito anos de idade. Sabemos que ela tinha uma jornada de trabalho de 12 a 14 horas por dia.

Na outra imagem, podemos observar meninos da classe superior, em seu palácio. Ali está muito bem marcada a imagem da família: notem-se os retratos na parede da sala. A família nuclear também está presente nesse ambiente: a figura do pai, a da mãe, a das crianças. Podemos apreciar a formação que está a ser dada às crianças: a menina com o seu piano, por exemplo.

## **O século XX**

As duas guerras mundiais trouxeram um profundo ceticismo a respeito do futuro, da filosofia, da ciência, da técnica. A morte atingiu uma escala até então nunca vista, como uma indústria, como produção de massa. E pior do que a morte, os ferimentos, as mutilações.

A mulher ingressou definitivamente no mercado de trabalho, e após o final do segundo conflito mundial o mundo conheceu um “*baby-boom*”. No final da década de 1950 entrou no mercado a pílula anticoncepcional e registou-se uma verdadeira revolução sexual. Pela primeira vez na história os casais podiam fazer amor sem o ónus de uma concepção, sem o medo de uma gravidez indesejada.

Desse modo observamos práticas completamente diferentes em termos de família a partir da década de 1960. A mulher trabalhadora não dependia mais do seu marido para provê-la e a seus filhos – cujo número podia doravante controlar -, fatores até então incontornáveis de sujeição feminina. De agora em diante a mulher podia decidir se deseja manter ou não a sua relação. Regista-se um menor número de casamentos e um maior número de separações, de divórcios. A crise de fé, o sentimento de falta de justiça, de profundo ceticismo levou as pessoas a questionarem uma justiça divina, e a religião deixa de ter o peso que tinha no sentido de manter as relações, de manter aquela sacralidade que vimos afirmar-se a partir da Idade Média. A igualdade entre parceiros passa a ser um pressuposto nas relações.

## **A família hoje**

Partimos da nossa família de origem, a família onde nascemos. Anos mais tarde formamos a nossa família de reprodução, ou seja aquela que escolhemos e que formamos. Existem famílias que são tradicionais. Existem famílias que são recasadas. Existem famílias que podem ser ampliadas, como vimos. Em nossos dias existem famílias monoparentais. Existem famílias desconstruídas, famílias não convencionais...

No caso das uniões sucessivas, indivíduos casados pela segunda, terceira vez, a cada união, caso haja descendência, os filhos são transferidos de família para família. Hoje estão na moda os casamentos de homossexuais, uma conquista em termos de direito e cidadania, em nosso país ainda dependente da de adoção de filhos legalmente. Recordemos que quando um casal homossexual convive, constrói património em comum. Levam as suas remunerações para o lar comum, adquirem casa, adquirem veículo, constituem património, formam poupanças. Em caso de necessidade ou de doença de um destes cônjuges, o outro necessita intervir, cuidar, atender. Vai arcar com despesas, vai necessitar do sistema público de saúde ou de previdência, caso o outro venha a faltar... Sem a figura do casamento, do contrato – com direitos, deveres, obrigações - tudo o que foi construído durante uma vida em comum simplesmente perde-se. Na discussão sobre conveniências ou convenções sociais, por vezes isso não se compreende, nem os meios de comunicação social não dão a compreender este tipo de necessidade, este tipo de realidade.

Existem as situações de pais com filhos mas sem parceiros – homem ou mulher. Existem as chamadas “Barrigas de aluguer”, o que é feito através de um contrato, de uma encomenda.

Existe hoje uma outra figura, reforçada pela crise económica, que são, por exemplo, as duplas de mães solteiras, pessoas comuns que por motivações económicas para poderem gerir de maneira melhor o que recebem e o que gastam, vão compartilhar as despesas de moradia e da criação de filhos.

### **Prós e contras...**

A subordinação feminina e dos filhos foi, e ainda é, uma maneira de proteger mulheres, crianças e idosos contra a violência, cada vez maior no mundo. Se por um lado a família conserva as tradições, também é um espaço de elaboração de projetos para o futuro, a partir do momento em que os pais incentivam a inovação, e a própria ousadia dos seus juvenis.

Ao mesmo tempo em que pode representar um núcleo de tensões e conflitos a família também é um lugar em que se obtém segurança, realização, amor, carinho...

Madre Teresa de Calcutá, a respeito da pobreza, o maior fantasma que nos assombra nos atuais dias de crise, em que discutimos “troika”, “pós-troika”, desemprego, aumento de impostos e tudo o mais que nos ameaça e nos assusta, referiu que “*Às vezes pensamos que a pobreza é apenas fome, nudez e desabrigo. A pobreza de não ser desejado, não ser amado e não ser cuidado é a maior pobreza. É preciso começar em nossos lares o remédio para esse tipo de pobreza*”. (grifo nosso)

O que vimos ao longo desta apresentação é que a família continua a ser o tijolo, a pedra fundamental sobre a qual temos feito a transmissão da nossa cultura, dos nossos valores. Se não conseguirmos cuidar dessa menor parte - a nossa própria família - não estamos aptos para cuidar da nossa sociedade, de nosso planeta. Se não começarmos dentro de nossa casa a prática dos valores éticos, não adianta tentarmos consertar a sociedade e nem repetir que a sociedade está corrompida.

Esta é a reflexão que trouxe a todos os presentes na manhã de hoje. Muito obrigado!

# ORADORA

## LISSA MARIA FIGUEIREDO

Mestre em Psicologia Clínica em 2008 pela Universidade do Minho e Pós Graduada em Psicoterapias Cognitivo-Comportamentais em 2009 pela Associação Portuguesa de Psicoterapias Cognitivo-Comportamentais.

Participou em inúmeros Seminários, encontros, cursos e formações relacionados com a psicanálise, deficiência, toxicodependências, terceira idade, saúde em meio escolar e violência, entre outras. Foi colaboradora no jornal *O Baluarte* com vários artigos sobre psicologia, escrevendo atualmente artigos para a Revista *Alerta Saúde*, da Ilha de São Miguel.

De 2007 a 2008 exerceu funções como psicóloga na Clínica Privada de Psicologia (em regime voluntariado). Integrou o Estágio L de 2009 a 2010 na Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria. Em 2010 exerceu funções no Recolhimento de Santa Maria Madalena e desde 2011 que exerce funções de Psicóloga Clínica na Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria.

Sócia efetiva da Ordem dos Psicólogos Portugueses desde 2011.

## CONFERÊNCIA II

### SUPORTE FAMILIAR<sup>2</sup>

Bom dia a todos. Obrigada por terem vindo.

Antes de mais queria agradecer à organização na pessoa da Dr.<sup>a</sup> Leonor e da Dr.<sup>a</sup> Cristina.

Gostaria também de saudar os colegas de mesa. O Senhor Presidente.

Muito obrigada por terem vindo.

Foi-me solicitado para vir hoje aqui falar do suporte familiar e eu gostava de fazer uma ponte por aquilo que aqui já foi dito pelo professor Carlos, a quem desde já gostava de dar os parabéns pela sua intervenção.

De fato, olhando para a família da perspetiva sistémica e ao longo do tempo temos vindo a perceber que a estrutura da família tem sofrido várias alterações quer pelas novas tendências, quer pelas novas configurações e isto pressupõe que ao longo do tempo a estrutura familiar também tenham surgido novas conceções da própria organização dos seus membros.

É importante não esquecermos que a família sempre foi vista como um sistema e há-de ser sempre vista desta forma e ao mesmo tempo um processo de interação dos seus membros.

A família constitui, assim, como o professor Carlos já disse anteriormente na sua intervenção, a principal rede de apoio social aos membros que a constitui e não faz sentido falarmos do suporte familiar sem falarmos de família.

Acho que é importante fazer aqui só uma breve distinção do que é a estrutura familiar e o que é que é o suporte familiar.

Quando nós falamos de estrutura familiar estamos a debruçarmo-nos mais sobre as ligações que existem entre os membros que constituem a família, nomeadamente no que diz respeito ao grau de parentesco entre os membros.

O suporte familiar, por sua vez, está mais associado à qualidade destas relações, por exemplo ao grau afetivo ou vínculo afetivo que existe entre estes membros e como tal não há uma associação direta entre estrutura familiar e suporte familiar. Isto até pode causar alguma estranheza, mas a verdade é que um adequado suporte familiar pode

---

<sup>2</sup> Texto revisto pelo orador.

admirar de diferentes estruturas familiares e se olharmos à nossa volta, infelizmente, temos estruturas ou temos famílias bem estruturadas, se é que isso existe, e que nem sempre asseguram um bom suporte familiar a um ou mais membros dessa família. Por isso, se nós pensarmos nos conflitos familiares que nós sabemos que existem em algumas famílias podemos compreender que, por haver uma família, nem sempre o suporte familiar é assegurado ou garantido.

O que é que é então o suporte familiar?

O suporte familiar funciona como o recurso primário de socialização. É através do suporte familiar que vários padrões são transmitidos. Padrões de quê? De comportamentos, de valores, de crenças, de linguagem. Isto é partilhado pelos membros através do suporte. Suporte no fundo é aquilo que os mantém unidos.

O suporte familiar funciona, também, como uma forma de suprir as necessidades básicas, sejam elas fisiológicas, sejam elas psicológicas dos seus membros.

O suporte familiar, e cada vez mais se nós pensarmos na nossa sociedade atual e com todas as dificuldades que nós temos vindo a experienciar, o suporte familiar funciona como uma proteção, como uma rede protetora face às tensões que cada indivíduo vai sofrendo na sua vida quotidiana.

Eu fiz aqui uma pesquisa no que diz respeito ao suporte familiar e encontrei em vários textos as dimensões que estão subjacentes ao suporte familiar. As que reúnem mais consenso são estas três que vos trouxe aqui hoje, nomeadamente a coesão, a adaptabilidade e a comunicação. Vou explicar-vos cada uma delas.

A coesão tem a ver com o grau de separação ou de conexão entre os membros da família. Tem a ver com o vínculo afetivo que é estabelecido entre os membros da família.

A adaptabilidade tem a ver com a capacidade que a família tem, e vai outra vez de encontro às diferentes famílias, e ao que o professor Carlos estava a dizer das diferentes famílias que tem vindo a surgir ao longo do tempo e que tem a ver com a necessidade que a família tem para se reestruturar ou readaptar quando a estrutura sofre alguma alteração. Podemos pensar aqui em famílias em que há a morte de um dos conjugues ou então onde há uma separação, a família tem a capacidade de integrar novas estruturas.

E por fim a comunicação que é uma dimensão mais importante porque é através da comunicação que a família se mantém coesa e que tem a capacidade de se adaptar. A

comunicação tem a ver com capacidade de os membros da família para partilharem e expressarem os seus sentimentos por todos os membros que a compõem.

Quando a comunicação é positiva, e isto é fácil de compreender, promove a coesão da família. Quando a comunicação é negativa, se incide sobretudo no criticismo gera conflito e o conflito compromete o suporte familiar.

Temos aqui uma família que aparentemente está coesa.

Em termos de benefícios. Quando eu estava a fazer estes diapositivos pensei que se calhar nem faz sentido estar a falar de benefícios quando se fala de suporte social, porque quando nós falamos de benefícios quase que nós antecipamos que uma coisa que tem benefícios também tem desvantagens e acho que isto gera confusão falar de vantagens quando estamos a falar de suporte familiar.

Não faz sentido, o suporte familiar só pode trazer coisas boas. Acho que é fácil de compreendermos que um bom suporte familiar quando é compartilhado de igual forma por todos os membros, minimiza o *stress*, aumenta a autoestima dos seus membros, há uma melhoria da saúde em termos gerais e do bem-estar psicológico e também uma melhoria ao nível da saúde, sobretudo das patologias que são induzidas por *stress*.

Então por que falar de benefícios quando não faz sentido de falar de desvantagens?

Eu trouxe aqui consequências que não são bem consequências, são mais alguns aspetos negativos do suporte familiar e isto é um pequenino aspeto dentro do suporte familiar porque, de uma forma geral ele só traz benefícios e isto tem a ver nas situações em que o suporte familiar não é bem partilhado de igual forma por todos os membros, ou seja, quando há um cuidador ou quando há um membro que se sente sobrecarregado ao nível dos cuidados, da prestação de cuidados, ou quando a assistência é feita de uma forma exagerada e excessiva, isto faz com que haja uma determinada perda de liberdade e de autonomia e aqui esta perda funciona tanto para quem está a prestar o cuidado como para quem o recebe.

Se nós pensarmos, por exemplo, e isto aqui é generalizado a qualquer pessoa que seja dependente de cuidados, mas agora vou levar isto para o idoso. Às vezes acontece nós querermos prestar os cuidados na totalidade. “Coitadinho é velhinho, não consegue. Á vou fazer isto por ele”. E às vezes esquecemo-nos que também é importante otimizar os recursos pessoais de cada pessoa e que essa pessoa, embora esteja a precisar de cuidados em determinados aspetos é uma pessoa competente, é uma pessoa capaz e acho que é importante não esquecermo-nos que é importante otimizar os recursos que as pessoas tem.

Isto para vos dizer que nem sempre as relações sociais são, dentro da família, balanceadas, equilibradas. Este é então o único aspeto negativo que gostaria de salientar, embora seja uma pequenina gotinha de água, no meio de um oceano.

Vou-vos falar agora a cerca do cuidar e do cuidador e da própria prestação de cuidados. Quando nós falamos do cuidar, isto é muito mais que a prestação, a satisfação das necessidades básicas de quem está a precisar destes cuidados.

O cuidar é uma tarefa muito complexa que abrange várias dimensões sejam elas éticas, técnicas, clínicas, demográficas, comunitárias, sociais, psicológicas e por aí fora. Ou seja, e olhando para isto tudo, para estas características todas só podemos pensar que isto realmente é uma coisa difícil e complexa.

Existe dois tipos de cuidados: o cuidado formal e o cuidado informal e eu vou-me debruçar mais sobre o cuidado informal. Isto significa que aqui neste, no cuidado informal é que entra a família, porque no cuidado formal esta prestação de cuidados é maioritariamente assegurada por pessoas com uma formação, que tem determinadas competências técnicas e profissionais, por exemplo médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, e como tal são remunerados.

No cuidado informal, que maioritariamente é prestado pela família, pela vizinhança ou amigos, o desempenho desta tarefa não tem, por detrás uma aquisição de competências específicas técnicas ou profissionais para este tipo de atividade e como tal não é remunerado. Maioritariamente é assegurado pela família, só não o é ou quando não existe família ou quando dentro da família não há um membro capaz para assegurar esta atividade.

A função de cuidar, então, está intimamente ligada ao contexto da família, não é. A família assume aqui dentro do cuidado informal, como a principal rede de apoio a quem necessita de, a quem está a precisar de cuidados e seja por estar acamado ou por ter alguma limitação física ou mental, e não é remunerado, como vos tinha dito anteriormente.

É no contexto da família que há a assimilação desta função e a mulher continua a ser a principal prestadora de cuidados. Foi uma coisa que não mudou durante, ao longo do tempo isto foi-se mantendo. A mulher continua sempre a assumir e a mim parece-me que vai continuar sempre a assumir este papel.

O cuidador é a pessoa da família ou da comunidade que assume a responsabilidade de prestar cuidados a um membro que esteja a necessitar destes cuidados. Numa perspetiva mais ampla, como vos estava a dizer no início, isto vai um pouco mais além das necessidades das atividades diárias. Porque até esta prestação dos cuidados

pode ser feita no domicílio como pode ser feita numa instituição desde que a pessoa careça da atenção ou deste apoio, um apoio mais, diário e mais próximo.

Em termos de caracterização de cuidadores, à bibliografia que faz só distinção entre cuidadores primários e cuidadores secundários e encontrei bibliografia que faz esta distinção e optei por trazer esta distinção.

Os cuidadores primários é maioritariamente a família. São aqueles que assumem total responsabilidade pela prestação de cuidados, seja na orientação, seja a supervisionar, seja a cuidar diretamente da pessoa que necessita deles e como tal não recebe remuneração.

Os cuidadores secundários podem ser amigos ou vizinhança, podem assumir a responsabilidade da prestação de cuidados apenas e unicamente quando a família não pode assegurar. Eles até podem substituir temporariamente o cuidador primário. Normalmente estão associados a tarefas mais relacionadas com o apoio económico ou então atividades de lazer.

Os cuidadores terciários são aqueles que nunca vão assumir esta responsabilidade e são aqui mais os amigos e os vizinhos que muito pontualmente podem auxiliar na prestação de cuidados mas jamais vão assumir esta responsabilidade na totalidade.

Existem quatro características subjacentes aos cuidadores. O parentesco, o género, a proximidade física, a proximidade afetiva.

O parentesco porque normalmente são os conjugues. Isto quase que há uma linha definida, uma hierarquia. Primeiro os conjugues, quando os conjugues não conseguem assegurar entram os filhos e sobretudo no caso de haver filhas, as filhas é que assumem automaticamente esta responsabilidade.

Género porque é principalmente a mulher, como já tínhamos visto.

Proximidade física. Mesmo quando não há proximidade física isto é uma característica que pode surgir depois, que é, quando alguém precisa de cuidados, embora esteja fisicamente longe, a família reajusta-se se no sentido de tornar esta distância menor. Por exemplo, quando temos um idoso. Quando o idoso fica a cargo normalmente o idoso vem viver para casa dos filhos quando a mulher não pode assumir esta responsabilidade.

E depois temos a proximidade afetiva e acho que quando falamos de suporte familiar aqui é que há a grande diferença, porque é aqui que é importante ser a família a assumir a responsabilidade porque no cuidado formal a proximidade é mais difícil, a família é a principal rede de apoio social e familiar precisamente por causa da

proximidade afetiva, por causa dos afetos. A família tem uma ligação que se não pode encontrar nos cuidados formais. Há afetos, há carinho, há empatia, há solidariedade.

Trago só a título de curiosidade algumas tarefas que fazem parte da rotina dos cuidadores. Normalmente os cuidadores funcionam como elo entre a pessoa que necessita de cuidados, a família e muitas vezes com a equipa de saúde. Às vezes em termos de comunicação os cuidadores também são facilitadores com a comunicação com a equipa de saúde. Ajudam ao nível da higiene, da alimentação, da locomoção, na organização de atividades de lazer e atividades físicas. Muitas vezes o papel deles é só estar presentes, ouvir escutar e ser solidário.

Muitas vezes só isto faz uma grande diferença. Realizar mudança de posição, cama, cadeirão ou então massagens de conforto. Administrar a medicação previamente prescrita pela equipa de saúde e outras situações que se possam fazer necessárias à melhoria da qualidade de vida e da saúde em geral da pessoa que está a precisar dos cuidados.

A intensidade e a frequência com que os cuidados são prestados dependem muito do tipo e da gravidade da situação. A maior parte dos autores defende que isto realmente é uma tarefa a longo prazo e há até estudos que defendem que normalmente a prestação de cuidados vai entre 5 a 10 anos. Nós podemos vir a ser prestadores de cuidados neste intervalo de tempo. Isto numa média.

Por ser uma tarefa complexa e por ter todas aquelas dimensões que eu já vos falei é compreensível que todos nós percebamos que é uma atividade ou uma tarefa difícil e que muitas vezes gera *stress*. E gera *stress* porque não é fácil de ser cuidador porque para além de sermos cuidadores nós desempenhamos outros papéis na nossa vida enquanto seres sociais e muitas vezes isto trás consequências negativas quer a nível físico, quer a nível psicológico, no próprio sistema familiar. Às vezes o próprio sistema familiar fica comprometido.

Os estudos mostram que os cuidadores acabam por sofrer e apresentar maiores índices de sintomas depressivos, de sintomas de ansiedade, sintomas relacionados com *stress* psicológico. Tem uma pior avaliação subjetiva da sua saúde. Eles vêm-se a si próprios como não sendo saudáveis e a sua saúde muito deteriorada e estão menos satisfeitos com a sua vida.

Há uma síndrome que é a síndrome de “burnout” ou “burden” que às vezes acontece, ou a síndrome do cuidador que às vezes acontece a quem presta cuidados. É quase como uma exaustão, um cansaço. A pessoa tem que se dobrar em tantas tarefas que às vezes é difícil conseguir desempenhá-las na perfeição ou de acordo com as nossas

expectativas e acho que é importante, também, não esquecermo-nos o rumo que a nossa sociedade tem vindo a mostrar e com todas as dificuldades económicas que nós temos vindo a sofrer esta tarefa fica, também, mais dificultada.

Por que a importância da família no cuidar? A família assume a principal responsabilidade na prestação de cuidados às pessoas dependentes apesar de todas as transformações que nos vimos pela apresentação do professor Carlos. Mas para além disso, e eu vou frisar novamente este aspeto, porque a minha apresentação, a minha intervenção basicamente resume-se a isto: a família é extremamente importante, porque para além de ser a base e o pilar, ela consegue assegurar a satisfação de alguns cuidados que os cuidados formais terão mais dificuldade certamente. Porque isto vai muito mais além da satisfação, dos cuidados básicos, como a higiene, a alimentação e o conforto, tem muito a ver com a parte dos afetos, do carinho, do afeto, com a cumplicidade, a solidariedade que só a família é que pode prestar na totalidade.

Em termos de experiência prática no nosso contexto, eu tentei que a minha intervenção fosse um pouco no geral, falo sempre no dependente, não especifico nenhum grupo alvo porque em termos de prática a minha prática está muito associada ao idoso, através da Unidade de Apoio ao Idoso que é um projeto que o Centro de Saúde tem. Este projeto foi criado em 2011 e é implementado no Centro de Saúde no ano de 2012 e tem como público-alvo todas as pessoas inscritas na nossa Unidade de Saúde a partir dos 65 anos de idade. Todas estas pessoas, de todas as freguesias, ok?

Esta equipa é constituída por uma equipa multidisciplinar. Tem a psicóloga, a assistente social, a nutricionista, enfermeiros e como objetivo pretende avaliar as necessidades, e temos numa primeira fase, infelizmente estamos na primeira fase de avaliação devido a dificuldade de recursos humanos e disponibilidade ainda estamos nesta primeira fase de avaliação. O nosso objetivo é avaliar os idosos da ilha para depois conseguirmos articular respostas.

Gostava de vos trazer alguns dados estatísticos, mas não pude trazer estes dados porque ainda nos falta a avaliação da freguesia da Vila. Temos a avaliação de Santa Barbara, Santo Espírito, São Pedro e Almagreira concluída e temos, acho que a meio gás na freguesia de Vila do Porto. Neste momento o projeto está em *stand by* porque estamos a sofrer uma alteração na sua configuração inicial e talvez noutra oportunidade possa então falar um pouco mais sobre este projeto. Aproveitei, desde mais, para fazer publicidade deste projeto de nós temos.

As conclusões que eu vos vou avançar tem a ver com aquilo que eu pude constatar através desta avaliação que foi feita aos idosos.

No que fiz respeito ao suporte familiar, à prestação de cuidados e a nossa realidade social posso dizer que o suporte familiar está intimamente associado à qualidade da relação com os filhos. Ou seja, os idosos, eles próprios quando se fala ao nível do suporte, se a relação com os filhos é boa eles sentem que tem um bom suporte familiar. Se a relação com os filhos não é boa eles percebem que tem pouco suporte, independentemente da qualidade das relações com amigos e vizinhança, ok? Está intimamente ligado à relação que tem com os filhos.

A relação entre eles muitas vezes está comprometida pela dimensão da comunicação, isto é uma coisa que se pôde, que nós equipa, pudemos constatar e que muitas vezes existe conflitos na família e quando existe conflito na família o suporte está sempre comprometido.

O suporte familiar nem sempre é compartilhado e acho que esta é uma característica, acho que, um pouco cultural, porque também temos muitos filhos emigrados e às vezes faz com que o suporte cai para aquele filho que se encontra na ilha e então se temos um casal, automaticamente recai sobre a filha.

A noção de responsabilidade do cuidado recai sobre os filhos e isto é assumido tanto pelos filhos como para os idosos. O idoso acha que realmente os filhos têm essa responsabilidade e os filhos assumem esta responsabilidade.

A mulher continua a ser a cuidadora principal.

Notei que tem havido um maior conflito entre o sentido de responsabilidade e os recursos disponíveis, ou seja, os filhos assumem esta responsabilidade, querem prestar os cuidados aos seus idosos, mas cada vez mais tem menos recursos. Recursos económicos, tempo, suporte familiar dentro da sua própria família nuclear, digamos assim.

Os cuidadores com sintomatologia disfarçada. Por vezes surgem cuidadores na consulta de psicologia, nenhum deles chega à consulta a dizer “não me sinto bem porque estou a prestar cuidados, estou extremamente cansado”. Normalmente não se sentem bem por mil e uma razões e depois percebe-se que a parte, o fato de prestarem cuidados tem um impacto bastante grande na sintomatologia que eles trazem. É quase como se parecesse mal chegarem à consulta a dizerem que estão cansados de prestar cuidados.

Os idosos também chegam à consulta com muita sintomatologia. Normalmente chegam à consulta todos deprimidos, mas são raros aqueles que preenchem os critérios de diagnóstico, todos eles têm uma carência emocional muito grande. Um dia tive uma senhora que me telefonou, uma senhora que foi apanhada na Unidade de Apoio ao Idoso a quem eu fui fazer uma avaliação. E essa senhora sempre a partir desse dia, sempre que me apanhava numa festa, vinha logo abordar-me. E um dia ela telefona-me e eu atendi “Sim”, “À é a psicóloga?” e eu “sim”, “o que é que a senhora precisa?”, “À nada, era só para falar” e lá fiquei eu ao telefone “À ok, mas o que é que se está a passar?”, ou seja, a senhora queria só falar e então achou porque não telefonar-me a mim? E às vezes isso acontece, basta às vezes um pequeno contato e cria-se às vezes uma relação.

Isto até foi agora um à parte, foi uma dificuldade que nós sentimos na avaliação que às vezes nós tínhamos um tempo estipulado para fazermos a avaliação e depois não se consegue fazer a avaliação naquele tempo porque para além daquilo que eu quero também há aquilo que o idoso precisa e às vezes temos de tirar o nosso tempo para falar e conversar um pocadoinho, às vezes por si só é meio caminho andado.

Para finalizar a minha apresentação, vou-vos só passar aqui um filme muito curto, para vos deixar a pensar um pouco.

O que fazer? Eu deixei aqui esta questão que é... é importante mantermos, eu acho que isso é do senso comum, é importante mantermos os nossos idosos em casa, com a família. Cada vez mais há mais instituições que dão respostas e fazem o que podem e, mas a verdade é que os idosos, as pessoas que estão dependentes estão bem com a família.

Eu não trago prescrição de políticas, de ideias para nós resolvermos o problema. Por que se fosse para a gente resolver ninguém ia estar à espera que fosse eu a vir aqui dar ideias brilhantes. Acho que às os apoios económicos por si só não são suficientes e o que eu sinto que aconteceu foi que em outros países o envelhecimento foi um processo gradual e eles tiveram tempo para se adaptar a esta realidade e o que eu sinto é que em Portugal o envelhecimento é um processo que está a ser um processo rápido e eu julgo que nós não estamos a ter o tempo que precisamos para nos reestruturarmos e definirmos novas leis, regras, seja o que for.

Eu acho é que por vezes a parte económica, por si só, ajuda, é uma grande ajuda, mas não tapa os buracos todos. Não trago soluções. Acho que algumas soluções poderão passar, por exemplo, pelo Código de Trabalho. Não quero levantar polémica porque nem sou uma *expert* na área de todo.

Acho é que se nós temos políticas da amamentação, políticas que protegem os pais quando são pais pela primeira vez, por que não termos políticas ao nível do Código de Trabalho que ajudem aqueles que tem a cargo um idoso ou uma pessoa adulta dependente. Porque não uma jornada continua, não sei. Se calhar pode passar por ai, se calhar não faz sequer sentido, não sei. Infelizmente não trago solução para esta questão.

Se calhar vocês já conhecem este filme. É só mesmo para finalizar.

Só quero concluir dizendo que, já agora, dizendo que cuidar é difícil mas que a família é tudo.

Obrigada pela vossa atenção.



ORADORA

## CRISTINA ISABEL FREITAS ALMADA

Licenciada em Serviço Social em 2005 pela Universidade dos Açores e Pós Graduada em Ciências Documentais e da Informação em 2008 pela mesma universidade.

Trabalha desde 2005 na área do Serviço Social, tendo tido uma experiência de trabalho internacional numa associação apoio imigração/ justiça, mas também já tendo tido experiência como administrativa e auditoria.

Já trabalhou na área da Reinserção social, âmbito trabalho a favor da comunidade mais especificamente tendo tido experiência na área da violência domestica, escolas e famílias.

Desde 2009 que exerce funções de coordenação como Delegada nos Serviços de Ilha de Santa Maria da SRSS, intervindo mais diretamente na área da habitação.

Possui Curso de recursos humanos, de empreendedorismo e de formação de formadores. Possui várias formações no âmbito da família, criança, habitação, intervenção precoce, terceira idade, violência, justiça, entre outras. Colaborou no Jornal *Terra Nostra* com vários artigos da área social.

A nível local é a representante da Associação de Profissionais de Serviço Social na Ilha de Santa Maria e sócia de uma associação local/IPSS de apoio solidário.

## CONFERÊNCIA III

### SUORTE FAMILIAR EM SITUAÇÃO DE CRISE<sup>3</sup>

Antes de mais quero agradecer o convite da Empresa Municipal. A ideia pioneira da Dr.<sup>a</sup> Leonor Batista e da Dr.<sup>a</sup> Cristina Moreira, se calhar já foi tema muito falado por todos nós, mas nunca foi organizado um seminário aqui na ilha de Santa Maria acerca de questões sociais, nesta vertente, pelo menos que seja do meu conhecimento e desde que cá estou, e, como tal, aceitei o desafio porque não me sinto muito à vontade para falar em público, mas como a única Assistente Social aqui no plantel também não podia dizer «não» e tinha que ‘agarrar’ esta ideia, porque achei muito interessante.

O tema que me propuseram foi o do «Suporte familiar em situação de crise – rede de cuidados informais», contudo, quando eu comecei a pensar em suporte familiar e quando comecei a pensar em situação de crise “n” ideias me vieram à cabeça. Falar em suporte, falar em família, falar em crise, falar em problemáticas sociais, o que é que eu ia abordar convosco, afinal?! Então decidi (re)criar um subtítulo: «-família, mão que embala», porque é esta a perspetiva final que eu quero que todos fiquem, (pese embora a mim me vá caber falar nos problemas, na crise e na parte má do assunto).

Assim, e quando me foi proposta esta apresentação, como disse, uma série de ideias me vieram à mente, mas quis fazer uma estrutura (mais que) mental, e não meramente por objetivos, mas daquilo que eu achava que tinha que ser focado, no seu essencial.

Contudo, com base nas apresentações anteriores dos meus colegas do plantel, verifico que tudo tem uma ordem lógica e os temas estão encadeados, porque se o professor Carlos começou por falar no conceito de família, na perspetiva histórica e sociológica, bem como no papel da mulher, a Dr.<sup>a</sup> Lissa veio, por sua vez, falar da família como cuidadora e eu venho falar como cuidadora ou não, em situação de crise. Motivo pelo qual, vou passar alguns slides iniciais mais rapidamente para não parecer ‘repetitiva’. Sobretudo, peço que debrucem – se com mais atenção a partir do ponto 6.

Vou abordar o seguinte:

- O trabalho do assistente social a nível das problemáticas familiares;

---

<sup>3</sup> Texto revisto pelo orador.

- A importância crescente de fomentar o papel da família como 'complemento' ao trabalho do assistente social e ao trabalho das redes formais, de cuidados formais;
- As principais dificuldades sentidas, enquanto assistente social;
- Os modelos teóricos que servem por base à nossa intervenção. Tudo tem um quadro teórico por detrás da prática propriamente dita;
- O público alvo e quais as problemáticas que estão associadas ao nosso trabalho, enquanto Assistentes Sociais;
- E, por fim, não podia deixar de falar nos recursos existentes na ilha e nos instrumentos de trabalho e nas políticas de proximidade. (Um exemplo disso é o que estamos aqui a fazer).

Em jeito de finalização, as reflexões finais, porque foi tudo o que me fez pensar, esta minha apresentação e pretendo partilhar convosco questões que surgiram e ficam pendentes, para refletirem.

Aproveito para informar que trouxe comigo, um manual que foi publicado pelo Instituto de Ação Social numa celebração do seu 10.º aniversário, já há alguns anos. São entrevistas a beneficiários do rendimento social de inserção, seus testemunhos. (O que é para estas pessoas que recebem o rendimento social de inserção a família? (seu conceito) Ou o que é ser mãe? Ou o que é ser pai? Ou o que é a casa? Ou o que é o dinheiro?, entre outras...) Passo o manual de mão em mão, depois se vocês quiserem consultar é um manual muito interessante e tem testemunhos reais do que as pessoas pensam, na primeira pessoa.

Então, começemos: a definição o conceito de família.

*“Bom dia”, o menino. “O chefe da família está?” “Nesta família não há chefe, nós somos uma cooperativa”.*

E aqui, pese embora todos tenhamos uma noção do que é a família para nós e haja conceitos transversais a muitas áreas do social e do saber científico, quero mostrar aqui os cartazes que várias crianças elaboraram aquando do ano internacional do envelhecimento ativo. Estes cartazes, feitos por crianças e idosos num convívio intergeracional, retrata o que é que era para eles, afinal, a família, como observam. Comum a todas as crianças a família é ter uma casa. Todas as crianças dizem que «ter uma família é ter uma casa».

Eu pus aqui um *cartoon* elucidativo do que é para as crianças a família que retirei da internet “o papá, a mamã, a mana, eu e o magalhães”. O magalhães também faz parte da família e retirei do cartaz que tinha no meu gabinete, copiei pelas crianças que

escreveram, o que as crianças escreveram, copiei as frases delas. Pus “Ter paz e ter o nosso espaço”. Pus “todos juntos”. “Educação e elogiar” e é engraçado que esqueci-me de colocar aqui mas as crianças também puseram “castigar” era, também fazia parte. “Ajudar quando estamos aflitos” e “ter uma casa”.

Para todos os conceitos de famílias, sem me querer repetir, estes (segundos) conceitos de instituição, proteção, autonomia, desenvolvimento, educação e treino de competências, responsabilidade e integração sociocultural, se interligam e o ideal é o que está conceptualizado, mas se é de facto e na realidade «o ideal», isso já não podemos afirmar («quais os ideais?»), como diz o professor Carlos.

Eu aqui poderia passar à frente desta parte, porque tem a ver com os vários tipos de famílias. O professor Carlos já falou que há a família nuclear, a família alargada, recomposta, monoparental. Contudo, no Serviço Social, penso que nas áreas sociais, nós utilizamos uma tipologia específica para caracterizar as famílias nos nossos relatórios e também achei interessante dar a conhecer a vocês muito brevemente os nomes que usamos.

Temos a família nuclear, que normalmente é o pai a mãe e os filhos. Aqui na família nuclear, eu penso que o professor Carlos deu outra denominação aos casais homossexuais que eram famílias não convencionais. Por acaso, há manuais que destacam as famílias homossexuais mas eu quis por dentro da família nuclear porque não deixa de ser um tipo de família nuclear. Temos as famílias extensas ou alargadas, muito comuns no antigamente porque os pais tinham imensos filhos, vivia a avó, o avô, tudo na mesma casa, em regime de coabitação. Existem as famílias recompostas, por exemplo, uma mulher que se divorcia do marido e tem um filho que volta a ter outro companheiro e poderá considerar-se uma família recomposta.

As monoparentais, que são muito comuns nos nossos serviços. Vem uma mãe e um filho. Ou uma mãe e dois filhos. Ou por questão de divórcio, ou morte, também. Às vezes porque os próprios pais não assumem a paternidade --é muito vulgar este tipo de família. E a família isolada que é um só membro, como o próprio nome indica.

No slide seguinte, quais os papéis da família? Sobre os papéis da família, também achei que era interessante colocar aqui o papel da família, fundamentalmente, nos idosos, nas crianças e nos jovens, mas terá um pouco que ver com o papel como cuidador e se calhar aqui não me vou alongar porque a Dr.<sup>a</sup> Lissa já fez menção a isso.

Destaco aqui este *cartoon*, os antigos é que estão sempre a dizer que «ensinar é diferente de educar». E de fato, faz sentido.

O papel da instituição família, como cuidadora dos idosos. Tem aqui uma frase que eu coloquei e que vem de encontro àquilo que a colega disse da «sintomatologia que está ‘escondida’», que é, depois de um dia de trabalho, cansativo e desgastante aonde ainda sobra o trabalho da vida doméstica, normalmente cabe à mulher cuidar do pai ou idoso ou pessoa doente que está acamada, ‘quando se chega ao fim do dia mal tem força para cuidar de mim’, muitas vezes ouvimos. Isto é uma realidade.

O papel das crianças e dos jovens, ou aquele que deveria ser o papel da família nas crianças e nos jovens, também aqui exponho (...) E este aqui é o meu ‘ponto de viragem’ entre o bom e o mau. Ao fim ao cabo, eu vou abordar é a crise na família e quanto aos problemas que as famílias apresentam e o porquê da existência do trabalho do assistente social e a intervenção dos serviços.

Coloquei, antes de vocês começarem a ler, um excerto de um livro cujo título é «Malmequer», autoria do pedopsiquiatra Pedro Strech, Aborda o tema da delinquência juvenil. E o Rui Daniel é um menino que está num Centro Educativo, que não é bem a “casa dos gaiatos” mas do género. Foi retirado aos pais. Os pais tinham problemas e ele foi criado e educado nessa instituição. Acrescento aqui que de facto todos nós temos um pai, nós todos temos uma mãe, mas nem sempre escolhemos a família na qual nascemos e nem todos temos a sorte de termos uma família «ideal » ( no sentido de ‘perfeita’ ou lá perto) que nos proporcione o papel da educação, o papel de cuidar, o papel de dar amor, o papel... Nem sempre é assim... e com este excerto eu começo esta minha segunda parte.

*“A noite foi longa e tensa. Agitado, suado, Rui Daniel sonhava. Era como se a vida tivesse resolvido visitá-lo naquele momento. Um vulto, uma mulher, mas Rui não lhe viu a cara. Madrinha...madrinha. O copo não lhe respondeu logo. Sou tua mãe, sou eu. Mas eu não tenho mãe. Tens sim, meu amor.”. Isto foi um sonho que ele teve.*

Crise. Crise económica, crise de valores, crise de identidade. A crise acontece a todos nós de algum modo ou de outro.

A crise é o aumento de *stress*. A crise pode ser, por exemplo, uma morte. Uma morte pode ser um momento de crise para uma pessoa. A morte de um familiar, até pode ser uma morte natural. É quando há uma situação de desequilíbrio na nossa vida, ao fim ao cabo. Coloquei aqui uma curiosidade: na Ásia a palavra crise é escrita com dois caracteres chineses. Um significa perigo, outro significa oportunidade e tudo tem a ver com o modo como nós encaramos.

No que diz respeito ao serviço familiar, serviço social e às famílias vários problemas e vários públicos estão associados:

- Nós temos a problemática da violência doméstica, com que temos que lidar;
- A problemática da toxicodependência que também é um 'cancro' para as famílias;
- A problemática da doença mental, falando da doença, mas sobretudo da doença mental;
- A interrupção voluntária da gravidez, a IVG, mas nem sempre o aborto tem de ser considerado um problema. Para algumas famílias é um obstáculo e os técnicos tem que ajudar a ultrapassar;
- Os *bullying* que tem a ver com a escola, os maus-tratos entre colegas, que muitas vezes também são invisíveis e é preciso os educadores e os responsáveis terem em atenção no que é que se passa;
- A adoção também não tem de ser vista necessariamente como um problema, pode ser facilmente ultrapassável. Agora há famílias que nem sempre ultrapassam isso da melhor maneira possível;
- A deficiência é um problema, também, mas igualmente ultrapassável;
- A homossexualidade, a meu ver, também não tem que ver com um problema, mas sabemos que é um obstáculo, muitas vezes. E temos "n" problemas na parte do serviço social;
- Outros: Temos os sem-abrigo, a imigração, recorrentemente associada, e hoje em dia, ao desemprego. Comportamentos de risco, sida, o desemprego, a habitação, que não é só ter uma habitação, às vezes no decorrer de incêndios, de tornados a pessoa perde a sua casa e presentemente com o desemprego perde a capacidade de pagar a sua casa ao banco e perde a sua segurança. O alcoolismo, a morte, também acontece em todas as famílias, mas é uma situação de crise e mais ainda quando situações de suicídio.

Aqui, o trabalho do assistente social ~~aqui~~, ou dos responsáveis, dos técnicos, de todos nós, ao fim ao cabo, é fazer alguma coisa. Enquanto assistente social, enquanto agente de mediação eu coloquei aqui alguns dos pontos que aprendi, mas que a mim dizem sentido no meu dia-a-dia e no trabalho que eu faço ou que deveria fazer:

- Assegurar a confidencialidade e a segurança ao cliente/indivíduo. Quando uma pessoa vem, seja sinalizada pela Câmara, seja sinalizada pelo Centro de Saúde, seja pela própria pessoa que vá ao serviço e quer marcar um atendimento, a pessoa tem que sentir no espaço de atendimento, no espaço da entrevista, que aquilo que vai dizer fica ali mesmo, que não vai sair "dali para fora" e que poderá ter o à vontade de falar sobre os seus problemas;

- A importância de perceber o pedido de apoio. Eu tenho um exemplo prático. Esta semana veio-me uma senhora, completamente ansiosa, que me estava a deixar ansiosa e eu não estava a perceber o que ela queria. Eu percebi logo que não era 'ajuda para ter uma casinha'. Era outro tipo de ajuda que ela queria. Só que até chegar aonde ela queria que eu a ajudasse foi muito complicado. Aí eu penso que o nosso papel é acalmar a pessoa, mesmo que isso demore mais do que uma hora, até que se consiga chegar aonde é que ela quer e perceber (fazê-la perceber) que nós a apoiamos.

Eu gostei desta expressão, se calhar da psicologia, não sei, "os primeiros socorros psicológicos" que tem a ver com a intervenção em situação de crise. Acalmar a sintomatologia e "vamos lá, devagarinho" consegue-se.

A recolha de informação, que era o que eu estava a falar, a entrevista motivacional. Aquilo que é mesmo importante para o nosso serviço. Isto no âmbito dos atendimentos aos clientes/ utentes/ público em geral/ vítimas.

Compreender os seus medos, as suas inseguranças, as suas opressões.

Outro papel do AS é desmistificar os papéis tradicionais sexuais. As mulheres muitas vezes vêm com a frase "Ah, porque eu afinal sou que tenho de tratar dos meus filhos, e ficar em casa". Não é bem assim. Hoje em dia não é bem assim, "a senhora também trabalha. A senhora também precisa de tempo para si, como o seu marido também precisa de tempo para ir para o café". Tentar desmistificar aqui as desigualdades de género.

Validar direitos e acima de tudo, e é neste que eu queria explicar bocadinho mais, evitar falsas expectativas relativamente a planos de ajuda. Muitas vezes as pessoas quando vêm ter connosco, estão à espera de, "poções mágicas" para os problemas e esperam, depositam em nós, que iremos resolver o problema delas. Acho que não devemos ser pessimistas ao ponto de dizer "não tenho respostas, a senhora vá a outro sítio que aqui não encontra resposta", mas também não devemos criar expectativas de dizer que vai ser tudo fácil, que vai ser tudo rápido e que vai ser tudo como ela quer. Até porque às vezes o que ela quer não é aquilo que ela precisa.

O trabalho em rede. Vou dar aqui enfoque ao trabalho em rede e ao trabalho entre assistentes sociais, mas não vou só falar entre assistentes sociais, vou falar entre entidades aqui da Ilha, na importância das parecerias.

Penso que é muito importante este trabalho que tem sido feito de sinalizar de um lado para o outro, de perceber quais são os recursos existentes na ilha. Perceber até que ponto é que devo ir e até que ponto é que não devo ir, no meu trabalho, na minha

intervenção. Mas também é importante perceber que, e aqui indo de encontro ao suporte familiar que falamos, a família pode ser um suporte, ao fim ao cabo perceber quando é que a família pode não ser um suporte.

Estou a pensar num caso de uma intervenção em situação de crise, de uma mulher com filhos desalojada e que vem nos pedir ajuda. Eu facilmente faço um contato com a tia que me lembro que vive cá e digo «tem de ir para casa da sua tia», mas é preciso conhecer essa tia e essa família, porque se nós formos a colocar esta mulher que, por exemplo, foi vítima de maus tratos em casa do tio que é que abusou dela quando ela era pequenina, com as crianças e com mais problemas, mais vale recorrer aos serviços que estão disponíveis e não à família. A família nem sempre pode ser a solução.

Outra palavra que a gente usa muito em serviço social e que se calhar algumas pessoas não conhecem e eu quis também trazer aqui que é o *empowerment*, que é uma palavra em inglês mas que tem a ver com o empoderamento. Tem a ver com nós fazermos quer à pessoa que ela tem capacidades. Que ela tem coisas más, mas também tem coisas boas e que são essas coisas boas que a vão ajudar a mudar essa situação. Não somos nós, é ela, é através dela que vai haver uma mudança na vida dela. Isto é muito utilizado na psicologia.

Aqui não podia deixar de falar, não do serviço social, mas do trabalho em rede no serviço social, uma vez mais, mas reforçando. Que tem a ver com aquilo que fazemos no dia-a-dia, o meu trabalho diário. A importância de haver mais reuniões, nem que seja mensais. Haver um calendário de atividades estipulado para nos reunirmos. Não haver duas, e três, e quatro, e cinco visitas domiciliárias no mesmo dia por vários técnicos à mesma família. Tentar haver aqui uma maior articulação e encaminhamento e falo por mim, que por vezes também posso falhar.

Eu pus aqui um vídeo, tem a ver com o trabalho em equipa e o trabalho em rede...

Falei no início que nós temos modelos teóricos por base no nosso trabalho. Tem que ser. E há vários modelos de intervenção com as pessoas. Temos a psicoterapia, temos os grupos de autoajuda, os grupos de alcoólicos anónimos, violência doméstica, pronto, grupos de interajuda. Temos outros da parte da psicologia, que devem conhecer melhor do que eu.

Eu trabalho, no meu dia a dia, sobretudo com intervenção na família, indivíduo e comunidade, que é a teoria sistémica. Mas a intervenção em situação de crise também é uma situação que nós trabalhamos. Nós, bombeiros, proteção civil, entre outras entidades. É o modelo utilizado para resolver problemas no imediato.

O modelo de intervenção em situação de crise. É, como eu estava a dizer à bocadinha, uma situação de desequilíbrio de forças.

Acalmar a sintomatologia associada num curto espaço de tempo e saber para onde orientar a pessoa. Para pedir apoio a um advogado, para pedir apoio a um psicólogo.

Identificar prioridades, isto é que é fundamental, e pode haver muitos problemas mas tudo girará à volta de um problema prioritário, de resolver naquele momento.

A teoria dos sistemas tem a ver com tudo o que já foi falado. A família não é uma instituição isolada. Há o indivíduo, há a família e há a comunidade. Estamos todos 'ligados'.

Sobre a visita domiciliária. A visita domiciliária é um dos instrumentos de trabalho para este modelo de intervenção sistémica. Entre reuniões, entre relatórios, entre planificação de atividades, entre parcerias, a visita domiciliária é um instrumento que nos permite avaliar o funcionamento da família. Não é entrar e 'ver se a casa está arrumada ou não está arrumada'. É perceber outras dinâmicas que em contexto de atendimento o Técnico não consegue perceber. A pessoa diz-nos aquilo que, se calhar é aquilo que queremos ouvir, mas ao visitarmos a casa e ao perceber a dinâmica da família, percebemos outros aspetos que às vezes estão escondidos e ou 'camuflados' por assim dizer.

Mas nem todas as pessoas aceitam que os assistentes sociais vão, e os psicólogos, a casa das pessoas. Há quem aceite, há quem não aceite. Há quem ache que é uma ajuda que está a ser dada. Há quem ache que já vieram aqui muitas vezes e estão entrando pela porta adentro e "calma aí". Eu acho que isso tudo tem a ver com o modo como fazemos o nosso trabalho e como falamos com as pessoas e como preparamos as pessoas. É uma fórmula única para cada família e também posso dizer que cada visita é uma visita e em cada visita acontecem acontecimentos únicos e diferentes. Situações únicas e imprevisíveis.

Saber estar na ação e no fazer, pois é a experiência que leva a compreender melhor as coisas e como fazer as coisas, outro aspeto fundamental da intervenção social.

Pus aqui dois testemunhos.

*"A assistente social deu-me uma pessoa com quem falar e que realmente se preocupa comigo. Ajudou-me a aprender mais sobre as crianças e como se desenvolvem e do que precisam para crescer felizes e saudáveis. Ajudaram-me a dar à minha criança um começo de vida melhor do que eu tive. Ajudaram-me a ter mais confiança em mim própria e a compreender-me melhor".*

Isto é um dos testemunhos que consta daquele manual que eu falei.

Mas e o segundo testemunho- outras pessoas não gostam tanto.

*“É muito difícil quando se tem uma criança com necessidades especiais, cada faceta da sua vida é, nalgum momento, colocada num microscópio, porque temos crianças especiais e precisamos recorrer mais aos profissionais. É como se tivessem a liberdade de entrar e ver tudo. É realmente muito, mas muito difícil ter de lidar com isto tudo. Com isto a todo o tempo, uma, outra e outra vez”.*

Em termos de ilha, não podia deixar de pôr aqui quais as entidades parceiras.... Temos a Secretaria, temos a Câmara, temos a Unidade de Saúde e em todos estes serviços, eu acho que estamos bem e eu penso que é uma questão de começar a ‘emparelhar’ as atuações, penso que conseguimos.

As dificuldades sentidas?! Eu sinto dificuldades enquanto assistente social e sinto dificuldades enquanto pessoa. Nem sempre eu... já estou a trabalhar há cinco anos na Secretaria e há cinco anos atrás não era nada do que eu sou hoje. Pelo menos em relação à minha perspetiva de trabalho. Já não olho para o número de casos que eu tenho para dar resposta. Eu olho para o número de casos que eu dei resposta, porque se eu começar a olhar para o volume de processos e volume de necessidades que eu tenho de dar resposta eu acho que no dia a seguir desisto, porque eu fico tão frustrada que eu começo a fazer o inverso.

Penso que aqui na ilha há pouca formação e eventos como este, acho que temos de começar a dinamizar mais. Eu, felizmente, tenho possibilidade de ir fora e receber formação. Busco ler e tirar mais conhecimentos, mas no entanto a supervisão que é de um assistente social mais velho ou com mais experiência que acompanhasse o meu é uma necessidade emergente... muita coisa vamos aprendendo por nós próprios.

Pus aqui também uma questão final que tem a ver com os constrangimentos e dificuldades que sinto, economia vs direitos humanos. Isto falar é fácil, como se costuma a dizer e a gente sabe que toda a gente tem direito a uma habitação, toda a gente tem direito a uma família, toda a gente tem direito, toda a gente tem direito... Mas depois o que o Estado dá e as políticas e os recursos de apoio existentes nem sempre vão de encontro à realidade.

Penso que vocês conseguem ouvir a minha voz. Eu vou ler um excerto de uma espécie de diário que tirei da internet e identifiquei-me e acho que era interessante para concluir.

*“Na hora de por a mesa eramos cinco. O meu pai, a minha mãe, as minhas irmãs e eu. Depois a minha irmã mais velha casou-se. Depois a minha irmã mais nova casou-se. Depois o meu pai morreu. Hoje na hora de por a mesa somos cinco. Menos a minha irmã mais velha que está na casa dela. Menos a minha irmã mais nova que está na casa dela. Menos o meu pai. Menos a minha mãe viúva. Cada um deles é um lugar vazio nesta mesa onde como sozinho, mas irão estar sempre aqui. Enquanto um de nos estiver vivo, seremos sempre cinco”.*

Conclusões finais.

Não foi de manuais, não foi de bíblias, não foi de nada. Foi aquilo que eu aprendi a fazer esta apresentação ao longo de duas semanas e foram reflexões que me ficaram na cabeça e que eu gostava de partilhar com vocês:

*O que esperamos uns dos outros?*

*Perante as dificuldades que tipo de ser humano ficamos com vontade de ser?*

*Lembre-se que todas as pessoas querem coisas que as tornem melhores.*

*Todo o comportamento tem um significado.*

*Não apontar defeitos, apontar soluções é bem mais difícil.*

*Por que todos temos medo de morrer novos, tempestades, fogo, ser enganados, de doenças incuráveis, de ficar sem ser autónomos, de perder a nossa família, de não sermos amados e compreendidos, de sofrer e não ter ajuda. É preciso parar, prestar atenção e refletir para não dizermos um dia “se eu soubesse o que eu sei hoje podia ter feito melhor” quando já for tarde de mais.*

E agora vou por, para finalizar mesmo, o filme *“Uma Mente Brilhante”*. O autor principal é um estudioso, um matemático e descobre que tem uma doença mental, esquizofrenia e é a mulher lhe dá todo o apoio possível e vamos ver o discurso final que ele faz para terminar. Em suma, o que quero dizer é que não há de fato famílias perfeitas...nenhuma é igual a nenhuma e não há fórmulas mágicas para as coisas funcionarem. Contudo estamos cá para ajudar.

*“I’ve always believed in numbers and the equations and logics that lead to reason. But after a lifetime of such pursuits, I ask, “What truly is logic? Who decides reason?” My quest has taken me through the physical, the metaphysical, the delusional and back.*

*And I have made the most important discovery of my career, the most important*

*discovery of my life: It is only in the mysterious equations of love that any logic or reasons can be found*<sup>4</sup>.

Obrigada.

---

<sup>4</sup> John Forbes Nash

# **PAINEL II**

(PERÍODO DA TARDE)

## **MODERADOR**

ROBERTO SOUSA

## **ORADORES**

DIANA FERREIRA

LIMITES E DESAFIOS DO SUPORTE FAMILIAR

PEDRO GOMES

FAMÍLIA NUMA PERSPETIVA JÚRIDICA: EXPERIÊNCIA, DESAFIOS E  
DIFICULDADES

PAULO BAPTISTA

FAMÍLIA ENQUANTO ESPAÇO DE PERIGO/RISCO PARA AS  
CRIANÇAS/JOVENS: A INTERVENÇÃO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE  
CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO (CPCJ)

JOANA LOURA

FAMÍLIA ENQUANTO ESPAÇO DE CONFLITO



## ORADORA

### DIANA AMÉLIA MARTINS LEITE FERREIRA

Licenciada em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra em 2007.

Participou em inúmeros Workshops, Congressos, Ações de Formação e Cursos relacionados com a Família, Saúde, Deficiência e a Violência Doméstica.

Possui vários conhecimentos técnicos na área de necessidades especiais, ligados ao funcionamento de aparelhos musicais de estimulação sensorial (*SoundBeam*), aparelhos da sala *Snoezelen*. Possui conhecimentos específicos do método de Comunicação Alternativa – PECS e do software “GRID 2” e do programa “*Boardmaker* e *Speaking Dynamically*”.

Desde 2009 exerce funções de Coordenadora Técnica no Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto.

Ao longo dos anos tem participado em inúmeras atividades sociais, tanto no âmbito musical como desportivo. Atualmente é membro da Assembleia da Junta de Freguesia de Vila do Porto.

## CONFERÊNCIA IV

### LIMITES E DESAFIOS DO SUPORTE FAMILIAR<sup>5</sup>

Boa tarde a todos os presentes.

Muito obrigada antes de mais à Leonor e à Cristina. À Leonor Batista e à Cristina Moreira pelo convite que me foi feito.

É um prazer estar cá hoje.

Eu quero que esta intervenção mais... não ser chata e massuda eu gostava que vocês fossem fazendo questões, colocassem, dessem opiniões, enfim tornássemos este espaço mais interativo, além, com certeza, da altura do debate que teremos.

Muito bem.

Da parte da manhã, com certeza que foi falado de inúmeras perspetivas. Da perspetiva histórica do que é a família, de várias teorias. Eu não vou propriamente aqui abordar assuntos demasiado teóricos. Vou, sim, colocar questões, vou colocar desafios a vocês e à população em geral.

Nós sabemos, então, que a vida familiar inicia-se com a união de um casal, seja ele de sexos diferentes ou do mesmo sexo, enfim, é indiferente. Que, claro, forma a sua família e segue normas normais do ciclo familiar: nascimento, criação de filhos, a partida destes do lar e com certeza a morte de algum desses membros.

A família surge como sendo o grupo social, o primeiro grupo social no qual somos inseridos, portanto, é a base de todas as aprendizagens, sejam elas as primeiras aprendizagens básicas, regras, formas de estar, comportamentos, cuidados de saúde, enfim.

Depois deste primeiro acesso ao mundo, desta apresentação de uma série de informações que dirão quem somos e o que esperam de nós chega a tão esperada sociedade, no seu sentido mais lato. Sociedade constituída pela escola, a escolaridade, as várias escolas, os vizinhos, o grupo de pares, o grupo desportivo, o grupo musical, enfim, os grupos religiosos que formam a sociedade, a comunidade em si e claro que transformam todos os valores de uma família.

Mas o mais importante aqui é que essa família, independentemente da sociedade, das ideias, dos ideais e das suas regras, seja razoavelmente estável e organizada. Não

---

<sup>5</sup> Texto revisto pelo orador.

será com certeza organizada do início ao fim. Não será estável do início ao fim. Terão os seus problemas, obstáculos, desafios, crises, o que é esperado num ciclo familiar, mas o mais importante é que cada membro dessa família tenham bem definido quais são as regras de convivência entre si, evidenciando valores comuns e é nesta base, esta base é fundamental, principalmente quando depois eu falar de uma grande crise ou um grande problema que pode visto, é sempre visto *a priori* como uma dificuldade, um obstáculo a vinda de um filho ou mais com deficiência.

O que é que é a deficiência?

Agora vou dar uma achega um pocadinho de mim, ou seja, eu debato-me ao longo de algum tempo pela terminologia que eu acho que é mais adequada a ser usada para tratarmos as pessoas com deficiência.

Pessoa com deficiência.

Não vamos chamar portador de deficiência, parece que, parecem os corcundas de *Notre Dame* que andam com uma corcunda e que carregam aquele peso da deficiência e da dificuldade que tem. Não. Não vamos fazer disso um problema. Não vamos chamá-los deficientes. “Olha os deficientes!”. Demasiado depreciativo.

Depois existem nomes muito pomposos: pessoas com necessidades educativas especiais, sociais, psicossociais. Opá, para quê um nome tão grande?

É uma pessoa com deficiência. É uma pessoa que tem uma ou mais limitações. Isso é um fato e é bom que nós saibamos que ela tem essa deficiência, qual é e que ela própria saiba que a tem.

Portanto, as deficiências estão abrangidas em cinco áreas: física, visual, auditiva, intelectual (antigamente chamávamos mais mental, hoje intelectual, cognitiva) e múltipla, que pode, portanto, surge da junção das outras deficiências.

Aquela que, portanto, as pessoas com as quais eu trabalho e que é de fato a área que eu me sinto mais à vontade e com maior prazer de trabalhar é a deficiência intelectual ou a deficiência mental que em 2002 pela *American Association on Mental Retardation* foi claramente definida, e quanto a mim muito bem definida, “a deficiência é caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, comportamento esse que é expresso nas habilidades práticas, sociais e conceituais originando-se antes dos 18 anos de idade”. É mais sobre essa problemática ou sobre essa questão que eu vou falar hoje.

Pois é, nós temos a nossa família e depois temos os nossos ideais. Vamos casar. Ter uma vida em conjunto. Vamos ter um filho, dois filhos. Vamos ter um cão. Depois o

nosso filho vai crescer. Vamos de férias. Vamos para a neve. Vamos fazer picnics. Vamos fazer almoços de família. O nosso filho vai crescer. O nosso filho vai estudar. Vai tirar um curso superior. Vai ser um grande trabalhador. Olha vai seguir o negócio da família.

Pois é, mas quando isso, quando nós temos essas expectativas todas de ser avós, ter netos, todos reunidos. Depois um dia mais tarde... mas de repente recebemos a notícia que vamos ter um filho com deficiência.

Como é? Como é que fazemos?

Muito depende...muito depende da forma como encaramos a notícia, mas como essa notícia é transmitida. Claro que há pais que recebem com a menor dificuldade esta notícia, porque muitos... porque foram assim os valores. Os tais valores comuns foram passados e eles sabem que isso não é... é um problema facilmente ultrapassável, em conjunto. Então, não têm grande dificuldade e depois há aqueles que não espera ou não tem suporte familiar que os ajude a ultrapassar esse problema, não sabem como e têm maior dificuldade a chegar lá.

O que é que então...qual é a primeira grande causa dessa dificuldade?

É precisamente na forma como os profissionais de saúde transmitem a notícia aos pais. E são várias, vários os erros cometidos.

Temos a omissão ou transferência para terceiros. Muitas vezes desconhece-se a causa da deficiência, às vezes acontece, às vezes é até só depois do parto que realmente vemos que a criança tem problemas, porque é dificilmente detetado, porque é raro, porque é uma doença rara, isso acontece. Ou simplesmente o profissional não tem coragem de enfrentar a situação, teme a reação dos pais e normalmente isso acontece quando existe uma relação de amizade entre o profissional de saúde e os pais.

Depois, outra forma errada: a transmissão da notícia de forma destrutiva. A noticia é dada como se os pais não devessem esperar nada daquela criança em termos de desenvolvimento e alertam os para a fragilidade. "Atenção o seu filho não espere nada dele. Ele vai ter essa deficiência para o resto da vida. Isto é extremamente limitativo. Ele vai viver semanas, meses. Não espere grande coisa dele. Provavelmente ele vai morrer". Isto é dito assim, desta forma nua e crua. Isto é terrível para os pais, não é para qualquer pessoa, é aos pais. Para além de estarem a viver ali o cair por terra todas aquelas expectativas que eles tinham da sua vida e da sua vida familiar ainda tem que ouvir que se calhar vão ter a morte de um destes elementos. Viver várias fases do ciclo familiar de uma forma galopante e inesperada.

A minimização do problema é quando os médicos ou os profissionais de saúde podem ser médicos, enfermeiros, etc... prometem aos pais um futuro fantasioso. Iludem-nos. A intenção é muitas vezes poupar os pais, mas sobretudo pouparem-se a si mesmos, porque assim parece que aligeiram a situação, passam ao lado. Opá, não tenho que lidar muito com esta situação, os pais até nem me vão fazer muitas perguntas e eu não vou ter que me chatear mais com este assunto. Acontece.

Depois temos a transmissão da notícia de forma impessoal e distante. É dada a notícia sem grandes explicações quanto ao problema, sem envolvimento afetivo, que deve existir em q.b., não é, quanto baste, porque também não vamos abraçar-nos aos pais e chorar com eles compulsivamente. Tem que haver um certo distanciamento, mas claro que também não vamos dizer assim “pronto, olhe acontece e tal... olha é uma fatalidade”. Mostra desinteresse. Muitas vezes é a forma como o profissional de saúde tem não entrar em contato com o sofrimento que daí advém.

Finalmente a transmissão da notícia somente a um dos conjugues. Essa forma causa dificuldade para os dois, porque recebem a notícia sozinhos e tem uma sobrecarga emocional muito grande em cima de si. Não sabem como é que vão reagir. Com certeza que não estão em condições racionais e emocionais para transmitir a notícia, mas vão ter que o fazer ao outro.

Enquanto que é necessário os pais, ou deve ser assim, receber a notícia em conjunto para que possam os dois chorar em conjunto, viver a sua dor em conjunto para que depois possam, também em conjunto, arranjam soluções e planear em conjunto pra o desenvolvimento do seu filho. É assim, ou seria assim que deveria de ser.

Os sentimentos e as reações apresentados pelos pais após receberem a notícia são inúmeros. Estes são alguns exemplos. O choque, a culpa, a vergonha, a raiva, a tristeza, angustia, depressão, negação do problema, resignação, fatalismo.

O choque, principalmente quando a mulher, após o parto, encontra-se, como é óbvio, bastante vulnerável, necessitando de receber muita ajuda e orientação. A notícia deve ser dada aos pais após os mesmos terem visto a criança e nunca antes. Estão com a criança, estão a materializar a questão, o problema, mas já pegaram na criança. Ela, com certeza, que fisicamente vai ser diferente, mas é deles e é importante fazermos isso porque muitas vezes o que é que acontece? Se não o fizemos, eles vão nega-lo.

“Eu não quero ver. Se ela tem esses problemas eu não quero ver. Eu não quero saber. Não, não pode ser isso. O médico não me disse, isso é mentira. Eu não a quero ver. Não.”

Temos que ver isto é assim em tudo na vida. Nas fases do luto também é assim. Convém vermos. Está ali. Ok, agora vou avançar. Normalmente, e deve de ser assim o esperado.

Depois temos o infanticídio. E então aí é bastante extremo, porque as mães têm pensamento de como deixar o seu filho morrer.

“Como é que eu vou fazer? Eu vou deixar de alimentá-lo? Vou deixar cair? Não vou tratar de pequenas constipações ou de outras doenças?”

Isto acontece. Há mães e pais que pensão “o que é que eu vou fazer para o meu filho morrer? Porque é o melhor. Eu não sei. Porque ele tem um problema grave, com certeza que vai ser um vegetal”, pode nem ser, mas na cabeça dos pais os problemas ganham dimensões imensas, “então o melhor será mesmo ele morrer, pronto. Se ia acontecer de qualquer forma, não estou a fazer nada de mais”.

Outra é a culpa. Quando as mães dizem “à, a culpa é minha porque eu bebi, porque eu fumei, porque eu não me alimentei como deve ser”. Muitas vezes quando existem casos extraconjugais “é isto acontece, pois, isto é castigo”. Isto quando temos sociedades com princípios ligados muito à religião e à igreja. “Isto é castigo, isto é castigo, porque eu traí o meu marido ou a minha mulher”, tanto faz. “Isto é castigo e agora temos de viver com isto.

Não. Não é assim. Não pode ser assim. Não deve ser assim.

A resignação e o fatalismo que acontecem mais em famílias mais pobres. “Olhe, pronto, aconteceu. Nós também não temos muito dinheiro, nunca vamos poder ajudar o nosso filho. Vamos viver com ele como podemos. Vamos vendo”.

E finalmente a negação do problema, não é? Onde os pais vão, procuram vários diagnósticos. Vários médicos. Passam de consultório para consultório porque acham deve haver uma fórmula mágica que vai dizer “ok, vai-se curar o seu filho através disto e disto e disto”, em vez de dizerem “não, isto acontece de fato, mas vamos em conjunto ver o que é que o seu filho, quais as limitações que tem? O que é que ele tem? E as potencialidades? Não acha que se calhar se com esta ajuda deste profissional que as coisas vão ser diferentes?”.

O casal, como eu disse, tem de caminhar em conjunto.

Segundo Pittman o nascimento da pessoa com deficiência transporta uma crise para o casal. Uma desgraça inesperada. Mas também uma crise de desvalia. Se a família não se consegue adequar suficientemente à nova realidade. Mais tarde crises de desenvolvimento. A família não se vai ajustando na passagem por diferentes fases de

desenvolvimento e ainda crises estruturais. A família não tem tempo de mais e inadequadamente a proteção anteriormente necessária para aquele membro da família com deficiência.

Portanto, isto são as crises normais que acontecem na vida de um casal, de um ciclo familiar. O que acontece é que quando temos um filho com deficiência estas crises podem acontecer de uma forma galopante, num curto espaço de tempo e é necessário sabermos ultrapassar. Sozinhos não vamos conseguir de fato, mas tem que a ver... a comunidade, a sociedade tem que haver estruturas que possam ajudar estes pais a ultrapassar estas questões.

Manter-se unidos é a melhor forma de garantir que existe energia suficiente para lidar com esse filho e não nos podemos esquecer que um casal não é só pai e mãe. É casal também. Tem que ter tempo para namorar. Tem que ter tempo para se voltarem a apaixonar. Para fazer passeios. Para jantar fora. E isto não é negligenciar o nosso filho. Isto faz parte. Porque todos nós passamos por isso. Não é? Nós deixamos os nossos filhos com os nossos pais, com os nossos, olha no meu caso, com bons amigos que ficam com o meu filho, aqui e ali. Mas tem que ser, isto faz parte. É bom para o filho e é bom para o pai e para a mãe, porque voltam a ter um espaço como casal, voltam a viver outras coisas, a sentir outras emoções e tem espaço para conversar sobre o que está a acontecer na vida deles. O que é que vai acontecer. Como é que vão resolver certas situações.

Primeiro de tudo, tem que falar. O casal deve falar sobre a deficiência com todos os familiares significativos, inclusive com a própria pessoa com deficiência, claro, à medida que tem condições para perceber o que é que é a deficiência, o que é que é a sua realidade, como é óbvio. Mas podemos e devemos ir fazendo isto. Isto não é mais do que, o que eu estou a dizer desde o início, não é mais do que o ciclo normal de uma família. Porque é assim que deve de ser. Se calhar com esta situação, mais cuidado devemos ter para cumprir estes trâmites todos.

Mas atenção, se escondermos de uma criança que, uma criança que tem uma deficiência ou uma limitação é fazer com que ele viva uma ilusão. É mentir. Ele tem uma limitação, “mas não és tolo nenhum. Podes ultrapassar algumas limitações. Tens outras coisas que és bom. Ninguém é bom em tudo”. Nós temos que dizer muitas vezes aos nossos filhos, têm de passar por frustrações, tem que reconhecer que “olha não és bom nisso. Recolhesse. Não és bom, pronto, ok. Não é a tua área, não é o teu forte. Vais experimentar outra coisa.”. Toda a gente é assim.

Em segundo lugar a família deve procurar em conjunto, família nuclear e depois mais abrangente, deve também procurar acompanhamento especializado. Médicos, técnicos de educação especial, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas, técnicos sociais, enfim.

Devem obter informação sobre. Muitas vezes não sabem a causa da deficiência, ok. Nem sempre é possível detetar, mas qual é o tipo? O que é? Em que é que ele vai ter dificuldade? Quais são as limitações? E em que é que eu ou como é que eu posso trabalhar para desenvolver aquilo que ele pode recuperar ou ser bom a aprender? Como é que fazemos isso?

O casal sozinho não vai conseguir, de fato, agora será que a sociedade está preparada para ter este trabalho em conjunto? Em comunidade? Será que estamos preparados? Será que existem equipas específicas que promovam este desenvolvimento? Será que Santa Maria tem essas equipas? Será que tem técnicos para isso? Isso tem de certeza! Técnicos têm. Boa vontade, acredito que sim. Vontade de trabalhar também e o resto?

Então, como eu disse, em primeiro lugar tem de haver um acolhimento e aceitação deste ser não esperado, como filho, como neto, como primo, como pessoa. É isso que nós nos esquecemos. Ele é uma pessoa antes de tudo o resto. É um ser. É uma pessoa. Deve ser respeitado. Devem tentar igualar aos outros. Deve ter os mesmos direitos, as mesmas oportunidades, mesmo que por vias diferentes ou adaptadas.

A família deve ser informada a cerca da deficiência e mais uma vez digo sobre aquilo que se deve fazer. Deve procurar ajuda, mas a comunidade também deve ter, de forma clara, essas ajudas. Não é dizer assim “Eu ouvi dizer que há não sei quem que é capaz de te ajudar. Olha deve ser ali ou acolí”. Não. “Ok. Tu vais ao Centro de Saúde, ou vais à Câmara Municipal”. Enfim, não interessa, não estamos aqui.... E sabes que existe uma equipa, por exemplo, de intervenção precoce que te vai ajudar nisto.

Eu ouvi dizer, por acaso, que em Santa Maria está-se a formar uma equipa de intervenção precoce. Através do senso comum, não sei muito a cerca disso. Mas o que me disseram foi que são pessoas que, competentes, eu sei que são, isso são, mas são pessoas que estão a trabalhar noutra local e eu pergunto...

Eu sei que estamos em tempo de crise. Eu sei que não há dinheiro. Ok, tudo bem, mas será que não podemos mudar o paradigma e libertar financiamentos para criar-se um a equipa com técnicos? Existem em Santa Maria pessoas licenciadas, fresquinhas com vontade de trabalhar, em várias áreas sociais que possam ajudar e fazer parte

dessa equipa de intervenção? O que é que essa equipa vai fazer, além da intervenção precoce? Porque para além do seu trabalho, e deve ter inúmero trabalho, vai conseguir responder a todos os casos e de que forma? Vai a casa das pessoas?

Como seria de esperar, uma equipa de intervenção precoce é esperado que vá periodicamente, rotineiramente a casa das pessoas. Ensinar aqueles pais a lidar com aquela situação. Ensinar aqueles pais, às vezes cuidados básicos de higiene e de bem-estar na sua casa. Ensinar como é que as coisas devem estar organizadas para aquele filho. Ensiná-los a lidar com o filho. Devem trabalhar com aquele filho sozinho, com aquele pai sozinho, com aquela mãe sozinho, com a família em conjunto, chamar o resto da família. Isto é a intervenção precoce.

Eu espero mesmo que isto aconteça assim, porque se não, não vamos ter grandes resultados, nem resultados vão acontecer depois de um longo tempo e vão ser pequeninos porque obviamente que as pessoas, e não desprezando ninguém, porque eu tenho a certeza que as pessoas tem valor, mas estão cansadas, tem outras funções. Vamos dar lugar a outras pessoas.

Então os pais passam por várias fases.

Quando recebem a notícia passam pela fase da necessidade de apoio. Então cabe aqui, primeiramente, claro, aos profissionais de saúde saber, colocarem-se à disposição para ouvi-los. Muitas vezes até é só para ouvir. Inicialmente não se vai fazer grande coisa. Eles choram, eles falam, eles falam e o profissional deve estar ali para apoiá-los, para dar atenção, para criar empatia e para evitar, deve evitar conselhos e julgamentos, é para isso que serve.

Depois existe uma fase de adaptação da família com a criança e da criança com a família. Os pais, como devem perceber, as necessidades do filho e perderem o medo de serem inadequados. Cabe aos profissionais oferecerem informações e orientações aos pais, auxiliando-os na compreensão das necessidades desse filho e da sua adaptação.

Depois passamos pela fase oferecer modelos, avaliar e adaptar. Esta fase é uma avaliação entre pais e filhos, filhos e pais. “Ok, eu já te conheço, tu és meu pai.”. “Ok, eu já te conheço, és meu filho. Mais ou menos já sei lidar contigo, pelo menos nas questões básicas. Já te consigo dar aquilo que primeiramente tu precisas. Tu também já consegues perceber, sentir proteção. Não falas o palrar, o sorrisinho, o bem-estar dizem-nos isso”. E os pais agora tornam-se superprotetores. Começa agora a superproteção.

Numa última fase é a altura de planear programas para pais e filhos. Neste programa para pais e filhos cabe a intervenção precoce, perfeitamente, e mais, cabe outra coisa, que é a necessidade que temos, também, de criar grupos de apoio para as famílias. Intervenção na formação parental nas famílias com filhos com deficiência. Educação e reeducação parental. Treino de pais. Aconselhamento parental. Grupo de ajuda mutua. Suporte parental familiar. Deve ser individual. Deve ser com o casal, no gabinete, no contexto familiar, em casa, com a equipa de intervenção precoce. Não só, mas também e em grupo, sessões de grupo. Todos juntos. Os miúdos todos juntos. Os pais todos juntos. E os pais e os miúdos todos juntos, porque não?

Santa Maria também não tem essa resposta e outros sítios. Eu não estou a dizer que Santa Maria é que é o mau e não tem nada. Não. Eu estou é a alertar, para espicaçar, para chegarmos lá fora e dizer afinal, se calhar, até se podia fazer isto, se podia fazer aquilo. Tem o Governo, a Câmara, tudo, tudo o que conseguirem. Chateiem. Pode lá chegar. Se não fizermos força, se não formos todos a fazer força, não vai chegar de certeza. Se dissermos qualquer coisinha, se calhar, de repente vai chegar lá.

Os pais precisam e a minha experiencia diz-me isso, porque os pais têm-me dito “Se não fosse as reuniões aqui de vez em quando às vezes nem nos encontramos”. E a ilha é pequenina, as pessoas conhecem-se. Muitas vezes são amigas, vão tomar um café. Ligam-se, mas não é a mesma coisa. Não é a mesma coisa do que ter locais ou ter espaços próprios para eles, para isso. Não é a mesma coisa termos pessoas especializadas a ajudar-nos. Não é a mesma coisa. Não é. E preciso criar esses espaços.

Para quê? Quais são os objetivos?

Melhorar o nível de informação e capacidade dos pais na aquisição de estratégias facilitadoras da aprendizagem e de interações mais positivas para formarmos e treinarmos competências parentais, para aumentar o sentimento de competência parental, a promoção de atividades e situações adequadas aos seus filhos do ponto de vista do desenvolvimento e da deficiência.

Promover a existência de espaços de auto conhecimento onde os sentimentos, emoções, dúvidas e dificuldades podem ser partilhados, refletidos e ser alvo de diferentes leituras e significados.

Promover apoio psicossocial às famílias com crianças com necessidades educativas especiais.

Assim de uma forma geral estes seriam os objetivos se acho que era possível, também, criarmos isto. Também lanço o desafio aqui às minhas colegas, a mim mesma e às

minhas colegas. Vamos pensar nisto. Vamos pensar se podemos criar um grupo de apoio para estas famílias?

Não devemos ou podemos negar ou desconsiderar a deficiência, mas esta tem de ser vista pelo que é, uma limitação, mas não um impedimento e um crescimento para a felicidade, tanto da pessoa com deficiência, como do casal e assim de toda a família.

A superproteção. Aquilo que eu já à pouco falei. E isso eu vivo muito... a minha experiencia também me diz isso. Á uma superproteção inicial e sempre. E depois caímos na tendência de infantilizar os nossos filhos que tem uma deficiência, mas são adultos. Falamos como se eles fossem crianças. Oferecemos prendas como se eles fossem crianças. Fazemos trabalhos e atividades como se eles fossem crianças. Não pode ser. Ele é adulto. Ele vai ter outras vontades, outros desejos, outras ambições e mais, ele também vai começar a ter vontade de contatos sexuais.

Agora como é que vamos lidar com isso? É normal. É salutar. É muito bom eles terem isso tudo. É bom que eles corram o risco para poderem crescer saudáveis, experimentar, claro, nós pais também temos que deixar experimentar ao longo dos tempos. Também me custa ver o meu filho às vezes a subir coisas e saber que ele vai cair, mas se calhar, se não for muito alto é melhor deixá-lo cair, porque ele vai aprender, vai-se levantar. E nós temos que fazer isso com as pessoas que tem deficiência e quando tivermos dificuldades temos de procurar ajuda e dizer “ok. A minha filha fez-me isto ou disse-me isto e agora?”, “O meu filho disse-me aquilo, como é que eu faço?”.

Porque é assim, isto vai acontecer e então o caso da sexualidade e da masturbação, que é o mais evidente, isso acontece, não é uma coisa que não se vê. Isso acontece. Vamos ensiná-los que isso é normal. Vamos explicar que é normal, mas não é em público. Á locais para isso. Vamos explicar quando é que ele pode fazer, como é que ele pode fazer. Vamos dizer que não pode tocar no corpo do outro sem que ele lhe dê permissão. Vamos explicar isso tudo, só que para isto de fato tem de haver uma mudança enorme de mentalidades, enorme, mas é possível. Vamos começar agora. Pergunto, vamos começar agora com pequenos passos, vamos nós tentar mudar qualquer coisa para ver se transmitimos esta informação ao outro. Seria importante.

Depois deste percurso família, do percurso escolar, por é assim temos a inclusão social, que eu sou contra como ela é, sempre fui e não é isso que se entende por inclusão. Quem estuda pedagogia não aprende isso. Não incluirmos, é assim, uma coisa é falarmos de pessoas que tem problemas comportamentais. O autismo, que não é uma deficiência, outros síndromes parecidos, aspeguer, etc... a hiperatividade,

as dificuldades de aprendizagem, as dislexias, não são deficiências, são dificuldades de aprendizagem, de linguagem, de oralidade, de comportamento, é diferente.

Agora, e aquelas pessoas com deficiência, muitas vezes múltiplas que vão para a escola, para as salas de aula com outro professor de ensino especial, quer dizer... Então eu pergunto: Então nós temos, aqueles miúdos já têm dificuldade uma ordem simples, com duas ou três palavras. O que é que eles vão receber, o que é que eles vão aprender com uma turma de 30 alunos a falar ao mesmo tempo, porque é normal, os miúdos falam, com a professora a explicar a matéria geral e eles ali, sentados ou deitados, porque existe isto, com outra professora a tentar-lhes explicar a matéria. Quem é que vai usufruir disto? Os miúdos ditos normais, vão usufruir? Para os miúdos qualquer coisa é motivo de desatenção, ficam logo a olhar. “Olha o barulho, ó professora lá fora, nem sem o quê”. Quer dizer, com uma pessoa mesmo ali.

Porque é que não criamos momentos, no recreio, nos momentos de lazer? Porque é que não fazemos jogos? Porque é que não mobilizamos animadores socioculturais para isso? Porque é que eles não estão lá? Porque é que nas atividades desportivas e musicais estas pessoas também não são incluídas? Não seria melhor eles terem, poderem-se desenvolver ao seu *timing*, no seu tempo, de um para um, em atividades simples, adequadas à sua problemática, sozinhos. A turma poder, de outra forma, evoluir e depois então em conjunto na música, na EVT, na educação física. Terem momentos destes para poderem interagir.

Não será isto antes a inclusão? Não será pegarmos na cidadania, na disciplina de cidadania, e explicarmos o que são pessoas com deficiência? E como é que devemos trata-las. Não será isso? Não será fazer visitas a estas pessoas? Chamá-las à escola para elas falarem da sua realidade, aqueles que conseguem, como é óbvio, para desmistificarmos estes preconceitos todos que temos.

Acho que a inclusão como está, basicamente para mim o que eu vejo a inclusão que está a ser feita, até pode não ser o principio dela, que não é, mas que pode não ser o principio dela, que estariam à espera que fosse, quem a fez, mas o que acontece em Portugal é isto, é misturar os miúdos todos e prontos. Até aos 16 anos vais ficar aqui, não podes ir para mais lado nenhum. No mínimo até aos 16, é até aos 18, depende, há uma avaliação que se faz, quando as pessoas podem dar mais um pocadinho ou não. E o que é que eles aprendem? E depois chegam ao final da linha, como eu digo. Porque o CAO é um final da linha. É um centro de atividades ocupacionais. Deve ser a ultima opção que os pais e toda a gente deve ter. É realmente quando o filho não conseguiu estudar, não tem escolaridade mínima obrigatória, não está inserido no

mercado de trabalho. Se isto não acontece, então ele vai para o CAO para ver valorizadas as suas competências, para aprender outras coisas, para manter aquilo que sabe e para viver em sociedade, para estar ocupado.

Com isto tudo, o CAO não é o principio, “à, tem uma deficiência, vai para o CAO”, também não é assim. Temos que saber, é difícil, eu sei, e os limites são difíceis de definir e à dificuldade, mas não é impossível, não é de todo impossível.

Então eu tenho, depois de estes percursos todos, o que mais me choca. Eu não tenho aqui... não, não trouxe, como é óbvio, não seria nem moral nem eticamente correto trazer nomes nem casos reais. Tudo o que está aqui são casos hipotéticos, mas que acontecem. Não é aqui, é em todo o lado.

“E agora com quem é que eu vou viver? Os meus pais envelheceram, não tenho irmãos, o que será de mim?”

“Vivo com a minha mãe de 90 anos e eu já tenho 65 anos. A minha irmã tem 50 anos e é casada e tem 3 filhos. Para onde vou depois da minha mãe morrer?”

“A minha mãe já faleceu. O meu pai tem graves problemas de saúde. Os meus irmãos são casados e têm filhos. Não têm muito tempo para mim. Vivo com o meu pai e ajudo naquilo que posso. Mas quando o meu pai morrer viverei com alguns dos meus irmãos?”

“A minha casa não tem muitas condições. Eu ando em cadeira de rodas. Minha mãe já morreu. O meu pai tem a sua idade e os meus irmãos estão todos no estrangeiro. O que será de mim?”

“Vivo com a minha mãe de mais de 80 anos. Os meus irmãos, apesar de serem muitos, são casados, têm filhos, os seus empregos. Bem, peço a deus para morrer antes da minha mãe. Não quero ficar sozinho”.

Isto acontece. Acontece dizerem, as pessoas com deficiência dizerem isto como acontece os pais me dizerem “Peço todos os dias a deus para morrer antes do meu filho, porque eu não sei com quem ele vai ficar. Eu não sei o que será dele depois.”. Porque Santa Maria tem resposta para a atividade ocupacional de dia, de fato tem, mas não tem resposta noturna, não tem resposta, não tem.

Há casos que precisam, não é só quando os pais morrem que precisam de um lugar para estar, não é só quando isso acontece. Os pais precisam de umas férias. Os filhos dão trabalho em todas as alturas, como é óbvio. Os ditos normais também dão. É óbvio. Precisamos sempre de férias, de tempos a tempos, mas uma pessoa com deficiência precisa mais, porque os pais dessa pessoa têm muito mais trabalho, a

carga emocional, a carga física, psicológica é muito grande. Precisam de uma, duas semanas.

Se existissem locais para deixar os filhos para terem uma semana de férias para descansarem, para viverem como casal, para reviver emoções. Depois temos pessoas que não têm condições, que vivem com pessoas com problemas de saúde, alcoolismo, droga. E agora? Ele vai viver ali, apesar de se saber, de ser minimamente autónomo? Muito são, mas precisam do suporte familiar, de apoio, de conversar, de ter alguém, de orientação, de uma palavra amiga, em vez de passarem as suas noites sozinhos, sem saberem o que é que vão jantar e a ver televisão à meia-noite.

Vamos pensar nisso tudo. Que respostas é que podemos dar a estas questões.

Aparece o papel dos irmãos.

Todos os irmãos de deficiências, e agora digo deficientes porque está transcrito, expressam uma série de preocupações especiais que tem consigo, mesmo com as suas família, com a comunidade e com o futuro. As preocupações destes irmãos centram-se, principalmente, no próprio irmão com deficiência, nos pais deles, neles mesmos e nos seus amigos.

Por amigos. Será que o irmão da pessoa com deficiência, independentemente de ser o mais velho ou o mais novo, tem a responsabilidade total de, depois da morte dos pais, por incapacidade de um deles ou os dois, de tomar conta dele. Será que têm a responsabilidade total de assumir esta questão de ser pai? E depois deles morrerem, os seus irmãos já são casados, têm filhos, têm os seus empregos, as suas atividades de lazer. Têm de abdicar de tudo o que criaram até ali, da família, para estar com o seu irmão?

“À paciência, tens um irmão com deficiência tens de tomar conta dele”. Será que é assim? Será que tem que ser assim? Eles também têm direito a serem pessoas, tem direito à sua vida. É claro que não podemos dizer “À, não, pronto tens de viver a tua vidinha, não vais cuidar do teu irmão”.

Não. Isto tem que existir um equilíbrio. Têm de existir ajuda, partilha. Têm de haver alguém, ou alguma instituição, ou alguma ajuda. Têm que haver para dizer assim, “ok. Nós vamos cuidar do irmão, semanalmente. Ao fim de semana ficas com ele, assumes tu outras questões. Quando há decisões és tu que as tomas. Tens de estar a par das coisas que vão acontecendo. Ou quando estão inseridos no mercado de trabalho. Ou estão noutra tipo de locais durante o dia. És tu que tens que estar. Tens que ir às reuniões”. Claro que não podemos dizer “À, não, agora tens de viver a tua vida. O teu irmão vai para o lar. Vai ficar o resto da vida lá e nunca mais precisas de o vir visitar”.

Não. Claro que não.

Mas os irmãos têm direito a viver a sua vida como os outros membros da família. Tem direito a esta evolução, a este desenvolvimento. Por isso não servem...têm que ser o interveniente principal, tem que ser uma escolha, mas não na sua totalidade ou única.

A sociedade é muitas vezes cruel. A maior parte das vezes. Não é? Por falta de conhecimento e informação. Estes seminários servem para isso. Vamos alertar. Vamos chamar a atenção. Vamos mostrar que não é bem assim.

Mas a família pode e deve exercer um papel transformador na comunidade onde se encontra inserida. A comunidade deve ser mobilizada para que sejam feitas as adaptações necessárias para o crescimento da pessoa com deficiência. A comunidade deve ajudar os pais a resolverem a questão crucial: O que será dos nossos filhos com deficiência quando não estivermos neste mundo?

Por isso é que eu digo, parte de todos nos um pocadoinho tentarmos sensibilizar o outro e o outro e o outro... e se virmos alguém assim com mais poder dizer assim “olhe, sabe a pensar, a minha vizinha já está a ficar com a sua idade, tem os seus problemas, tem o filho com deficiência. Não há forma de ajudar? Como é que podemos ajudar?”.

E outra das funções serão os lares residenciais. Já o disse muitas vezes publicamente. Já falei muito desta questão dos lares. Não devem ser a responsabilidade total de uma instituição. É muito complicado, acarreta muitos... é preciso muito financiamento para isso, mas devia de existir esta opção em Santa Maria. Existem nos outros locais e não existem em Santa Maria. É urgente, é emergente que esta situação aconteça.

Os lares não servem para despejarmos lá os nossos filhos, os nossos filhos, os nossos amigos. Não. Servem, sim, como diz ali, servem para que as pessoas com deficiência com idade superior a 16 anos que se encontram impedidos temporariamente (de férias, os pais adoeceram, precisam de fazer uma viagem para, por exemplo, ajudar um filho que está fora e que precisa de ajuda, sei lá) e que ou definitivamente, ou então que saiam definitivamente ou temporariamente que saiam das suas casas, do seu meio familiar.

Atendendo, claro, a esperança média de vida está a aumentar, as pessoas com deficiência cada vez, e ainda bem, vivem mais, também há mais conhecimentos médicos, há mais terapias, há mais cuidados e claro que faz com que pensemos nisto tudo. Principalmente nos lares, mas devem de ser estruturas complementares à

família, nunca uma solução única. Devem ser complementares no modelo partilhado de assistência.

Ai eu acho que eles são, as regras estão muito claras e devem-se fazer cumprir, mas também tem que haver sensibilidade, dizermos “ok. Pronto, faz-me, dá-me jeito. É bom existirem estas opções, mas eu não vou deixar ali o meu irmão ou o meu familiar ali ai abandono. Vou busca-lo, eu vou estar com ele”. E se isso não acontece deve os responsáveis desse lar dizer assim “Como é?”, chamar essa pessoa. “O que é que se passa? Está tudo bem? O senhor precisa de ajuda? Estão com alguma dificuldade? Nunca mais vieram visitar, não disseram nada. Não apareceram na atividade”. Fazer atividades. Temos uma atividade neste dia, no outro. Obrigá-los a vir.

Santa Maria precisa de um lar de remissão. Urgentemente. Urgentemente. Isso tem que acontecer. Não me interessa se é um edifício de raiz. Não me interessa se é uma adaptação, porque pode ser uma adaptação, porque existem aparelhos próprios para deslocar cadeiras de rodas nas escadarias, portanto. São aparelhos muito caros, é verdade, mas existem apoios, existem muitos apoios na área da deficiência.

Por tanto, vamos tentar sensibilizar. Vamos sensibilizar a nós, à nossa família, aos nossos vizinhos e quem pudermos para tentarmos resolver um pocado estas questões.

Deixo-vos com duas frases:

Caetano Veloso. De perto ninguém é normal, isso é verdade. A vida é uma sucessão contínua de oportunidades, vamos aproveitá-las.

Muito obrigada.

# ORADOR

## PEDRO ANTÓNIO DE BETTENCOURT GOMES

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa EM 1993. Pós-Graduado em Direito Regional pela Universidade dos Açores e Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa em 1999.

Possui Curso de Dinamizador de Tecnologias Ambientais pelo Grupo de Estudos e Ordenamento do Território e Ambiente (Lisboa) em 1988.

Foi formador na área de Direito do Instituto Sá Carneiro, em Lisboa, da Escola Profissional EPROSEC, em Ponta Delgada, do Banco Comercial dos Açores, em Ponta Delgada e da MGI – Portugal, em Lisboa. Foi Coordenador da Área de Juventude do Instituto Sá Carneiro e professor provisório do Ensino Secundário, na Escola Secundária da Lagoa.

Desde 2004 que exerce funções parlamentares, tanto na Assembleia Legislativa Regional como na Assembleia da Republica, tendo integrado inúmeras Comissões, Subcomissões, alguma das quais exerceu funções enquanto Presidente.

Desempenhou funções como Deputado da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de 2004 a 2012. Foi Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de 2004 a 2008.

Atualmente exerce funções como consultor jurídico de várias entidades públicas e privadas e é Concelheiro do Conselho Geral da Caixa de Previdência de Advogados e Solicitadores desde 2010.

Encontra-se inscrito no Concelho Distrital dos Açores da Ordem dos Advogados.

## CONFERÊNCIA V

### FAMÍLIA NUMA PERSPETIVA JURIDICA: EXPERIÊNCIA, DESAFIOS E DIFICULDADES<sup>6</sup>

Muito obrigado.

Senhor presidente desta sessão.

Senhor deputado.

Minhas senhoras e meus senhores.

É um gosto estar aqui. Poder falar de um tema que me é caro.

Para além daquilo que foi dito a propósito do meu currículo falta uma parte importante. É que eu também sou pai e tenho 3 filhos. Portanto estou no limiar mínimo das famílias numerosas. E no meio das coisas todas que ando a fazer, também tenho de ter tempo para os meus filhos. Tempo para ver os jogos de futebol deles. Acompanhar as atividades. Acompanhá-los na atividade escolar. Enfim, ser um pai, diremos nós, dos tempos modernos com muitas solicitações, com muitas exigências e esta é uma das questões também que nos coloca numa perspetiva diferente do ambiente familiar.

É um gosto estar aqui. Agradeço muito o convite simpático que me fizeram. É um gosto falar, sobretudo falar na minha terra, sobre questões que me interessam como profissional e como cidadão.

Eu sei que estão já preocupados porque pensam “bem temos cá um advogado a falar, vai-nos pregar uma seca com leis para cima e artigos para baixo e, portanto, meia hora não vai chegar para o assunto e vamos ficar desesperados”. Eu vou tentar não falar muito de leis nem de normas legais.

A intervenção tem duas partes.

Tem o enquadramento legal das questões da família do ponto de vista legislativo, que foi aquilo que me pediram. Depois uma referência à crise da família e o seu reflexo na lei, no direito português. E depois, também, achei que era interessante trazer aqui alguns dados sobre os Açores, as famílias dos Açores e as famílias em Santa Maria e algumas questões relacionadas com o casamento, a dissolução do casamento, enfim, o divórcio, aquele que é feito no tribunal, aquele que é feito nas conservatórias, para

---

<sup>6</sup> Texto não revisto pelo orador.

nos percebemos também como se constituem e terminam as famílias nos Açores e terminam as famílias em Santa Maria.

Eu gosto muito desta definição que aqui está. É uma definição já antiga, da Organização das Nações Unidas que diz que a família é a mais pequena democracia na sociedade. Eu adoro esta definição. Porque acho que ela traduz exatamente o que são as famílias hoje e sempre. Ou, melhor, hoje! Porque o modelo de família tradicional não era bem este. A família não era exatamente um espaço de autoridade, não era um espaço de democracia, era um espaço de autoridade. Aliás, eu às vezes uso muitas vezes esta expressão.

Há dias atrás, num colóquio sobre a família em Ponta Delgada, eu dizia: “bem, então o modelo tradicional de família onde um São José trabalha, uma nossa Senhora está em casa e o menino Jesus que cresce” está um bocadinho ultrapassado, porque as famílias hoje não são isto e o modelo que nos tivemos em Portugal até ao 25 de Abril também era o modelo da autoridade do pai de família, do chefe de família, da mulher que não trabalhava e dos filhos que respeitavam a autoridade paternal, a autoridade do chefe de família.

Portanto, este conceito de democracia, da mais pequena democracia, é um conceito mais para os nossos tempos, mais para a nossa idade e para os dias de hoje. E também, quando em 1994 a ONU declarou o ano internacional da família, declarou com um lema que eu acho interessante que é capacidade e responsabilidade num mundo em transformação. E apesar de este ano de 94 já ser longínquo, alguns dos aqui presentes são mais jovens do que a proclamação do lema, o que é verdade é que a capacidade e a responsabilidade da família num mundo que está a mudar, e que está a mudar depressa, é cada vez mais exigente e mais permanente.

Como ouvimos já aqui hoje durante todo este seminário e ainda aqui há pouco, é na família que a pessoa se expressa, é na família que a pessoa se vivifica, porque cada um de nós é único, é especial, é irrepetível. Nos biliões de cidadãos deste mundo não encontramos um duplicado, não há clones de cada um de nós, mas também é na família que aprendemos as primeiras regras de sermos com os outros, de estarmos com os outros, de estarmos em sociedade, de vivermos em sociedade.

Somos família num tempo. A família de hoje não é igual à família dos anos 20 ou não é igual à família do século passado, nem é igual à família dos tempos da colonização dos açores. E também a pessoa é transcendência do que aspira a ser mais do que um ser humano, um ser mortal, nas suas mais diferentes crenças, nas suas mais diferentes religiosas ou não.

Declaração Universal dos Direitos do Homem. Trouxe este exemplo porque ele é matricial. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem o direito à proteção do Estado. Direito da família, de se constituir e uma obrigação para o Estado. É preciso dizer que esta Declaração Universal dos Direitos do Homem faz parte do direito português, isto é o Estado português recebeu esta declaração nas normas internas de Portugal e ela obriga os cidadãos, obriga o Estado, do mesmo modo como uma lei nacional feita numa Assembleia da Republica ou como uma lei regional feita na Assembleia Legislativa dos Açores.

Quanto ao casamento a Declaração Universal dos Direitos do Homem diz que o homem e a mulher têm direito de casar e de constituir família, sem restrição de raça, nacionalidade ou religião, mas também garante que durante o casamento e na altura do fim do casamento, da dissolução do casamento, os direitos são iguais.

É preciso dizer que em Portugal isto nem sempre foi assim. Isto nem sempre foi assim e o que é verdade é já depois do 25 de abril de 74 isto, felizmente, que se tornou acima do direito português.

Convenção Europeia dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais no fundo também repete a mesma ideia. A ideia de liberdade de construção de casamento que contem em si depois a liberdade da dissolução do casamento e sobretudo um princípio de igualdade entre os membros do casamento. Eu não digo entre homem e mulher, que é a forma tradicional, mas hoje, como sabem, temos outros casamentos e outros tipos de casamento e direi igualdade entre ambos os membros do casamento.

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia que está anexa ao Tratado de Lisboa. Voltamos a encontrar a mesma ideia. Direito de constituir casamento e de constituir família que é garantido aqui pelas legislações dos estados, dos 28 Estados da União Europeia.

Três instrumentos internacionais diferentes. A ideia é exatamente a mesma. Garantir a liberdade de contração de casamento. Garantir a igualdade dos membros do casamento. Garantir a proteção através das legislações estaduais, quer ao casamento quer depois aos mecanismos de dissolução do casamento.

Descemos agora para a Constituição da Republica Portuguesa. É óbvio que podia ter trazido outros exemplos, outras convenções internacionais sobre os mais diversos aspetos da vida familiar, quanto à adoção, quanto à regulação dos poderes parentais das crianças, no caso das dissoluções, mas não vale a pena estar a maçar-vos com isso.

Só para reter aqui a ideia de que grandes instrumentos do direito internacional, grandes convenções internacionais recolhem todas a mesma perspetiva que depois é traduzida para a Constituição da República Portuguesa. O artigo 36º diz que todos tem direito a constituir família, cá está outra vez, e a contrair casamento em condições de plena igualdade. Aliás, aqui até se reforça a ideia da igualdade, porque diz plena igualdade. O direito a constituir a família é assim um direito fundamental.

Depois, nos direitos sociais. A família como elemento fundamental da sociedade tem direito à proteção por parte do Estado e por parte da própria sociedade. Depois, daqui nascem um conjunto de obrigações do estado em relação à família.

Não é para ler o slide todo, porque isto é o texto do artigo 67º, mas para percebermos que o Estado tem um conjunto de obrigações. Proteger as famílias. Promover o direito ao trabalho com o acompanhamento familiar. Garantir apoio a quem precisa. Regular os impostos e os benefícios sociais de harmonia com os encargos familiares. Promover várias políticas que permitam a conciliação da vida familiar com a vida empresarial, com a vida laboral. Cooperar com os pais na educação dos filhos.

Isto é programático, porque em vários momentos da história, e nós estamos a viver um destes momentos, o Estado diminuiu o conjunto de apoios. Por razões económicas, neste momento, ou por razões de opção política, ou por razões de opção partidária de cada Governo que pode estar em funções.

Estes direitos e estes deveres do Estado, simultaneamente deveres do Estado, constituem direitos das famílias têm expansibilidades diferentes. Num momento são mais generosos os apoios, noutra momento são menos generosos os apoios. Num momento o Estado é mais permissivo em relação à conciliação entre o trabalho e a família, outras vezes é menos permissivo, é mais restritivo. Vai variando ao longo do tempo.

São direitos sociais. Têm uma forte carga programática o que significa que, há aqui uma liberdade, como nós dizemos, o direito com uma liberdade de conformação, isto é, há liberdade para que o legislador em cada momento possa alterar a maneira como o Estado garante estes deveres e estas obrigações do estado em relação a cada uma das famílias.

Nós, infelizmente, pelas circunstâncias económicas que Portugal vive, nós vimos aqui um conjunto de alterações vultuosas nos apoios às famílias. Por exemplo, ao nível da atribuição dos abonos de família, ao nível da atribuição dos apoios sociais que no fundo reduzem, também, o apoio do Estado às famílias em nome de um esforço

económico que o país partilha, enfim, que todos nós partilhamos para tentar por as contas do país em ordem e em dia.

Depois na sequência dessa proteção à família, considerando que a família goza de uma proteção e direitos fundamentais, a Constituição também consagra a igualdade e o estatuto entre os filhos nascidos dentro ou fora do casamento.

Isto hoje parece-nos uma banalidade, mas a verdade é que nem sempre foi assim e até à Constituição de 76 e até à reforma do Código Civil que depois se seguiu em 1977, quem é que não se recorda desta expressão que “havia os filhos nascidos no casamento, os filhos legítimos e os filhos ilegítimos”. Esta era a expressão que a lei trazia.

Isto hoje choca-nos. Dizemos que são todos filhos, quer sejam fora do casamento ou fora do casamento. Isto não tem a ver com opções morais ou com interpretações morais, nada disso, estamos a ver isto apenas no plano da lei. E havia diferenças de tratamento entre os filhos que nasciam dentro do casamento e os filhos que nasciam fora do casamento. Felizmente que em 1977 isto foi alterado e foi alterado no sentido de reconhecer uma plena igualdade entre os filhos que nascem dentro ou fora do casamento.

Isto é, situados historicamente, nos hoje temos esta realidade que há 30 anos atrás ou há 40 anos atrás não era assim.

Novamente, as crianças tem direito à proteção da sociedade e do Estado, artigo 69º e depois, isto tem decorrência também nas regras da proteção à maternidade e à paternidade, isto é à parentalidade, e tem evoluções relativas interessantes. Década de oitenta consagra-se um conjunto de direito de proteção à paternidade, alarga-se os direitos da paternidade.

O Código de Trabalho hoje já permite que, por exemplo, a licença de maternidade, que não é designada, possa ser exercida pelo pai, portanto a licença de parentalidade tanto pode ser exercida pelo pai ou pela mãe, sendo que a lei reserva alguns dias obrigatoriamente para a mãe, mas depois o pai pode ficar em casa a cuidar das crianças. Isto é uma coisa que se vai tornando hoje já normal.

Devo dizer que há algumas instituições que reagem ainda mal a isto. A instituição militar não vê com bons olhos o exercício, por exemplo, da parentalidade pelos seus soldados. Isto brinca um bocadinho com a ideia tradicional que soldado, militar não fica em casa a tomar conta das crianças. Mas pronto. Cá está, estamos em 2014 e isto faz-nos sorrir, mas o fato é que esta realidade existe e, portanto, eu na minha vida profissional como advogado também me deparo com estas dificuldades que muitas

vezes resultam de um pai militar que quer exercer normalmente o seu direito que o Código de Trabalho lhe permite exercer e que a instituição levanta algumas dúvidas quanto ao exercício. Não dizem explicitamente que não pode ser, mas levantam uma série de questões para o seu exercício pleno.

Podemos achar estranho que o Código Civil português, que regula um conjunto de matérias, como nós sabemos empiricamente. Regula as questões do direito da família, as questões relativas às sucessões, isto é, o que acontece depois de alguém morrer numa família, quem é que fica com os bens. Regula matérias relativas aos negócios, aos contratos, aos bens que se compram e bens que se vendem.

O Código Civil português não tem uma definição jurídica de família. É curioso, mas não tem. Não tem o Código na sua reforma de 77. Este Código Civil é da década de 60, é de 66, não tem uma definição de família e, portanto, nós temos de ir buscar a definição de família à sociologia, às matérias afins do direito e encontramos, sim, no Código Civil uma definição que não dizendo que é a família, acaba por ser operativa que é a do artigo 1576º, prometo não fazer muitas referências a artigos, são fontes das relações jurídicas familiares o casamento, o parentesco, a afinidade e a adoção. Isto é sem dizer o que é que é uma família o Código Civil diz “bem, as relações familiares constituem-se por estas formas. Pelo casamento, quando um casal ou uma pessoa só adota uma criança. Os graus de parentesco e a afinidade. A questão dos tios, das avós, dos cunhados”. Uma expressão muito açoriana, dos contracunhados, que é uma coisa que não se encontra em lado nenhum, mas os contracunhados como nós usamos na nossa linguagem comum. Portanto, isto tudo constitui fonte de relação jurídica familiar.

O Código Civil diz-nos o que é casamento. Isto é, não nos diz o que é que é família, mas diz-nos o que é casamento. E o casamento é um contrato. Do ponto de vista da lei civil é um contrato. Do ponto de vista da religião católica é um sacramento.

Isto teve a sua importância porque, como sabem, pela Concordata celebrada entre o Estado português e a Santa Sé, reconhece-se igualdade de casamentos aos casamentos católicos, isto é quem casa só pela Igreja este casamento tem o mesmo valor que um casamento civil, que um contrato celebrado numa conservatória do Registo Civil.

Não acontecia até à alteração da concordata em 1977 os casados civilmente podiam divorciar-se, portanto, terminava o casamento, mas aqueles que eram casados catolicamente não podiam divorciar-se. Isto tornou-se um problema social evidente e em 1977, com o ministro da justiça, na altura Salgado Zenha, foi celebrado com a

Santa Sé uma alteração à Concordata que vinha da década de 40 para poder haver a dissolução do casamento católico. Isto é, reconhecerem-se os efeitos civis da dissolução do casamento católico, porque o casamento, como sabem, e faço referência à Igreja católica porque que é a mais importante religião em Portugal, o país é maioritariamente católico, o casamento católico continua, perante a Igreja, a ser válido a não ser que haja um processo próprio de nulidade matrimonial tramitado nos tribunais eclesiásticos, mas reconheceu, o Estado português reconheceu e a Santa Sé, aceitou reconhecer que quem tivesse casado só pela Igreja se pudesse dissolver o seu casamento através dos tribunais, que na altura, era só nos tribunais, hoje já se pode dissolver o casamento só nas conservatórias, mas ficavam, perante a lei civil, divorciados, embora casados perante a Igreja.

Eu também escrevi esta redação deste artigo do Código Civil porque ela é importante, porque diz que o casamento é celebrado entre duas pessoas. Isto é uma redação de 2010. Por quê? Porque antes de 2010 dizia o casamento é um contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferente. Obviamente, entre homem e mulher. E aliás, o Código Civil tinha até uma consequência, os casamentos celebrados entre pessoas do mesmo sexo não era nulos, eram inexistentes, não existiam à face da lei portuguesa.

Em 2010 opera-se uma profunda alteração nesta matéria do casamento, no direito da família, permitindo o casamento entre pessoas mesmo sexo. Dois homens, duas mulheres ou uma mulher e um homem, conforme existia tradicionalmente.

Hoje em dia... já hoje aqui ouvimos falar das mudanças da família, as crises da família. Isto é verdade porque a família tradicional está ao lado de outras formas de família. A família pode ser constituída por um casamento, versão tradicional e depois pode ser constituída com base numa união de fato.

E o que é verdade que as famílias hoje têm características muito diferentes do que tinham no tempo dos meus pais, por exemplo, ou dos meus avós, ou dos meus bisavós.

Há igualdade e simetria nos papéis familiares, isto é, pai e mãe desempenham hoje, embora aja tarefas funcionais do dia-a-dia que são repartidas, mas o que é verdade é que o papel de ambos da família é equivalente. Não há já uma subordinação das mulheres aos homens.

Há democracia nas decisões familiares. A tal ideia da mais pequena democracia da sociedade.

Há, depois, uma aposta e investimento forte, e ainda bem que é assim, da mulher na sua carreira profissional, o que também leva a inevitáveis mudanças nas relações familiares dentro de cada uma das famílias.

Há informalização, contratualização e individualização das relações familiares. O que é que isto quer dizer? Bem, como nós percebemos, pelas nossas relações sociais, as pessoas hoje, para além da opção de casarem ou não casarem, tem várias, ou fazem união de fato, ou vivem juntos durante algum tempo, ou estão juntos agora, deixam de estar uma temporada e voltam a estar juntos. Há famílias que já não coabitam... há casais que já não coabitam o tempo todo debaixo do mesmo teto. Estão casados ou estão juntos, mas um está fora de longas temporadas, passa uma, duas semanas do ano juntos e voltam a separar-se. Mas apesar de tudo são famílias.

E, portanto, esta nova realidade familiar também traz, depois, problemas ao direito, porque o direito não está preparado para dar resposta a algumas destas questões. Por exemplo, neste *living together alone*, isto é, vivermos juntos mas separados, que é uma nova realidade por razões laborais, por razões profissionais, as pessoas vão para fora, não estão juntas, passam uns dias, tornam a regressar, mas para o direito o vínculo, a família é constituída a partir de uma ideia de comunhão de cama, mesa e habitação, isto é, estarem juntos no mesmo espaço, partilharem uma vida familiar, partilhar o dever de assistência, de cooperação, o dever de cuidar dos filhos e o direito fica um pouco espantando com estas coisas e às vezes não há respostas para estes novos problemas que a informalização, a individualização e umas contratualizações diferentes das relações familiares levantam ao próprio direito.

O papel dos afetos. O papel dos afetos continua, aliás, tem um papel cada vez mais central. Os afetos entre os membros do casal e os afetos em relação às crianças. E, portanto, há uma revalorização do papel dos afetos que depois tem uma importância quando nós os casamentos ou as uniões de fato se dissolvem e é preciso depois regular quem fica com os filhos, com quem é que os filhos estão à guarda e os tribunais hoje, cada vez mais, dão maior importância ao lugar central dos filhos, isto é, os filhos adquirem uma centralidade diferente quando á uma dissolução do casamento ou a dissolução da relação.

Por quê? Porque as decisões que os tribunais tomam em matéria de guarda das crianças de responsabilidades parentais tem um único patamar que é o bem-estar da criança, isto é, os tribunais decidem em função do bem-estar da criança o que às vezes choca com aquilo que é o interesse ou a conveniência de cada um dos membros daquilo que era a família que entretanto se dissolveu.

E depois nós temos também aqui uma responsabilização cada vez maior das entidades públicas na socialização e proteção dos direitos das crianças, isto é, estas novas famílias acabam por, e esta nova realidade da mudança da família, obriga o Estado a tomar iniciativas legislativas e ter legislação que possa garantir proteção dos direitos das crianças numa lógica em que as crianças perante estas dissoluções de casamentos, dissoluções das uniões de fato ou o fim das tais contratualizações ou informalmente constituídas sobram sempre as crianças como bazar e portanto o Estado tem que ter aqui um papel maior para proteger, eu diria, o elo mais fraco destas relações que são sempre as crianças, porque não sobrevivem sozinhas no mundo e portanto tem de se mostrar aqui, impor regras mínimas de proteção e garantia em relação àqueles que são os mais fracos da parte familiar.

Temos aqui os vários conceitos de família. Bem, são estes, são os principais. Há outros.

A família nuclear ou simples que é uma só união entre adultos e um só nível de descendência.

A família alargada coabitam ascendentes e descendentes, isto é, pais e filhos, muitas vezes avós, tios, primos. Há sempre uma tia velhinha que está em casa ou um tio idoso.

Depois a família unitária, uma só pessoa, que depois também tem as suas consequências do ponto de vista jurídico, como é evidente.

A família monoparental, um só progenitor que coabita com os seus descendentes. Isto acontece muito nos casos de divórcio em que os filhos ficam, aliás, tradicionalmente em Portugal 99% dos casos ficam com as mães e logo ali aquilo que era uma família nuclear se transforma rapidamente numa família monoparental, isto a mãe com o seu filho ou com os seus filhos e eles estão à guarda da mãe e depois o pai tem os direitos de visita que são normalmente quinzenais.

Esta é também o esquema tradicional. A lei não tem, devo dizer, a lei não tem regras para esta matéria. Podem ser encontros... o pai pode visitar os filhos pode ser todos os dias, mas o que é verdade é que do ponto de vista prático a tradição funciona desta maneira. Os miúdos estão com as mães, estão à guarda das mães e os pais que não tem os filhos à sua guarda vão busca-los de 15 em 15 dias porque a mãe tem direito a passar os fins-de-semana com os filhos, portanto, os seu tempo de lazer de uma mãe deve ser partilhados com os seus filhos de uma maneira mais aberta, mais livre e portanto esta é uma das características da nossa sociedade nos casos dos divórcios ou das separações das famílias ou do rompimento dos laços informais é que os

miúdos ficam aqui repartidos, numa certa flutuação entre casas e ambientes familiares.

Família adotiva. A família que adotou crianças não consanguíneas. Eu aqui também queria fazer aqui uma referência muito breve a uma hipocrisia legislativa que é assim. Desde 2010, como já vos disse, a lei portuguesa permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo, mas curiosamente não permite a adoção desses casais de crianças. Isto é os dois homens ou mulheres que casaram não podem adotar crianças. Agora vem a parte da hipocrisia. Mas permite que um deles sozinho possa ser pai ou mãe adotiva e a criança vá viver para aquela família. E a pergunta que eu coloco é isto faz algum sentido?

Independentemente das nossas opções e das nossas convicções religiosas, das nossas convicções morais sobre esta matéria, o que é verdade é que isto do ponto de vista do direito não é muito razoável, até porque isto depois tem uma consequência que é a criança adotiva é só filha adotiva de um deles. Se aquele que não é pai adotivo morre a criança que está a viver naquela família, e que até pode estar a viver há algum tempo, não tem nenhum direito de sucessão em relação àquele que morreu, não é herdeiro de coisa nenhuma.

É razoável? É justo? Não creio, mas o Estado permite que um dos membros da família sozinho possa adotar fingindo que nada mais acontece. Enfim, não há uma solução. Só para voz dizer, cá está, um dos atrasos da nossa lei portuguesa face à nova realidade.

E depois a família reconstruída, recombinação ou combinada, que é aquela que há uma nova união conjugal e depois nós temos ali a geometria variável: os meus, os teus e os nossos.

Isto acontece nos nossos círculos de amizade. Nós vemos as famílias com esta composição toda. Isto depois também levanta problemas para o direito. Nós temos ali os meus filhos com que resultam desta nova união. Eu sou pai e a minha mulher ou companheira é mãe, mas depois temos os filhos dela e os filhos dele. Os filhos dela têm uma regulação de responsabilidades parentais, isto é, uma regulação do poder paternal, como se dizia antigamente, feitos com direitos de visita do pai ou da mãe e depois temos os outros que também tem outra regulação de poderes parentais com o outro pai ou com a outra mãe. Temos ali o pai e a mãe que decidem a vida dos seus filhos e depois temos, nos dois lados, os outros ex-cônjuges que estão a decidir a vida daqueles que são os seus filhos.

Isto é um bocado confuso e dá origem a conflitos que tem que ser resolvidos por instâncias, ou judiciais ou instâncias não judiciais. Esta família de geometria variável trás problemas de natureza variável, de geometria variável, para o direito e para os aplicadores do direito.

As mudanças no direito da família.

A consagração do tal princípio da igualdade. A igualdade entre os membros do casal, entre pai e mãe, ou entre os dois pais e as duas mães. Se quisermos.

Democracia nas relações familiares. Paridade entre os sexos. Os direitos da criança como nova centralidade, como já vos tinha dito, do direito da família e depois, aqui, a desjudicialização dos conflitos familiares e a republicização dum “novo” direito da família.

O que é que isto quer dizer? Desjudicialização.

Os conflitos do direito da família são muito grandes. Só para vos dar um exemplo, vou contar aqui uma história que demora um minuto. Eu um dia tive um casal que me procurou. Eu já tinha sido advogado deles no divórcio, que me procurou porque o filho tinha de ser operado à garganta, uma coisa banal, e os pais não se entendiam quanto ao médico que deveria operar o seu filho. Não se entendiam. Um dizia que tinha de ser o médico A. O outro dizia que tinha de ser o médico B. Portanto, vieram-me procurar para eu resolver o assunto. A opção que havia era irmos ao Tribunal de Família e Menores. O acordo dizia que nas intervenções cirúrgicas, como é normal, tivesse que haver acordo entre os dois pais. Bem e como é evidente o juiz não escolhia o médico, o cirurgião A ou o cirurgião B, o que procurou foi fazer um papel de mediação entre os pais, chamá-los à razão.

Os pais não podem pedir à justiça portuguesa que escolha o médico A ou o médico B para operar os vossos filhos. O que é verdade é que o Tribunal ocupou o seu tempo nesta mediação. Os advogados, eu no caso, ocupamos o nosso tempo. Os pais, primeiro num grande conflito e acabaram por perceber que aquilo não era bom para o miúdo e que o miúdo precisava de ser tratado e se calhar tinha de haver ali algum bom senso para tentar resolver a questão.

Nós não precisamos às vezes de ir ao Tribunal de Família. Hoje há oportunidades para resolver estes conflitos fora dos tribunais. Há mecanismos hoje na sociedade que permitem resolver estes conflitos. Há um papel cada vez mais importante das equipas familiares no instituto de ação social. Há os pontos de contato familiar. Há os gabinetes de mediação familiar e depois há o papel dos advogados do direito da família que muitas vezes procuram, em vez de levar os seus clientes para um conflito

judicial, que se pode arrastar e que não leva a lado nenhum, procuram chamar os clientes à razão.

Eu já resolvi muitos problemas entre clientes divorciados e a propósito da regulação dos poderes parentais justamente através de uma boa conversa. Muitas vezes uma boa conversa, o bom senso de quem está de fora consegue também impor algum bom senso a quem está dentro e quem tem o problema e que acha que tem que ir ao tribunal resolver o assunto.

Depois a republicação é porque estas transformações das famílias, estas várias reconfigurações das famílias obrigam, então, o estado a ter que ter legislação nova para enfrentar estes novos problemas e muitas vezes está atrasado em relação à sociedade. O que é verdade é que hoje nós vemos o estado muito atrasado em relação a algumas das realidades sociais que são vão impondo e para as quais o direito não tem resposta.

Por exemplo, só em 2010 é que se dá um salto na proteção das uniões de fato e torna-se o regime das uniões de fato o regime mais protetor dos membros que escolheram viver como um casal, como homem e mulher, como uma família, mas que não querem casar por alguma razão filosófica, por alguma razão religiosa, por uma razão de opção de vida. Para todos os efeitos são um casal que se designam a si próprios por marido e mulher mas que nunca quiseram casar de papel passado. Mas só a partir de 2010 é que verdadeiramente se dá um salto na proteção das uniões familiares.

Eu quero vos dizer, por exemplo, que antes desta data, tive, por exemplo, aqui um caso, por acaso em Santa Maria, em que um casal vivia em união família à 20 e tal anos. Um dos membros da união morreu e na altura era obrigatório por uma ação contra a segurança social para ser-lhe reconhecido o direito à pensão de sobrevivência. Isto é penoso para as pessoas e isto é uma união de fato que tinha 20 e muitos anos. Portanto, consolidada, não era uma aventura passageira, não era um acaso. Era um casal, era uma família e teve que por, com todos os custos, com todas as consequências e com todas as demoras que isto tem, uma ação contra a segurança social para que a segurança social reconhecesse que tinha direito à pensão por morte do seu marido, do seu companheiro.

Isto hoje já não é assim.

Felizmente já não é assim, porque isto depois causa um conjunto de injustiças. Hoje há, neste âmbito, uma proteção daquela que era a casa de morada de família e permite que o membro da união de fato não é herdeiro, mas tem garantido pelo menos

por 5 anos o direito a viver na casa, a usar os móveis da casa, após a dissolução da união de fato por morte do companheiro.

Se a união de fato tiver durado mais de 2 anos pode estar na casa pelo período de tempo correspondente que durou a união de fato.

Já falamos do casamento civil entre as pessoas do mesmo sexo. A tal alteração de 2010.

Depois à uma alteração, também, importante à lei de proteção das crianças e jovens em perigo com as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens que também lhes dá novas funcionalidades dentro de uma lógica de mediação e acompanhamento dos problemas dos jovens, da ocorrência e de prevenção dos riscos alusivos às crianças, antes de passarmos à fase judicial.

O regime do divórcio que é também uma alteração fundamental do regime do divórcio, porque antes de 2008 era obrigatório, por exemplo, para as pessoas se divorciarem, ou havia ali um abandono claro da vida familiar e nesse caso tinha-se que esperar 3 anos para depois as pessoas se poderem divorciar. Hoje em dia basta só com a rutura da vida familiar. Portanto, é uma mudança muito grande. Não é preciso esperar 3 anos para que as pessoas se possam divorciar.

Eu não vejo isto como um incentivo ao divórcio. A verdade é esta. Vejo isto como uma forma de liberdade. Os casais cuja vida familiar não resulta, já acabou há muito tempo, libertá-los de uma pesada penalização que existia de terem de esperar 3 anos para poderem se divorciar.

E finalmente o sistema de mediação familiar que não funciona nos Açores, mas que é um sistema instituído pelo Ministério da Justiça que visa justamente do ponto de vista institucional informal resolver aqui os conflitos que vos falava à pouco entre pai e mãe relativos aos seus filhos.

Muito bem. Posto isto e tentando aqui cumprir o meu propósito de não vos dar grandes secas sobre questões jurídicas vamos aqui à segunda parte que é uma parte interessante que é percebermos quantos nós somos nos Açores, quem somos, como é que estamos e como é que estão as famílias dos Açores.

Nós... eu peço desculpa, alguns dos dados não se conseguem ver muito bem, mas procurei lê-los para vermos melhor. Santa Maria tem 5 614 habitantes de um total de 247 372 dos Açores. Numa população açoriana em que 50% são mulheres. 50,8% são mulheres.

Aliás, nós notamos a diferença das mulheres na população, nas universidades, nos empregos, na minha profissão, por exemplo, temos mais advogadas que advogados, temos mais juízas do que juizes, temos mais magistradas do ministério público do que magistrados. Aliás, eu tirei o curso na Faculdade de Direito de Lisboa e à frente da faculdade fica a Faculdade de Letras e no tempo em que eu estudei dizia-se “bem, a faculdade das mulheres é ali em frente”. Portanto, iam as mulheres para os cursos de letras e na minha faculdade era maioritariamente homens a tirar direito. Hoje em dia a realidade já não é esta. Portanto, os homens são uma minoria a tirarem os cursos, porque há uma mudança populacional e há uma mudança no acesso, no bom sentido do acesso, das mulheres às profissões.

Densidade populacional, isto é, número de habitantes por quilómetro quadrado. 107 Habitantes por Km<sup>2</sup> nos Açores, Santa Maria tem 58 habitantes por Km<sup>2</sup>, portanto, estamos abaixo da média dos Açores.

Idosos por 100 jovens. Nós nos Açores temos 73,3% de idosos por cada 100 jovens. Em Santa Maria estamos um pouquinho pior, 74,4%. O que é que isto quer dizer? Campanha vermelha, estamos ficando com população envelhecida. Este é um dos problemas constantes, aliás, não é um problema só de Santa Maria. Se olharem para os números vêm que a realidade está ali bem identificada. Olhem, por exemplo, para o Pico, 143%. Olhem para a Graciosa. Olhem para São Jorge.

Portanto, nós estamos a ter um problema de envelhecimento da nossa população dos Açores e isto é um problema dramático. Vai ter consequências a todos os níveis. Vai ter consequências a nível das relações familiares. Vai ter consequências a nível daquilo que o Estado tem que fazer, dos apoios às pessoas. Vai ter consequências naquilo que é a prestação dos serviços públicos e depois vai ter que ter consequência, também, na necessidade construção de um conjunto de equipamentos que tem que ser complementares, como dizia há pouco e dizia muito bem, uma rede complementar de apoio àquilo que as famílias prestam, porque as famílias não podem chegar a tudo, nem podem ter capacidade para chegarem a todos as necessidades que este tipo de envelhecimento vai provocar.

Eu hoje vinha no avião a ler o Publico e o Público trás um dado interessantíssimo dos dados do INE. A esperança de vida em Portugal está já nos oitenta anos, portanto, imaginem o que isto significa. Vamos viver mais tempo, com maiores necessidades de apoio, de prestação, de saúde, portanto, com o peso que isto trás por toda a gama de proteção do Estado.

Mas com outro dado, que é entre 1931 e 2011, em 30 anos Portugal perdeu 936 mil crianças até aos 14 anos e 46% das crianças portuguesas estão integradas em famílias em que só há um filho. Portanto, a nossa pirâmide está a inverter-se. Nós estamos a ter mais idosos e menos jovens. Estamos a viver mais tempo e temos poucos jovens. Isto tem uma consequência e portanto o Estado vai ter que ter políticas, cá está o Estado atrasado, legislação atrasada, vai ter que ter políticas para estimular a natalidade.

É evidente que algumas Camaras do dão ali um subsidio por cada filho, mas isto é um efeito que se esgota instantaneamente. O que é preciso é ter outros mecanismos. Ter uma melhor conciliação entre o trabalho e a família, ter mecanismos de apoio à família, permitir que, se calhar, as empresas que tem alguma dimensão tenham um espaço que possamos levar os nossos filhos e deixá-los lá enquanto estamos a trabalhar e em 5 minutos podemos ir espreita-los, dar-lhes um beijinho ou um abraço e voltamos para o nosso trabalho. Se calhar permitir que algum d trabalho possa ser feito em casa e que não haja tantas complicações para nós fazermos jornadas continuas ou sairmos do trabalho para termos uma assistência á família.

Nós temos de mudar mentalidade sob pena de daqui a alguns anos, e não pensem que são tantos assim, nós temos de fato uma população extremamente envelhecida, nós temos poucos jovens.

Jovens, jovens, jovens. Jovens com menos de 15 anos nos Açores são só 17,7% da população. Santa Maria não está assim muito mal, está assim muito mal, 16,9%, está dentro da média, mas se compararmos aqui com o quadro anterior percebemos mais idosos, menos jovens.

Quantas famílias somos?

Nos Açores somos 81 715 famílias e em Santa Maria somos 1 998 famílias. 2% das famílias do país. 17% das famílias são famílias unipessoais. Número interessante. Pessoas que estão sozinhas e algumas destas famílias são famílias unipessoais, eu diria, em solidão.

Eu para além de ser advogado e antes de ser advogado eu primeiro sou cidadão. Vivo nos Açores. Vivemos todos nos Açores. Vivemos na nossa terra, portanto, temos que olhar para estas coisas, também, com preocupação. Aqui não está, não consegui encontrar estes dados, mas famílias unipessoais em solidão, são os idosos que já estão sozinhos, que não estão com nenhuma estrutura de apoio e que tem dificuldades em enfrentar o seu dia-a-dia e vivem uma vida solitária.

Famílias unipessoais na ilha de Santa Maria são 415. 40% das famílias unipessoais são de pessoas com 65 e mais anos. Não tive depois o dado percentual específico por Concelho, não consegui encontrar, mas temos 40% das famílias unipessoais são idosos.

Casamentos católicos e civis.

Vejam como isto está a mudar. É um sinal dos tempos.

Os casamentos civis são 75% dos casamentos dos Açores. Eu quero chamar a atenção para este dado que é assim, há aqui uma... este número não é exatamente real, por quê? Porque muitas vezes acontece que quando querem casar por igreja tem que casar civilmente primeiro porque querem construir uma casa, querem contrair um empréstimo bancário e depois a seguir é que vão casar pela igreja. Mas o casamento que conta, para efeitos estatísticos, é o casamento civil. É o casamento que se faz no registo, como se diz vulgarmente. E portanto este número não é um número que reflita a realidade, mas eu acho que ele se aproxima de uma tendência que é: temos muito mais casamentos civis e muito menos casamentos católicos nos Açores.

Apesar de sermos uma região com uma predominância da fé católica, e uma predominância de católicos, mas se olharmos para Santa Maria, Santa Maria vem aqui com um dado curioso relativamente à prevalência dos casamentos civis no todo açoriano.

Nascimentos fora do casamento. Nós temos 2 488 nascimentos fora do casamento. 35% dos nascimentos nos Açores são fora do casamento. Portanto, cá está, as tais famílias diferentes, as tais famílias novas. Gente que está em uniões de fato, gente que está em uniões contratualizadas, mas que não casou, por várias razões, mas 35% dos filhos já são fora do casamento. Dos 2 488 dos açores, 48% são crianças que nasceram fora do casamento na ilha de Santa Maria em 2012.

Todos os dados, como já viram, são dados da Pordata e são dados do Instituto Nacional de Estatística e portanto são números absolutamente oficiais.

Eu peço desculpa, isto vê-se muito mal, mas eu quis só mostrar aqui este valor. A setinha ali aponta para Portugal, isto é a taxa de natalidade, é 1.32%. O que é que isto quer dizer? Que nós não conseguimos ter... eu sinto-me uma raridade com 3 filhos, sou um caso raro junto dos meus amigos, já ninguém tem três filhos. Os meus amigos gozam e dizem "Á três rapazes, que coisa". Normalmente tem um, alguns vão aos dois, aos três contam-se pelos dedos das duas mãos os meus amigos que tem três filhos. Quatro e cinco então ainda menos.

O que é que isto significa? Significa que nós não estamos a conseguir repor o saldo natural, isto é, um casal de duas pessoas quando morre deixou 1,32 filhos, não chega aos dois. Não dá para repor os que morrem. Isto tem as consequências que nos já estamos aqui a falar.

Índice sintético de fecundidade. Estamos a falar da mesma coisa. Nós em Vila do Porto, em Santa maria nós estamos com 1,16. Nós até estamos abaixo da média nacional. 1,32, portanto, estamos um bocadinho abaixo.

Índice sintético de fecundidade dos Açores é um bocadinho acima da média nacional 1.34, é quase irrelevante, portanto, é uma diferença mínima, mas o que interessa aqui para Santa Maria isto é importante para depois os responsáveis políticos da ilha perceberem que de fato há aqui um problema, também, de natalidade. Os representantes políticos da ilha e os responsáveis políticos regionais. Há aqui um problema de natalidade em Santa Maria.

Bem. Vamos agora aqui ao mundo dos tribunais, muito rapidamente, para terminar esta parte, porque já estou a falar há muito tempo. Só para vos falar aqui mais ou menos a realidade 2011, 2012, 2013 dos divórcios e dos separações e dos inventários no Tribunal de Vila do Porto.

Como sabem os divórcios fazem-se ou pelas conservatórias ou pelos tribunais (já vou mostrar a seguir o numero das conservatórias, da conservatória do registo civil). Ou pelos tribunais ou pelas conservatórias e portanto, o numero dos divórcios não são muito elevados. Entraram cinco processos em 2013, entraram, depois em 2012 dez e em 2011 cinco divórcios e depois os processos de inventário, que aqui não estão separados, mas que são inventários ou podem ser inventários na sequencia de divorcio ou podem ser inventários por morte, enfim, portanto que uma questão não relativa à dissolução do casamento. Portanto, são números relativamente pequenos.

Os divórcios na Conservatória do Registo Civil. Nós também temos aqui um conjunto de dados. 2013, aparentemente não houve divórcios na Conservatória do Registo Civil. Depois temos sete divórcios em 2012, onze divórcios em 2011, cinco divórcios em 2010, dez em 2009, cinco em 2008 e em 2007 também não terá havido divórcios na conservatória.

Depois, a parte dos crimes participados à polícia. Também tem a ver aqui, assinalai aqui um aspeto que é importante, que está ali marcado a vermelho que é a violência doméstica, portanto, contra menores, contra o outro conjugue ou contra de quem vive em condições análogas à dos conjugues, companheira ou companheiro. Importante se quiserem ver ali a linha, tivemos dezassete casos em 2013, dezoito casos em 2012,

vinte casos em 2011, oito casos em 2010. Ou se quisermos ler ao contrário, de 2010 para cá tivemos um crescimento deste tipo de criminalidade.

Pronto, um sinal também, e nós nos Açores temos um numero negro de violência doméstica e sobretudo de violência doméstica que se exerce sobre as mulheres. Infelizmente, nós não estamos bem. Proporcionalmente somos a terceira região do país neste tipo de crimes. Não é um bom sinal, nem é um sinal de relação saudável no âmbito familiar.

Apesar de tudo, em Santa Maria, os números não são preocupantes, mas são números com alguma expressão, que nos devem fazer pensar que nem tudo vai bem na realidade familiar.

Bem. Estes são os problemas e as dificuldades com que o direito se debate com as famílias que vão mudando ao longo do tempo.

Estes seminários são importantes porque nos permitem, de acordo com os nossos graus de saber diferentes, de acordo com as nossas experiencias de vida, trocar de uma maneira pluridisciplinar as nossas competências, as nossas capacidades, as nossas experiencias e para vos dizer que neste mundo em que está em mudança nem sempre o direito tem respostas para todos os problemas. A verdade é esta. É que muitas vezes, no âmbito da família, e destas novas recomposições familiares, destas novas realidades familiares, de famílias que estão com geometrias variáveis o direito, às vezes, tem uma enorme incapacidade de dar resposta.

Agora creio é que estes fóruns são importantes porque nos permitem também recolher uma leitura da sociedade e permitem, depois, que levemos aos poderes políticos as preocupações para que o direito depois possa aparecer e possa solucionar algumas das questões que são importantes.

Sobretudo dois aspetos que são essenciais que é proteger os mais fracos numa relação familiar, desde logo as crianças e sobretudo, também, porque somos uma sociedade com uma forte tradição machista, apesar da igualdade entre homens e mulheres, que depois temos desigualdade várias, até na remuneração da mulher em atividades iguais para os homens, nós também temos que proteger algumas das mulheres, temos que proteger as mulheres, temos de ter medidas de discriminação positiva em relação às mulheres, porque é necessário, porque só assim conseguimos garantir a igualdade de fato verdadeira entre homem e mulher ou entre os dois parceiros na mesma união, seja ela casamento, seja outra qualquer, à vontade de cada um.

Muito obrigado pelo vosso tempo.



## **ORADOR**

### **PAULO HENRIQUE PARECE BAPTISTA**

Responsável pelo Lar de Crianças e Jovens da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto desde 2009, tendo sido nomeado, paralelamente, representante da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto na Comissão Alargada da Comissão de Crianças e Jovens de Vila do Porto.

Desde 2013 que se encontra integrado na Comissão Restrita da CPCJ como representante da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto.

Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Porto e Deputado da Assembleia Legislativa Regional.

## CONFERÊNCIA VI

### FAMÍLIA ENQUANTO ESPAÇO DE PERIGO/RISCO PARA AS CRIANÇAS/JOVENS: A INTERVENÇÃO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO (CPCJ)<sup>7</sup>

Muito boa tarde a todos.

Em primeiro lugar queria agradecer o convite que me foi formulado.

À Leonor. À Cristina.

Dar os parabéns pela realização deste seminário. Acho que para já os objetivos... até agora aquilo que eu ouvi desde a manhã, acho que os objetivos estão a ser perfeitamente conseguidos e mais do que tudo interessa-nos aqui é falar destas questões.

Antes de tudo gostava de fazer aqui uma declaração de interesses. A primeira coisa, estou aqui a representar, nas funções que desempenho, como membro da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, mas gostaria de dizer que a minha opinião aqui vale aquilo que eu penso, não vincula a Santa Casa da Misericórdia, se bem que, posso adiantar, é coincidente com os restantes membros da mesa, mas não vincula particularmente a instituição em si.

A segunda declaração que eu gostava de fazer aqui, a declaração de interesses é na atividade política também, que foi sempre uma coisa que eu sempre soube separar. A intervenção política possa ter a ver com o desempenho a nível social e particularmente na Santa Casa da Misericórdia. Nunca misturei as coisas, obviamente com a sensibilidade que vamos adquirindo com essas experiências, que são sociais, dá-nos, acaba por nos dar algum suporte depois poderá... Portanto, a política nessas questões não é essencial e devemos separar sempre o que é política de politiquice.

Política é o que estamos a fazer aqui todos, a refletir sobre os assuntos e se cada um, dentro da experiência que possa obter nas áreas em que intervém, se conseguir ter alguma... mover alguma influência para o bem comum seja conseguido, isto é uma boa forma de utilizar a política. Portanto, a política, a partir daí temos de saber diferenciar aquilo.

Optei por fazer aqui, e venho aqui dar praticamente um testemunho. Porque da parte da manha tivemos aqui belíssimas apresentações do ponto de vista teórico. Acho que

---

<sup>7</sup> Texto não revisto pelo orador.

toda a gente ficou com uma ideia diferente dos conceitos de família, de alguns dos problemas que assolam, nas áreas sociais, ao nível da psicologia, ao nível da intervenção em que é necessário as assistentes sociais, no terreno, em termos teóricos.

A minha... o meu testemunho que venho dar aqui é fruto da experiência daquilo que se passa no terreno. Deixem que vos diga que muitas vezes diferem daquilo que são os modelos teóricos.

Isto é tudo muito bonito, em primeiro lugar cabe ao Estado e quem dele faz governo a função... as funções sociais, desde que nascemos até morrer. E, portanto, por isso tudo, há conflitos, há problemas que o Estado em si legisla, como disse aqui e como fez, aliás, uma belíssima apresentação na infância, Pedro Gomes. Portanto, há uma série de legislação que é conseguida para se conseguir minimizar muitas vezes esses problemas que vão surgindo na sociedade.

Como vimos legislação à muita. A aplicação prática é que nem sempre corresponde.

Começando pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Também devo dizer que estou aqui representando a Comissão e gostava de pegar por aí.

Eu não sou Presidente da Comissão, sou um membro da Comissão, aliás, estão aqui presentes mais dois, a Helena e a Vanda.

Neste momento a própria Comissão não tem Presidência, porque a pessoa que exercia isso entretanto foi para... está aposentada e para se ver como estas coisas não funciona atempadamente com a rapidez que a sociedade exige é que desde que... portanto, já era previsível que a pessoa que estava nomeada por parte do ISSA fosse para a reforma, ainda hoje continuamos à espera que alguém, que o próprio serviço nomeie.

Portanto, é uma Comissão que está a funcionar, tem que funcionar, aliás esta semana ainda reuni por duas vezes para tratar de alguns assuntos, mas está a funcionar de uma forma deficiente. Isto por quê? Porque o poder legal ainda não... leva tempo, demora na sua atuação. A simples nomeação de uma pessoa! É para a gente já começar a dar aqui... para ver como é que essas coisas não funcionam.

Como é que funcionam, para dar uma panorâmica, as Comissões de Proteção de Menores? Estão criadas por via da legislação. São compostas por um conjunto alargado de pessoas e de instituições que dela fazem parte e instituições representativas de uma larga base da sociedade. Constituem a Comissão Alargada depois entre estes elegem cinco pessoas que constituem a Comissão Restrita.

A Comissão Restrita é aquela, digamos, que trabalha em permanência nos assuntos que aparecem, são sinalizados. É a essa Comissão Restrita que cabe atuar e efetuar as démarches para que os assuntos de alguma forma sejam resolvidos.

Quanto à Comissão Alargada é uma comissão que deveria reunir. Digo “deveria”, porque não reúne, mas não é só cá este problema. Recentemente em dezembro houve um encontro em Ponta Delgada e, portanto, chegou-se à conclusão que as Comissões Alargadas não funcionam.

E como é que deveria funcionar a Comissão Alargada? De uma forma em que uma vez que estão representados vários setores da sociedade, seria uma maneira de refletir e criarmos aqui mecanismos para evitar que muitos dos casos chegassem às Comissões Restritas. Isto é, atuar de uma forma profilática, não é?

Vou dar por exemplo o que o Sr. Presidente da Câmara acabou por falar há muitos casos recentes de gravidez na adolescência. E por graça dizia que alguns deles são fruto da...de trás da Câmara Municipal. Às vezes é uma coisa tão simples como iluminar melhor o local e é para isso que servem as Comissões Alargadas: arranjarmos as coisas que não custam muito, porque há sempre aqui um problema subjacente, a questão dos recursos financeiros, mas que se podem evitar. E portanto, é assim que funcionam.

Os casos quando são sinalizados e chegam à Comissão Restrita. A Comissão tem uma primeira análise. São sinalizados, podem ser por várias formas. De uma forma anónima. Qualquer um... as pessoas na nossa sociedade tem este dever, sempre que acha...sempre que estejam em causa, ou que esteja em risco a situação da criança ou do jovem, faz chegar à Comissão, que depois tem, por via da legislação tem uma série de poderes que podem desencadear uma série de ações. No caso de uma criança ou de um jovem são chamados os pais à Comissão. A Comissão tenta saber o que é que se passa de uma forma... até mesmo no local saber o que é que se está a passar e depois a partir de aí desenvolvem uma série de ações que visam sempre o bem-estar da criança e do jovem.

Essas ações podem ir desde um acompanhamento junto do jovem e da criança e acaba, nos casos mais graves, em remeter a situação quando não se consegue resolver a situação, na altura pode ir para tribunal. O tribunal pode decretar e resolver o assunto de outra forma e também e também pode encaminhar os casos para outras soluções que pode passar, por exemplo, pela institucionalização da criança ou do jovem.

É aí que entra a parte que eu represento, que é a Santa Casa da Misericórdia, que tem um Lar de Crianças e Jovens. Portanto, neste momento... eu estou aqui a falar, mas temos ali a nossa técnica da nossa valência e devo dizer que tudo isso só é possível atuar porque temos os técnicos na altura certa para proporcionar este bem-estar.

Como é que funciona um Lar de Crianças e Jovens?

E eu vou falar pelo modelo do nosso. Porque pelo conhecimento que nos temos em outras ilhas e noutros lados, não tem o mesmo modelo. Deveria ter, mas não tem. Acho que aquilo que foi sempre, desde o início do funcionamento do nosso lar pretendia exatamente ser uma casa de família e vai entroncar com o tempo que estamos... está tudo.

Devo dizer que maior parte destes casos acontece por falência das famílias. A família não dá resposta a que o bem-estar das crianças e dos jovens esteja assegurado e é aí que tem que entrar as tais comissões.

Quando um jovem chega a uma instituição, aquilo que a instituição tem como obrigação, digamos assim, é proporcionar-lhes exatamente todo esse bem-estar. É tornar-se a família dele. E isso é complicado.

Se numa família, digamos da forma convencional, a diversidade de opiniões, a própria vivência que muitas vezes é complicada... agora imaginem o que é ter uma casa em que tem os funcionários que tem que ser pai e mãe, tem um conjunto de jovens que não se conhecem, muitas vezes, que chegam, muitas vezes diretamente... são retirados da família no próprio dia em que chegam à instituição e, portanto, não vos passa pela cabeça, a maioria de vocês que não tem conhecimento dessas situações, naturalmente que a Sónia tem, a... também tem, tem colaborado connosco... é um momento que para mim, no princípio me fazia muita confusão, porque ficamos com a consciência que apesar da família muitas vezes não ser a ideal, não lhes dar as respostas, não lhes assegurar o bem-estar o mais básico, mas é a sua família e nós temos que nos substituir muitas vezes a estes... apesar de tudo temos de ser nós a substituir.

Felizmente, depois, com o trabalho que é feito no dia-a-dia, com os técnicos que lá estão, os funcionários e devo dizer para um Lar destes funcionar e para aquilo funcionar como uma família as pessoas não podem ser apenas profissionais. Tem que passar um pocado mais. É preciso ter vocação e dedicação e isso trás amargos de boca, porque muitas vezes os próprios profissionais que lá trabalham, e eu não estou aqui a cometer nenhuma inconfidência, e estou a falar de situações muito

complicadas. Quando à pouco o Pedro Gomes dizia o que está em causa é sempre o bem-estar da criança e do jovem e eu costumo a dizer que quando uma criança é sinalizada e que entra no sistema, porque isto é um sistema, a partir dali todos os olhares estão postos naquela criança e naquele jovem. Portanto todas as ações que os adultos com eles trabalhem, com esta implicação diariamente, estão na mira da justiça, das autoridades policiais e de tudo isso.

Obviamente que a grande maioria dos casos que nos chegam e ai como temos que substituir a família não são casos fáceis. Estamos a falar de casos muito complicados. Ou porque estavam numa família problemática, muitas vezes acumularem o fato de estarem expostos na própria família, e ai é um risco, por isso é que muitas vezes são retirados. Eles depois de chegarem e terem de ser tratados dessa forma... mas depois é um período que acontece e é o período de adaptação e felizmente temos tido situações em que há ali um momento em que se consegue a estabilidade necessária.

Mas paralelamente a tudo isso. Agora imaginem uma casa com sete, oito jovens e que a coisa até está a correr muito bem. Funciona como uma família e de um dia para o outro chega mais um jovem. E chega mais um jovem que num instante, pela sua maneira de ser, os problemas que já trás, e mete tudo isso em causa.

Aqui queria dizer que apesar de todo este esforço das instituições, dos funcionários, dos nossos técnicos, todo este esforço que é feito esbarramos ai com uma situação, e ai por isso é que eu disse no início, não funcionam as instituições como deveria ser. Aquilo que ao longo desta manha foi falado, que ainda há pocadinho, julgo que foi a Diana, que se falou que se devia trabalhar em rede, tudo isso está legislado, tudo isso está previsto nos regulamentos. Quem subintende esses serviços, o Estado, através dos órgãos próprios do Governo. Tudo isso está previsto. Agora há aqui uma coisa que tem que ser dita que é a relação dos técnicos com as instituições e para que tudo isso funcione, desculpa, mas a verdade tem que ser dita, não funciona.

Desde logo porque a dá a impressão que a confiança, porque no fundo é uma relação de confiança. Quem tem essa responsabilidade... o Estado delega nas IPSS através de acordos para que a função que cabe ao Estado acabe por recair na sociedade organizada em forma de Instituições Particulares de Solidariedade Social e isto é um contrato. Portanto, quando estamos aqui a falar de família, sociedade e tudo isso é para se arranjar aqui uma forma de... para colmatar aqui algumas falhas quando essa relação de confiança não existe não há sistema que funcione.

A sociedade é tudo isso. Temos a preocupação de mantermos as crianças e jovens num ambiente saudável, proporcionando-lhes muitas vezes, e a grande maioria das

vezes, aquilo que eles nunca tiveram nas suas famílias porque havia problemas. Estou a falar de tudo o que é atividades. Estou a falar dos desportos, dos passeios. A relação e amizade que eles têm. Funciona como uma casa de família depois sermos postos em causa, nestas funções que nós temos, serem postas em causa e quando os próprios serviços... estou a falar aqui, e para quem me conhece também, estou a falar aqui de nomes das instituições, quem tem a responsabilidade e nos relaciona connosco é o ISSA. É o ISSA.

Agora não cabe na cabeça de ninguém o responsável por uma instituição dessas receber um telefonema de um Diretor Regional para tratar de um problema de um menino. O problema... não está a resolver o problema do menino, estava a chamar a atenção dos responsáveis por uma informação que lhe chegou errada dos técnicos do terreno. Desculpe, não tem nenhuma sensibilidade.

O estar aqui a colocar o dedo na ferida, é porque eu olho aqui para a nossa assistência e vejo um conjunto de novas técnicas e promissoras jovens, que tem formação, que amanhã ou depois vão para o mercado de trabalho, vão lidar de perto com essas problemáticas. A Graciete também tem trabalhado connosco, numa primeira fase através do Estagiar L, que já acabou e depois continuou como voluntária e portanto é preciso ter gosto pela situação porque voluntariar-se para lidar com situações problemáticas, digamos que é muito mais fácil voluntariar-nos para situações agradáveis, não é? Mas como eu dizia há pouco, é preciso ter mais vocação do que ser apenas profissional. Isto extravasa tudo isso.

Aquilo que nos temos todos de refletir com base nisso é que não há legislação, não há elementos, não é nada que resulte se não houver empenho por parte da sociedade e se tivermos à espera que seja através de um decreto, por alguém que se lembre de escrever qualquer coisa que as coisas se resolvem. Não resulta. Não resulta, porque não resulta mesmo.

Portanto, se todos nós sairmos daqui com consciência que é possível fazermos melhor, que é possível envolvermos, fazer pressão, porque as coisas resolvem-se com pressão.

Já tive grandes chatices, mas como não era pessoalmente, portanto tinha todo o apoio de toda a gente que me rodeava, tinha a noção que estava aqui em causa o bem dos jovens, não há Diretor Regional, não há Presidente do ISSA que me vergue nem desvergue.

Portanto, conseguimos com as nossas ações no dia-a-dia... quando se fala de trabalhar em rede é exatamente isso, é ninguém se feche nas suas capelinhas,

ninguém se feche nas suas instituições. Acima de tudo não permitir que as instituições que tenham a responsabilidade por via desses acordos que tem com o Governo, com o Estado, não se politize as questões, porque muitas vezes o que se passa nessas situações é politizar essas questões. Pessoalmente, porque os membros das direções é fulano e sicrano e acima de tudo aqueles que deviam ser o aspeto da nossa intervenção ficam esquecidos.

Portanto, numa ilha como a nossa, com cinco mil e poucos habitantes, que eu considero, e costumo a dizer “somos uma família”, no sentido mais alargado, todos aqueles conceitos que o professor Carlos Cruz de manhã nos deu na perspetiva sociológica do que é a família, toda a gente neste momento tem ideia do que é uma família. Não interessa se é... família, um conceito de todos olharem por todos e então se todos nós olharmos por todos e atuarmos nesse sentido somos uma família.

Portanto, se tivermos isso em mente, se conseguirmos que as nossas ações tenham efeito eu acho que estão reunidas as condições para que Santa Maria possa ter e, quando digo Santa Maria, porque é aqui que nós vivemos. Quando toda a gente estiver bem eu também estou bem. Quando tiver um caso de alguém que não esteja bem vai ter interferência com algum de nós e, portanto, nós não vamos estar bem.

O que é que é preciso despoletar aqui?

Boa vontade. Só precisa boas vontades e deixarem-se de trincas, porque se não andamos aqui de costas voltadas uns para os outros.

Eu às vezes causa-me alguma estranheza quando estamos a viver uma fase do nosso país, mesmo a nível mundial, de profunda crise, mas não se vê, paralelamente a isso, e é natural que aconteça, portanto, quando há problemas sociais graves, não é? É natural que os casos sinalizados disparassem. É lógico. Numa situação em que está tudo bem á determinados... x casos que estão sinalizados, portanto numa altura de crise é natural... socialmente há grandes convulsões e percebe-se pelo nosso dia-a-dia, não aparecem mais casos. É estranho, é um fenómeno.

Quanto a mim, na minha leitura, só há duas razões: é que acaba por se banalizarem as situações e, portanto, o nível baixa e nós já aceitamos aquilo que antes era problema. Passando a ser normal, já não há as denúncias dos problemas e já não são sinalizados, por um lado.

Por outro lado, casos graves em que acabam por ser sinalizados e precisavam de uma intervenção das estruturas a trabalharem em rede... entra-se noutra problema, que é não há recursos financeiros, não há. Entretanto um caso que aparece num Lar, que é

uma resposta social, em que se calhar é preciso mover daqui para ali, entramos aqui por muitos dias em guerras por causa de um escudo.

Estou a falar de coisas graves. Estou a falar de situações em que, por exemplo, era preciso uma intervenção de quem de responsabilidade e nós lá para protegermos os nossos funcionários e as nossas crianças tivemos que pagar à polícia para fazer lá, durante duas noites para proteger-nos. Mas então estamos aqui... de um lado estamos a querer proteger os miúdos dos riscos que lhes estavam associados e estamos a criar... tivemos que nos proteger dentro das nossas portas para proteger os funcionários dos outros meninos. Mas isto o que é?

E por isso é que quando, como dizia o Pedro, os Tribunais quando decidem, mas nem sempre decidem bem. Obviamente. E aquilo que temos vindo a assistir paulatinamente são os Tribunais a não funcionar bem. Vou-lhe dar um caso que nós tínhamos. Eu costumo a dizer que a Sónia tem matéria nos seus caderninhos que dava para fazer uma tese de doutoramento sem... era só passar a limpo.

Uma situação de um jovem que esteja no nosso lar. Chegou, foi sinalizado, trás um relatório associado com... quem olhar para aquilo vai dizer “isto não é possível”, pronto. Eu costumo a dizer a elas, só se pode... nós não estamos ali a trabalhar... é diferente que trabalhar numa creche. É tudo muito bonito, os meninos, os bebés. Sim senhor. Chega-nos o caso, nós trabalhamos situações muito complicadas, complicadíssimas, que ao longo dos tempos, com trabalho, com intervenção da psicóloga, do que nós temos, os nossos funcionários e dedicação e o caso está estabilizado.

As medidas tem que ser revistas de seis em seis meses. De seis em seis meses tem de se mandar um relatório com base naquilo que se passa diariamente e hora a hora na instituição, não é? Que vai para uma equipa e que vai para um Tribunal de Família e Menores para rever o caso.

Há primeira oportunidade, e muitas vezes nós ainda nos permitimos a dar a nossa opinião que é “se calhar não era conveniente o jovem ir já para casa ou para outra instituição mais perto da família para consolidar comportamentos”. Fazem “orelhas de moco”.

Vou dar um exemplo. Uma miúda que chegou, teve um percurso complicado no início, estabilizou, estava no ponto. Quem a tivesse visto no primeiro dia e naquele dia era inacreditável, para muito melhor e o Tribunal, pura e simplesmente diz “não senhor, para uma instituição em Ponta Delgada para ficar mais próxima da família”.

Pronto, com muito custo nosso essa jovem foi para São Miguel. Dois ou três meses... isto é uma história para vocês perceberem que dois ou três meses depois um membro da Santa Casa vai a São Miguel e encontra a miúda, porque entretanto ela tinha feito amizade com todos nós, encontra a miúda em Ponta Delgada e começa a conversar com ela e ela a mandar cumprimentos para nós todos, tudo muito bem, “à não, estou-me a portar muito bem”. Viemos a saber que a miúda estava em fuga à dois meses. A instituição onde ela estava... a miúda estava em fuga e ninguém se preocupou, cá está, o meio como é maior, portanto, também é mais fácil os problemas também se diluírem e portanto o empenho das próprias autoridades policiais e tudo isso não é tão grande. Também a tarefa é mais complicada.

A conclusão disso tudo é que essa miúda, viemos a saber depois, que nós conseguimos muitas vezes acompanhar mesmo à distância, a miúda acabou num Centro Educativo, num Centro de Desintoxicação no Continente ou o que quer que seja.

Isto para vocês verem que o nosso interesse, a nossa sensibilidade de quem trabalha com esses casos é superior realmente àquilo que os decisores... da forma como eles atuam e mais do que isto tudo, e gostava que servisse, fico muito contente por estar aqui presente a nova responsável pelo ISSA aqui em Santa Maria... Ainda não é, mas vai ser. Mas de qualquer maneira, como técnica do serviço e que é para nós todos percebermos que quando trabalharmos todos com o mesmo objetivo tenho a certeza que as coisas mudam de figurino.

Muitas vezes o nosso grande problema é arranjar o interlocutor certo para chegarmos, para que as circunstâncias e para que as políticas no terreno sejam efetivas e quando estamos aqui a falar de gente que, tenho que dizer, quando chegam com 16 anos que há pouco ou nada a fazer, com as ferramentas certas e com a compreensão certa, trabalhando em rede, trabalhando em equipa podemos, se calhar, evitar que a partir dos 18 anos... eu costumo a dizer a eles “se vocês não entram na linha á mais uma instituição que vocês vão” e infelizmente é mesmo para lá que eles vão. É que se aqui estão protegidos, a partir dos 18 anos já respondem perante a lei e muitas vezes os comportamentos que eles têm vão acabar à instituição que é o estabelecimento prisional.

Este é o percurso, de como eu costumo a dizer, quem entra no sistema. Portanto, o sistema para funcionar, o jovem tem que entrar, tem que ter um percurso que lhe seja proporcionado toda a segurança e todos os meios para que ele adquira as ferramentas e as competências para poder singrar ou pelo menos endireitar-se na vida.

Quando nós estamos aqui no terreno a querer implementar isso e é a própria máquina que não permite, muitas vezes, acreditem, que é frustrante. Estamos a falar... estou a falar pela experiência que tenho no Lar de Crianças e Jovens, estou a falar por aquilo que tenho visto na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, as próprias escolas também.

Portanto, nós não estamos aqui... Há uma frustração. A minha esperança, e por isso eu acho que esse seminário, acho que para além de tudo o objetivo aqui está a ser conseguido porque, como disse hoje de manhã, num sábado, até com bom tempo, num sábado de manhã, às nove da manhã, são vinte e cinco para as seis, ainda está aqui uma sala de gente, que todas elas que aqui estão preocupados com os problemas sociais é porque verdadeiramente estão preocupados com os problemas sociais. Se cada um de nós sair daqui com uma consciência diferente, com uma consciência de que temos que atuar no terreno.

Deixo só aqui uma palavra que é assim eu estou na Santa Casa, mas amanhã não estou. Mas os problemas sociais vão continuar a existir e aquilo que eu puder colaborar vou colaborar.

Eu acho que o capital que nós vamos conseguindo com as nossas experiências servir-nos-á no futuro e no dia-a-dia, com o nosso vizinho, com os casos que vamos vendo. Denunciando, muitas vezes, como dizia aqui o Pedro, às vezes basta uma palavra, basta uma conversa, não é? Mesmo no nosso lar, no dia-a-dia. Às vezes eles tentam descarrilar e com uma conversa voltam aos carris. É o suficiente. Às vezes é uma palavra. Não é só uma mentira. Uma mentira inofensiva é o suficiente, é verdade.

Uma situação uma vez de uma jovem que fugiu. Ela trazia um historial de fugas e nós dissemos “não vale a pena fugires em Santa Maria, porque nós sabemos onde é que tu estás”. Passado 15 dias esticaram a corda. Ela saiu à noite, no outro dia disse-me onde é que tinha estado. Dois dias depois vi uma fotografia da miúda em determinado sítio e nós mostramos-lhe a fotografia. Conclusão, nunca mais fugiu. Não só nunca mais fugiu, como tornou-se, antes de sair do nosso Lar para ir à sua vida, à sua autonomia ela já não era uma utente, era quase uma parceira nossa, era quase mais uma perfeita que lá estava. Ela é que dava conselhos aos outros miúdos quando chegavam, fazia o acolhimento, quando tínhamos de passar alguma mensagem, porque é mais fácil de passar entre jovens, ela é que era a nossa interlocutora. Chamava-os e ela “é preciso assim, assim e assim” e ela é que era a moralista e eles ouviam-na, mas fácil, naturalmente, que a técnica ou as perfeitas.

O que quero dizer aqui é que lidar com esses assuntos, sermos uma família é isso: preocuparmo-nos com o próximo, estarmos junto das pessoas, dos jovens... eu estou a falar em jovens porque foi a parte que me calhou, porque o trabalho na Santa Casa tem cinco valências, naturalmente, e já aqui foi falado, estamos a falar dos jovens, vamos ter a creche, temos os idosos e se fossemos passar para ai, até ai fazem “orelhas de mercador”.

Vou partilhar também, porque eu gosto de partilhar experiências.

Recentemente estivemos aqui a visita do Governo. Eu sou conselheiro do Conselho de Ilha, fizemos a receção ao Governo e cá está, quando se utiliza a política bem, sem fazer politiquices, para conseguirmos aquilo que é para o bem de todos e eu levantei uma questão que era o Centro de Dia. Que é uma guerra que já vem... Uma guerra, não, uma reivindicação há muitos anos da Santa Casa e depois como diz os tabliers só precisamos de dois funcionários, atenção, numa época de crise, criar dois postos de trabalho para beneficiar de quinze a vinte utentes. Pus a situação ao Conselho de Ilha. Foi respondido de uma forma que eu não gostei.

No dia a seguir, nós, eu já no papel de membro da mesa da Santa Casa, recebemos a Sr.<sup>a</sup> Secretária nas instalações e ela foi porreira. Conclusão, o discurso era diferente, já estava confrontada com a situação e ali, aliás tenho ali a minha colega da mesa, também, a Maria Helena, e andei ali, tipo brincadeira, “Ó senhora secretaria, espero bem que isto agora seja uma decisão”. Resposta de um... eu estou a dizer Secretária, porque os políticos estão ao serviço das pessoas e portanto é ela como podia ser outra.

Entretanto, nós estamos ali e já passaram quatro Secretários, Diretores Regionais... Conversa da Sr.<sup>a</sup> Secretária “Sabe Sr. Deputado”, “Sr. Deputado, não. Sou tesoureiro da Santa Casa”, “O problema é que temos pontos de vista comuns, mas estamos sempre em lados opostos da bancada” e eu olhei para ela e disse assim “Desculpe lá, acha que a Sr.<sup>a</sup> Secretária da Solidariedade Social acha que... a gente está aqui com vontade de abrir um Centro de Dia, que devia ser preocupação do Estado, do Governo, e está a dizer que estamos em lados opostos da bancada? Das duas uma, eu quero. Só se a senhora não quer ou está a ver pelo prisma errado”. A coisa ficou assim, parece que está bem encaminhada.

Portanto, utilizando a política, se for para amanhã ou depois conseguirmos o Centro de Dia, ótimo. Não é? É mais uma resposta social.

Nós também temos que compreender que a situação não é fácil, portanto a nível do Lar de Crianças e Jovens, seja porque não temos as condições ideais, é uma ginástica

para gerir, ainda para mais num lar misto. Não temos as condições, porque é uma casa antiga. Tínhamos a pretensão de fazer obras profundas e fazer um Lar novo, numa época que entretanto apareceu a crise e nós somos os primeiros a não fazer finca-pé disso. Opa...percebemos. Há coisas que temos que perceber. Mas isso é a parte material, é a que menos interessa e acho que o nosso Lar é um exemplo disso. Eu prefiro ter uma casinha velhinha, o chão, muitas vezes com a boa vontade dos responsáveis pelos serviços locais, que é mesmo por muito boa vontade, lá vão atamancando, mas o que interessa é o ambiente que se vive na casa, as respostas que nós damos no dia-a-dia e é saber que saber que... até tenho estado mais ausente por força das funções e hoje perguntava à Sónia “Está tudo bem?”, porque também se não tivesse ela ligava-me, “Está”. Temos seis ou sete utentes, neste momento a casa está a funcionar como uma família.

No fundo é isso que eu gostava de partilhar com vocês. A família e os problemas... Há riscos que levam as crianças a entrarem no sistema. É um sistema, nós temos de lhes proporcionar, temos que de lhes dar as ferramentas. Só ficamos satisfeitos quando eles saem do sistema definitivamente e vão integrar a sua família.

Isto é outro ponto que nos dava aqui pano para mangas, que é os jovens entram no sistema, mas quando o problema é na família, as famílias não são trabalhadas e portanto, nada serve gastarmos recursos que são de todos nós, do Estado. Estarmos a proporcionar ao jovem durante quatro, cinco, dez anos e muitas vezes quinze, desde seja sinalizado entrar no sistema, em que muitas vezes o problema foi originado na família e quando o jovem sai aos 16, aos 17, em último caso aos 18 anos volta à família e volta à estaca zero.

Portanto, isto não funciona em rede. Temos que atacar o problema. Temos que trabalhar aqui a par, o jovem e trabalhar a família, se não, não resolve e às vezes estamos a falar de um jovem, mas há casos que temos três irmãos na mesma instituição. Não é? No outro dia, às vezes vamos falando através do *Facebook* e as coisas lá também não estão bem e depois sabemos qual é a via que eles levam lá.

Portanto, não resolveu nada. Gastaram-se recursos e hipocritamente a sociedade fica, entre aspas, descansada, porque está a proporcionar às crianças e aos jovens tudo aquilo que eles têm direito, mas depois quando regressam às famílias, como não foram trabalhadas, voltam a esbarrar-se nos mesmos problemas, com as mesmas situações, com uma diferença, já são maiores, já respondem perante a lei, causam distúrbios na sociedade e nós, como muita pena nossa, chegamos à conclusão que a

família que lhes foi proporcionada durante algum tempo não lhes serviu de nada.  
Enquanto cidadãos deveríamos ser a família de todos nós, olhando por todos.

Era só isso que eu gostava de partilhar com vocês.

## ORADORA

### JOANA MEDEIROS ARRUDA TAVARES DE LOURA

Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade do Minho em 2010.

A Tese de Mestrado, que consistia num estudo da evolução das sessões de psicoterapia realizadas a uma vítima de violência doméstica, foi transformada num artigo científico e publicada na Revista Análise Psicológica em 2012.

Colaboradora no Jornal O Baluarte com uma série de artigos que tinham o objetivo de desmistificar alguns dos mitos associados à Psicologia. Participou em inúmeros Workshops, Congressos, Ações de Formação e Cursos relacionados com a terapia familiar, saúde, violência doméstica, crianças, entre outros.

Em 2011 exerceu funções na Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria como Psicóloga, onde efetuou o estágio e relatório para a Ordem dos Psicólogos Portugueses. Membro efetivo da Ordem dos Psicólogos Portugueses desde 2012.

Desde 2012 exerce funções como Psicóloga no Recolhimento de Santa Maria Madalena.

## CONFERÊNCIA VII

### FAMÍLIA ENQUANTO ESPAÇO DE CONFLITO<sup>8</sup>

Antes de mais, boa tarde a todos.

Vou desde já pedir desculpa pela minha voz que não está muito clara, mas eu vou tentar esclarecer o máximo que eu puder.

Antes de mais quero agradecer o convite e a presença de vocês todos aqui num final de tarde já longo com já muitas conversas.

O tema que me pediram para vir falar foi a família enquanto espaço de conflito ou como espaço de violência. Foi-me pedido que mais do que dar uma experiência pessoal, que está relacionada com a minha tese e com um artigo que dela resultou, sendo por isso um pouco limitada, que falasse nas dinâmicas e nos processos, para melhorar a compreensão destas questões quando envolvem violência, que nem sempre são muito bem compreendidas e entendidas.

Eu não... como é óbvio não vou dar aqui grandes definições de família. Isto foi um trabalho que foi feito durante todo o dia. Eu simplesmente trago esta definição porque gosto muito da expressão núcleo primário. Portanto, é claramente um sinal que é basilar, é o fundamental e que transmite alguns valores básicos. Alguns estão aqui descritos, outros não estarão, mas a família deve ser sinónimo de proteção, afeto, socialização, amor, respeito e onde é suposto haver limites claros e flexíveis.

Claro que isto é o ideal. Mas a verdade é que todas as famílias têm problemas e em todas as famílias há conflitos.

O problema é quando isto vai para além do conflito. Segundo o Relatório Anual da Segurança Interna, só no primeiro semestre do ano passado, 12 780 pessoas e claro as respetivas famílias, vivem o drama que é a violência doméstica. Portanto, todas as definições dadas até agora caem por terra e a casa, que devia ser o sinónimo de proteção, do afeto, do amor é nestes casos o sinónimo de perigo. Aqueles que deviam proteger são a causa do sofrimento e da mágoa.

Eu trouxe também só um excerto da lei, correspondente ao artigo 152º do Código Penal Português e relativo à violência doméstica. O meu objetivo é de certa forma desmistificar a ideia de que é só entre marido e mulher, ou entre ex-marido e ex-mulher.

---

<sup>8</sup> Texto revisto pelo orador.

Na verdade, e de acordo com a lei vigente, a violência doméstica envolve muito mais do que isto, nomeadamente relações do mesmo sexo, em união de fato, naquelas em que nem sequer exista co-habitação, relações de namoro, relações em que haja algum tipo de parentesco ou dependência, por exemplo, devido à idade. Pegando neste exemplo, um cuidador de um lar que maltrata um idoso, inclui neste crime. E quem diz devido à idade, pode ser também acontecer, por exemplo, contra uma pessoa que tenha alguma deficiência ou limitação.

Portanto, é um conceito muito abrangente e vou ler só a primeira parte que diz “Quem de modo reiterado ou não, infligir maus tratos psíquicos ou físicos, incluindo castigos corporais, privação de liberdade e ofensas sexuais”. Apesar de tentar definir, a verdade é que corresponde a uma definição muito geral.

O que é que são maus-tratos físicos? O que são maus-tratos psicológicos?

Cada um tem uma ideia do que isto quer dizer e não está claro. Não fica definido. Por isso mesmo eu resolvi trazer um vídeo, porque eu costumo a dizer que às vezes uma imagem vale mais do que mil palavras. Depois eu desenvolvo um pouco com vocês. Só para nós termos uma ideia.

A escolha dos vídeos, como vocês devem imaginar, não foi em vão. Eu falo pessoalmente, certas imagens causam reações em nós que nem sempre são muitas vezes até não muito simpáticas. Infelizmente, é esta a realidade de muitas famílias. Nós, por não termos conhecimento, só vemos o resultado final. Não é? Só vemos as consequências que isto tem e não as causas nem o processo.

Quis então trazer exemplos que, na grande maioria, espelhassem a violência psicológica. Muita gente associa logo à violência verbal. “É chamar nomes”. Chamar nomes é a pontinha do *iceberg*, só. Porque a violência psicológica é caracterizada por um padrão constante, diário muitas vezes, de inferiorizar o outro, de massacrar o outro, de o fazer sentir mal, de não cumprir com as suas necessidades básicas... Portanto, vocês estão a ver, é um espectro muito maior do que o simples chamar nomes, que inclui coisas como as ameaças, os insultos, o controlo, a humilhação constante, o ciúme, muito associado ao controlo... Para mim esta é a violência base, é por onde tudo começa e se desenvolve tudo o resto.

Ou seja, nós associamos muito à violência doméstica só a violência física, que corresponde ao bater, estrangular, puxar cabelos...enfim, magoar o corpo de alguma forma. Contudo, ignoramos que a violência psicológica já aconteceu e acontece muitas vezes diariamente, não é?

Na minha tese, isso está espelhado no vídeo anterior, há um constante de pessoas que são vítimas que dizem ser preferível levar um estalo do que ser massacradas constantemente com palavras, todos os dias, porque não deixa de ser violento apesar de não deixar as marcas físicas. E inclusive no vídeo ouvia-se dizer “mas eu nunca te faltei com nada”. Pois, a questão é que se falta com muitas mais coisas que são muito mais primárias que não a comida e o dinheiro em casa. Os afetos e a relação amorosa muitas vezes ficam muito comprometidos, principalmente quando se é alvo da violência psicológica.

A económica não é muita falada, mas acontece. Basicamente, é utilizar o dinheiro da vítima indevidamente, contra a sua vontade muitas vezes, e deixar com que ela e até o agregado familiar passe necessidades. Por exemplo, o filho que se aproveita da pensão do pai e deixa o pai em situação de carência económica. É violência económica. O pai, que muitas vezes até é que gere o dinheiro da mãe, que é a única que ganha, e gasta o dinheiro todo em bebida, ou no que quer que seja, e deixa a família a passar necessidades. É violência económica.

E, por fim, que também foi ligeiramente retratada no vídeo e que é muito grave, é a violência sexual. Consiste no obrigar a qualquer tipo de contato sexual contra a vontade. Durante muitos anos se pensou que as mulheres tinham os deveres matrimoniais de satisfazer o marido quando ele tivesse na vontade de ter algum ato sexual, mas a verdade é que isto está definido como crime. As ofensas sexuais são exatamente isto, não é? Obrigar ao que quer que seja, mas neste caso ao contato sexual, é crime, mesmo numa relação a dois.

E só por aqui não é difícil perceber que a violência doméstica é muito diversa e muito diferente de caso para caso. Uma vítima não será necessariamente igual a outra.

A mim o que me foi solicitado era que eu falasse de como é que isto se processa nestes quatro grupos: mulheres, crianças, homens e pessoas com mais de 65 anos.

Começando pela mulher, eu trago um pouco da estatística nacional. No Relatório Anual da Segurança Interna de 2012, a grande maioria das vítimas sinalizadas na PSP eram mulheres, casadas ou em união de fato, com uma média de idades de 40 anos, que não dependiam economicamente do denunciado... Sim, porque isto é uma ideia errada que nós temos. “Elas não saem porque dependem do marido”. Isto só aconteceu em 33% dos casos. Nos outros casos, as vítimas eram autónomas financeiramente.

Mais de 66% possuíam habilitações literárias iguais ou inferiores à escolaridade mínima obrigatória, mas 27% tinham o ensino secundário ou superior. Isto desmistifica

novamente a ideia de que isto acontece em famílias com nível socioeconómico mais baixo. É mentira, acontece com gente com formação académica e com um nível socioeconómico mais alto.

Normalmente a violência era perpetrada em relações conjugais que eram presentes ou passadas, portanto, entre marido e mulher ou entre ex-marido e ex-mulher. A violência sinalizada era na sua maioria psicológica ou a social, seguida da física, da económica e sexual.

A sexual, na minha opinião, está muito reduzida aqui, porque eu acredito que não deve ser fácil para uma mulher que sai de casa esbaforida vir admitir que é violada pelo próprio marido numa esquadra de polícia. Mas eu acredito que é uma percentagem muito pequena e que não reflete de todo a nossa realidade.

Á semelhança do que aconteceu no início, trago-vos um vídeo para nós percebermos, de alguma maneira, a diversidade da violência na mulher.

Ok, o vídeo foi então uma maneira de introduzir o porquê de isto acontecer. Para percebermos melhor esta questão, é importante conseguirmos responder a duas perguntas: como e porquê. Como é que isto começa? Como é que isto tem início? Porque é que ocorre em certas famílias e outras não? Porque é que se mantém?

Começando pelo “como”, toda a gente tem mais ou menos noção que isto não começa só depois de casar. Isto já começa quando o casal ainda se encontra a namorar. A questão é como é que isto se processa. Muita gente tem noção que já começa como violência declarada, que é tudo muito mau e que não se entende muito bem porque é que as mulheres continuam apesar deste tipo de vivência.

O que os estudos mostram é que há nas famílias violentas ou nas relações violentas aquilo que há em todas as relações: momentos de tensão. Alguma coisa que não correu bem no serviço, alguma situação de discórdia entre o casal em que não há um ponto de acordo... Só que ao contrário do que acontece nas famílias em que não há violência, em que se recorre a estratégias para impedir a escalada emocional, há o recurso à violência, como o próprio nome indica. Claro que não precisa de ser a violência física, como eu falei à pouco, mas a verdade é que os momentos de tensão culminam por normal num episódio de violência.

Ao vermos isto, pensamos logo “ok, ela vai-se mantendo por medo, a vítima fica com medo que isto vá acontecendo constantemente e que seja pior que a vez anterior”. Mas é que ainda há um outro processo antes de chegar aí.

Por norma, depois de isto acontecer, quem agride arrepende-se. Sente-se mal e por isso segue-se uma fase de enamoramento, ou seja, da lua-de-mel, que é uma fase muito boa. São pedidos de desculpa, flores, dedicarem músicas na rádio, passeios juntos... O problema é que isto é temporário, porque volta novamente ao princípio. Volta a haver uma fase em que há alguma discórdia, volta a haver algum desentendimento que resulta numa agressão e voltam os pedidos de desculpas. A isto os autores chamam de ciclo da violência, porque isto, como vocês estão a ver, é uma espiral e portanto baralha e confunde as vítimas. É mais fácil para nós vermos esta dinâmica acontecer porque estamos de fora, que não estamos emocionalmente envolvidos mas para quem sente todas estas emoções e estes sentimentos ambíguos, é muito difícil de lidar.

O problema é que ao longo do tempo as tensões entre o casal começam a ser mais frequentes, são cada vez mais intensas e portanto, a violência acaba por ser mais perigosa, e ao fim de um tempo a fase de lua-de-mel acaba por desaparecer. Aí sim, elas são mantidas na relação, não só por estarem massacradas, mas porque têm medo do que ele possa fazer e muitas vezes tem razões para o ter.

Portanto, ao contrário do que algumas pessoas possam pensar, mesmo em relações violentas há fases que são boas e é isto que baralha muitas vezes e impede a saída de casa.

Mas ok, até aqui conseguimos compreender. Como eu disse á bocado, fases de tensão há em todas as famílias. Porque é que numas isto funciona assim e noutras não? Porquê? A grande questão acaba por ser sempre esta e nós atribuímos a muitas coisas.

“É ao álcool”. Ok, o álcool facilita as agressões e nós vemos isto em outros contextos que não em casa. Nas discotecas, por exemplo. A questão é que há agressores que não tem problemas com álcool nem drogas e há alcoólicos que não são violentos em casa.

“São problemas psicológicos dos dois lados”. As estatísticas apontam para isso só se verificar em menos de 5% dos casos de violência doméstica.

“É da crise”. Agora a crise paga tudo, não é? Todos nós estamos em crise e lá por isso não formamos, todos, famílias violentas.

Mas então o que se passa para que isto aconteça?

A questão é que nós tentamos arranjar justificações no lugar errado. As razões não estão fora, no ambiente em volta, estão dentro, no íntimo da pessoa. E o problema é

exatamente este, porque basicamente juntam-se na mesma casa duas pessoas com visões muito negativas de si mesmas e que o mostram de formas opostas.

Nós ouvimos à pouco no filme “O Garanha sempre foi muito soberbo, tem a mania...”, vocês tão a ver o mecanismo compensatório. Portanto, eu sou tão ruim, tão mau, que eu tenho necessidade de exagerar e a me comportar de uma maneira para me convencer a mim mesmo que sou bom, quando na verdade eu não tenho esta noção de mim mesmo.

Nas mulheres é mais fácil de compreender isto, elas demonstram mais claramente que se sentem inferiores, mas nos homens é exatamente isto que acontece. Eles demonstram-no de forma contrária. Claro, muitas vezes associado a crenças culturais, de que o homem é que tem de sustentar a casa, que a mulher é que tem de ser submissa, que não pode ir trabalhar e se trabalhar o marido é que tem de gerir o dinheiro... e isto influenciam ambos os lados, novamente.

Ou seja, vocês imaginem o agressor com aqueles padrões típicos que nos conhecemos: agressivo, que ameaça e que é inseguro, sim porque, se não, não havia o controlo e o ciúme. Porque a ideia que os agressores têm, muitas vezes, é que são tão reles, tão reles que elas vão olhar para um homem e sair de casa, quando na verdade o que causa muitas vezes o afastamento da vítima são esses comportamentos de controlo e de ciúme constante. Mas vejam lá a noção de inferioridade que estes os homens têm para terem esta necessidade de controlarem e limitarem o espaço onde elas vão. A crítica, o controlo, o ciúme, a humilhação, como a gente viu vários exemplos há bocado, são tudo comportamentos que advém de se sentirem inferiores.

Da vítima, o mecanismo é confirmatório, ou seja, ela comporta-se de acordo com o que sente acerca de si mesma: tem que ser submissa, tem de se sacrificar constantemente e “carrega a cruz, a gente tem que amanho”, são dependente do companheiro, dependência essa que raramente é económica. Em muitos casos, não é económica, é funcional. “Eu sou dependente dele porque ele é que me vai às compras, porque ele é que me trata das finanças, é por isto... e eu sou muito incompetente, eu não valho nada, eu não sei fazer nada”. Cá está, visão mais intrínseca outra vez.

Os comportamentos e atitudes de vitimização são outra forma de mostrarem que se sentem como um trapo. Por exemplo, mostrarem-se cansadas, desanimadas, vencidas, sim porque isto é uma vivência muito complicada. Por fim, também acontece, ao contrário do que muitas pessoas possam pensar, elas também serem

agressivas. O problema é que nós pintamos um quadro de vítima como “ai coitadinha... parece uma Nossa Senhora, em constante penitência”. Elas muitas vezes também se revoltam e acabam por instigar a própria violência, para quê? Para, inconscientemente, confirmarem a visão negativa que tem delas próprias.

Basicamente junta-se a “fome à vontade de comer”. Porque quanto mais o agressor agride, mais ela se convence que não vale nada e que tem que fazer aquilo que ele quer e manda, porque se ela responder vai ser pior para ela. E quanto mais ela mantém estes comportamentos de submissão, mais dá razão ao agressor para continuar a bater, porque de fato “é isto que eu tenho que fazer para a meter na linha”.

Vocês entendem como isto pode ser uma espiral muito grave e muito complicada? Porque, de fato, tem mais a ver com aquilo que nós sentimos no nosso íntimo, naquilo que é pessoal, que faz parte da nossa história de vida do que propriamente das razões que estão à volta e que podem, sim, de alguma maneira promover, mas não justificam.

Por estas razões é que trouxe este quadro, porque de alguma forma tudo isto, todas estas vivências que são de fato complexas, tem consequências que vão muito para além que é normalmente expresso em campanhas sobre os maus-tratos, em que apenas é retratado o mal-estar físico.

As vítimas por norma têm problemas de sono. Porquê? Vocês metam-se na pele de uma mulher que não sabe em que condição é que o marido chega a casa. Nós, às vezes por razões bem mais simples, não dormimos. Claro que ficam cansadas, porque e o medo e a ansiedade é uma constante na vida destas mulheres e isso não as permite descansar.

A baixa auto estima, o não se cuidar, a sua autoimagem muito negativa.

A vergonha. Por é que isto a violência doméstica é mantida tantas vezes em segredo. Para as vítimas, pelas razões ditas atrás, muitas vezes é difícil admitir, não que a relação falhou, mas que ela falhou na relação e isto é o que torna mais penoso. Sim, elas acabam por arcar muitas vezes com culpas que para nós pode não fazer sentido, mas é o que eu costumo a dizer, elas cingidas àquela realidade, uma mentira dita muitas vezes, num instante se transforma numa verdade. “Porque eu sei que ele gosta do jantar pronto às sete. Eu atrasei-me cinco minutos, a falha foi minha”, quando na verdade não lhe dá esse o direito de a agredir. Falhar, toda a gente falha.

A tristeza e a depressão. O desespero e o isolamento, porque faz parte da estratégia do ciúme e do controlo, para limitar as fontes de apoio e basicamente para dificultar a saída de casa.

Ou seja, a verdade é que muitas destas mulheres vítimas são vencidas pelo cansaço. Para além de envolvidas naquelas dinâmicas todas, são vencidas pelas consequências que a própria violência tem. Resumindo, a violência contra a mulher é um quadro complexo e a nós às vezes temos tendência de omitir aquilo que é mais intrínseco, fazendo com que a nossa compreensão do assunto seja limitada.

Vamos agora ver como é que se processa com as crianças, nas nossas camadas mais jovens.

A APAV acompanhou de 2000 a 2011 9 650 crianças e adolescentes vítimas de violência. Em 2013 foram 974, que dá em média quase três crianças por dia sinalizadas como vítimas de violência. Imaginem os casos que a gente não sabe ou que ainda não sabemos.

A nível dos crimes mais comuns, o padrão é muito semelhante à das mulheres. Primeiro os maus tratos psicológicos e depois os físicos. Inclusive, em 2011 houve um homicídio tentado. Portanto, vocês imaginem: tentaram matar uma criança dentro do seu próprio lar e no ano anterior houveram dois homicídios consumados.

Portanto, é uma realidade grave a que estas crianças estão, muitas vezes, sujeitas até diretamente.

E para não variar, lá trago eu mais um pequeno vídeo para nós percebermos melhor a perspectiva das crianças vítimas de violência doméstica.

As crianças, muitas vezes, neste tipo de ambientes são consideradas, na minha opinião pessoal erradamente, as vítimas secundárias, quando na verdade presenciam e isto acaba por ser tão grave mesmo que não sejam as vítimas direitas da violência. A própria APAV faz uma distinção... que há as testemunhas da violência, que de alguma maneira, ou presenciam as agressões que existem no casal, ou vai para casa da vizinha, volta, mas vê a mãe num estado lastimável... Portanto, mesmo que não presencie percebem claramente que alguma coisa de errado se passou ali.

Há também, muitas vezes, que nem sempre a gente compreende, mas que acontece com frequência, é o usar as crianças como instrumento de violência. Não é só recorrer às crianças no sentido de incentivar à resolução dos problemas pela violência, é muitas vezes usar os próprios filhos para atingir o outro. Por exemplo, os pais que utilizam os miúdos contra a mãe, para fazê-la duvidar das suas consequências, para agredi-la e massacrá-la. Apesar de serem eles a fazer o mau comportamento, na verdade estes miúdos estão a ser quase uns bonequinhos de trapo aqui no meio.

E claro que temos as vítimas diretas. E estas é que são consideradas diretas, quando na minha opinião, todos os outros cenários são tão graves como este último e isto aqui não tem de ser necessariamente só a violência física, a psicológica também acontece e mais ou menos nas mesmas proporções.

Vamos agora tentar entender um bocadinho a realidade destas crianças.

Estas crianças têm pais como agressores que normalmente são muito ausentes, não passam muito tempo em casa. Quando passam, às vezes, até se aborrecem com a presença dos miúdos e querem que eles saiam dali. E quando estão, muitas vezes, são controladores, são autoritários e usam estratégias de resolução de problemas baseadas na violência, que dá aquela ideia de que os problemas se resolvem assim. Os pais agressores são também muito pouco consistentes por causa disto: tanto não estão, como quando estão são agressivos e exercem este tipo de controlo e usam, muitas vezes, como eu disse à bocado, os filhos como instrumentos da violência.

Por outro lado, temos a outra figura parental que é a vítima. Que oscila, muitas vezes, entre a permissividade, pois devido à violência que estão sujeitas não estão disponíveis para exercer o seu poder maternal, e a agressividade, muitas vezes, porque o próprio clima não permite estas estabilidade, não permite o ambiente que estas mães precisam para que cuidem devidamente destes filhos.

Se bem que, por norma, as mães tentem proteger os filhos ao máximo. Mas, muitas vezes, até involuntariamente, permitem a parentificação, ou seja, que estes miúdos acabem por arcar com competências e com vivências que são da responsabilidade dos adultos, como a proteção, como o fazer a alimentação para os irmãos, por exemplo, quando à partida isto seria uma responsabilidade dos pais e não destes miúdos.

Isto faz com que alguns autores refiram que isto pode resultar num trauma relacional. Por quê? Porque isto é a mesma história que eu dizia à pouco: a insegurança e a instabilidade são causadas por aqueles que deviam dar segurança e estabilidade. Isto dá a sensação a estes miúdos que o mundo é instável, de que o mundo é perigoso, de que os outros não gostam deles, que os outros magoam. Claro que isto acaba por ter consequências ao nível do comportamento, que é esta parte que nos chega, que nós nem sempre compreendemos, mas que tem normalmente esta realidade como base.

As crianças vítimas de violência doméstica são miúdos extremamente inseguros. São crianças que nós não percebemos quando estão bem, quando estão mal e, muitas vezes, quando estão zangados não percebe muito bem quando é que aquela raiva vai acabar, parece que é tipo rastilho de fósforo.

Muitas vezes regridem. Comportam-se como crianças mais pequeninas, começam a usar fralda, voltam a usar o biberão...

Muitas vezes negam a violência de todo ou o seu impacto. Que é quase “eu não quero falar sobre isso. Já vi o suficiente, eu não vou estar a falar outra vez sobre isso”. E isto é uma questão de proteção também.

A agressão como forma de relacionar, como aprendizagem destes papéis violentos, que pode ser no papel de vítima ou no papel de agressor.

E muitos destes miúdos, não só na idade mais pequenina, como na idade adulta, muitas vezes, transportam sintomas da perturbação do *stress* pós traumático. As insónias, os medos, os pesadelos, a ansiedade e isso, muitas vezes, é transportado, inclusive, para a própria vida adulta.

Isto são apenas algumas das consequências deste tipo de ambiente, deste tipo de vivências.

Graças a Deus muitos estudos têm já feito a avaliação da resiliência, ou seja, da capacidade da criança, mesmo num ambiente hostil, manter uma capacidade de ajuste e de adaptação ao ambiente em volta.

Trouxe este estudo que diz que esta capacidade de resiliência acontece é 1/3 dos rapazes e 1/5 das raparigas expostos a violência não demonstram sintomatologia a nível clínico. Seja lá qual for a percentagem, o importante é que elas existem, mas claro que para que isso aconteça, alguma coisa tem que contribuir para esta capacidade e há fatores de proteção que os próprios estudos indicam, por exemplo, o temperamento dócil ou tranquilo da criança. A criança ter uma boa capacidade cognitiva, inteligência. A presença de um adulto significativo, quer seja ele da família ou fora da família que de alguma maneira promova a resiliência, ou seja, que fomente as capacidades. É importante a existência de um adulto, alguém que, de alguma maneira, fomente as boas capacidades que elas têm e as incentive a não replicarem esses comportamentos.

Também contribui para a resiliência uma atitude parental competente de pelo menos um dos pais ou então alguém que exerça esse papel neste sentido. Por norma são as mães.

O apoio da família alargada, principalmente se houver alguma fuga ou mesmo para proteger os miúdos desta tal realidade, apesar deles perceberem que isto acontece.

A ruptura do tal ciclo da violência que eu falava à atrás. O autor defende que, após a separação, quer seja por intervenção de quem for, isto pode acabar ainda com as pessoas em união.

O apoio de um grupo de pares socialmente ajustável. Ou seja, a criança ter um grupo em que está inserida, mas que também fomente as boas práticas e não, como nós ouvimos muitas vezes, aos consumos e este envolvimento em práticas desviantes.

Os limites claros entre o sistema conjugal, ou seja, entre pai e mãe e o filial, pais-filhos. Uma coisa é o conflito entre o casal e outra coisa é o conflito dos filhos. Se isto for bem separado, mesmo que haja esta realidade, é mais simples para proteger. Ou seja, nem todos os filhos de agressores são agressores também no futuro, há esta capacidade de resiliência que nós também podemos ter este papel. Quando diz um adulto significativo que promova resiliência não tem que ser uma pessoa da família. Pode ser uma pessoa de fora do agregado familiar. Muito do trabalho que às vezes é feito quando estas crianças são adultas é exatamente buscar uma figura no passado que de alguma maneira tenha feito com que se sentisse valorizada, segura, estável. Para quê? Para que haja uma resolução deste conflito, para que a pessoa possa seguir com a sua vida, não é? Portanto, nós às vezes queremos desresponsabilizarmo-nos um bocadinho disto, mas nós podemos ter um papel ativo esta questão.

Passando agora à pessoa idosa. Vai ser a população que eu vou falar menos, mas só para vocês terem uma noção. De 2000 até 2012, mais de 80% dos crimes cometidos contra a pessoa idosa foram de violência doméstica e foram maioritariamente cometidos pelos filhos ou então pelo marido ou mulher, portanto, cônjuge.

Em 2013, 674 pessoas idosas foram vítimas de violência doméstica, ou seja, dois idosos por dia. Os crimes mais comuns são sempre os mesmos: psicológicos, físicos e houve dois homicídios tentados e um não consumado em 2011, dois tentados em 2012.

As dinâmicas são mais ou menos sempre as mesmas daquelas que eu falei da mulher. Para mim, nesta questão há aqui alguns fatores que acabam por ser mais agravantes, ou seja, nesta população existem mais alguns fatores a ter em conta e que se afiguram como desafios a denúncia para além daqueles todos que eu já tinha referenciado.

Algumas destas pessoas dependem, quer seja de forma parcial ou total, do agressor para cuidados básicos. É quem lhe vai buscar a alimentação, é quem lhe faz a higiene, é quem lhe vai buscar a medicação... e vocês imaginem como é que eu vou fazer

queixa de uma pessoa de quem eu dependo para me prestar esses cuidados. Ou seja, torna mais difícil a denúncia, assim como o conhecimento e o acionamento das prestações sociais e dos recursos sociais.

Algumas das vezes os idosos mantêm uma relação de parentesco com o agressor, ou seja, vimos há pouco que a grande maioria dos agressores são os filhos, ou seja, com quem temos uma relação de sangue. Muitas vezes nem há a denúncia porque muitas delas são mulheres e culpam-se porque “se ele me trata assim é que a culpa também foi minha, porque eu não o sobe educar como deve ser”. E é mais uma razão para não denunciar e para não se saber destas questões.

Há maior dificuldade de recuperação após lesão, quer seja uma lesão física ou mesmo psíquica. São pessoas que começam de alguma maneira, devido à idade, a ter mais alguma dificuldade nesta recuperação, e a presença ou ausência de demência acaba por camuflar a violência.

Isto tem muito a ver com os preconceitos que ainda temos associados à idade, porque se tem demência, e está provado que tem demência, se a pessoa diz, nalgum dos momentos de lucidez, que está a passar estas coisas, nós colocamos em causa. “Está a fantasiar? Isto não está mesmo a acontecer? Isto não é bem assim”.

Pegando um pouco no que o Pedro estava a dizer, na questão da alteração social que nós estamos a presenciar, de que temos uma população cada vez mais envelhecida, e se nós sabemos que temos cada vez mais idosos e estas razões as impedem de fazer a denúncia, é alarmante. Porque se a maioria da nossa população é idosa e a gente nós não conhecemos a maioria dos casos, não se aciona as respostas. Por isso, esta questão é para pôr a pensar um bocadinho sobre estas questões.

Por fim, vamos ao homem vítima, que ainda é aquele “bicho papão” que não se percebe muito bem “como é que um homem se deixa ser vítima de violência doméstica?”.

O Relatório Anual da APAV diz que em 2013, 1444 crimes denunciados à APAV correspondem a violência doméstica perpetrada contra os homens. Portanto, mais de 16%.

Na Direção Regional da Administração Interna, em 2012 as relações em que a vítima era do sexo masculino e o agressor do sexo feminino, vocês podem ver 11% e 9% eram de relações passadas ou atuais. Os restantes casos tiveram a ver com relações familiares. Mas claramente em 20% dos casos, era a mulher ou namorada ou companheira a agredir o companheiro.

E eu vou trazer o meu último vídeo, que é para não variar, mas eu acho que torna claro para nós percebermos de alguma maneira porque é que isto acontece.

Ok. Isto é exatamente aquela questão que é muito sensível “como é que há homens em que isto acontece?” Eu não sei se algum de vocês reparou, mas quando o senhor relata o que sentiu, as dinâmicas são muito semelhante às que vimos quando falei na violência contra a mulher, ou seja, há na mesma dependência funcional e a desculpabilização... portanto, as dinâmicas acabam por ser muito semelhantes, só que novamente esta é uma população em que há aqui um acréscimo de dificuldade na denúncia.

Há um estudo feito pela Dra. Andreia Machado, da Universidade do Minho, que foi feito a adultos do sexo masculino, com mais de 18 anos, acerca de comportamentos abusivos nos últimos 12 meses. 70% dos homens disseram que foram vítimas de algum comportamento abusivo nos 12 meses. Apenas 9 se afirmaram como vítimas.

Há um vídeo muito engraçado que vi ontem no *Facebook* que mostrava muito bem as reações das pessoas na rua a um homem a agredir a uma mulher. A maioria era agressão verbal mas também havia alguma violência física. Depois aparece o mesmo cenário invertido, em que as mesmas atitudes eram feitas por uma mulher. A reação das pessoas é completamente diferente: da mulher chegaram-se logo para ajudar, no caso do homem desataram a rir. Pensemos nestas reações, porque dá que pensar. Porque quando é que com uma mulher, há sempre alguém que chega lá e diz “mas o que é que se passa contigo? Olha que se continuas a fazer isso à tua namorada eu faço queixa”, com o homem as pessoas riam-se. Porquê? Porque nós não somos coerentes. Porque com a mulher tentamos afastar, mas no caso do homem, incentivamos a que ele se defenda através da força física? Pois, o problema é que se ele lhe pregar um murro, por exemplo, ela pode ir à PSP dizer que é vítima. Foi exatamente o que aconteceu no filme.

Portanto, nós próprios temos que mudar esta mentalidade. Quer dizer, para a mulher é violência numas coisas, para o homem já não é? Porque é que para o homem nós próprios incentivamos a que ele recorra à violência que nós mesmo achávamos reprovável? Não faz muito sentido e muitas vezes tem de partir de nós, pois só nós podemos alterar a nossa própria mentalidade.

Neste mesmo estudo, 60% admitiu ser vítima de agressões psicológicas que tinham impacto na sua saúde mental. Só 23% pediram ajuda. Ou seja, há claramente aqui razões que tornam mais difícil aos homens assumir que são vítimas deste crime. Nomeadamente, a questão da feminização da violência doméstica. Nós quando

pensamos no crime de violência doméstica pensamos, automaticamente, mulher vítima, homem agressor. Excluimos todas as outras realidades que nós já falamos até agora, inclusive a do homem ser a vítima.

O receio de ser desacreditado e envergonhado, apesar de estar presente nas mulheres, é ainda mais marcante nos homens. Vocês imaginem chegar um homem ao pé de vocês e dizer assim “eu sou vítima de violência doméstica”. Quer dizer, se nós próprios não mudarmos este paradigma, é difícil de ajudar alguém que vem com este padrão.

Há muitas vezes o medo da reação da agressora, que pode não ser das agressões físicas, mas também pela parte mais psicológica, da perda da relação, de errar nesta relação... exatamente as mesmas características das mulheres vítimas que falamos há pouco. Portanto, é porque há de fato esta dependência do outro, que é muitas vezes funcional.

A vergonha de exporem as fragilidades a outra pessoa e alguns homens ainda têm esta dificuldade por natureza, porque ainda há na nossa sociedade algumas visões muito machistas. “Os homens não tem que pedir ajuda, resolvem sozinhos”. Não faz dele menos homem por ter um problema e pedir ajuda, mas nós ainda conseguimos, muitas vezes, incentivar a este tipo de postura ao dizermos coisas como “agora vais fazer queixa porque levas umas chapadas da mulher? Isso é uma vergonha”. Se fosse uma mulher, não desvalorizávamos desta maneira. Se fosse a mesma situação ao contrário, não dizíamos isso.

Portanto, há de fato um descrédito deste tipo de realidade e claro que ainda é pior se nas primeiras tentativas de pedidos de ajuda não foram bem atendidos. Isto acontece com as mulheres também. Estudos provam que as mulheres que se dirigiram à PSP e não foram acreditadas ou foram mandadas embora, é muito mais difícil de fazerem um segundo pedido, porque a primeira experiência não foi boa. Com os homens é exatamente a mesma coisa, com acréscimos das outras questões todas acima.

Ou seja, é uma realidade complicada que abarca muitos grupos. Por acaso tive pena de não poder falar disso mas por questões de tempo não dava, de abordar a violência nas relações homossexuais, que já é uma realidade que começa a ser mais falada e ainda bem. E quem diz estas realidades diz outras, pois existe uma grande variedade de grupos vítimas de violência doméstica.

Mas para terminar, cito uma frase do Dante Alighieri, que eu gosto muito, que se aplica à violência doméstica mas que eu acho que acaba por se aplicar à nossa vida em geral.

“Quem és tu que queres julgar, com olhos que só alcançam um palmo, coisas que estão a mil milhas?”

Ou seja, nós temos esta tendência constante. Nós só vemos a capa, vemos o comportamento, o resultado final, as consequências e esquecemos que esta pessoa é uma pessoa que tem vivências, tem dores, tem mágoas e é única. E isto, claro que é importante na violência doméstica, mas é na nossa vida também... é quase como uma lição de humildade. É aprender que de alguma maneira nós devemos respeitar toda a gente, independentemente das nossas opiniões e julgamentos.

Obrigado a todos pela vossa presença.

## SESSÃO DE ENCERRAMENTO

EZEQUIEL ARAÚJO

VEREDOR DO PELOURO DA AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, DESPORTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Sim senhor. Boa tarde.

O dia já vai longo.

Maiο, o mēs da família, teve uma primeira atividade coordenada pela Marina Laforge, no *Facebook*, através de fotografias.

Maiο, o mēs da família teve uma segunda atividade com a colaboração das escolas que foi os cartazes, que ainda há pouco, digamos, falaram ali com o Roberto no intervalo e que estão espetaculares, com uma ficha de caracterização de cada um. Quero dar os parabéns quer às professoras, quer às nossas técnicas que montaram a exposição.

Esse seminário, bem bom que mudamos a data, porque era para ser a 16, depois passou para 31. É a cereja em topo do bolo para encerrar Maio, o mēs da família.

Quero agradecer em nome do Município a todos os presentes, aos preletores que estiveram aqui, aquelas que não viram na parte da tarde. A todos eles...de manhã, também foram excelentes participações.

Portanto, quero agradecer em nome do Município.

Agora chamava aqui a Cristina e a Leonor aqui para o meu lado. Foram, digamos, as labregas deste trabalho. Isto começou em meados de abril. Deram a ideia, nós aceitamos. A ideia foi da Leonor e da Cristina. Portanto, o Município teve intervenção nessa área com a nossa presença. Nós estamos abertos em todas as áreas. Quero agradecer o trabalho que elas fizeram.

Nós no Município temos tido a felicidade de trabalhar com técnicos de excelente gabarito. De jovens, estagiários. A Leonor é Estagiária L, que tem apresentado trabalho, trabalho meritório. A mim só me preocupa o futuro destes jovens todos que tem regressado à nossa ilha e depois não tem nos seus horizontes grandes possibilidades de emprego. Espero que a questão se inverta.

Eu próprio tenho tido, por um lado a felicidade de trabalhar com estagiários I de excelente qualidade. Por outro lado é uma felicidade, por outro lado é uma carga de

trabalhos porque estão me sempre a chatear, sempre a dar ideias, sempre a picar os miolos.

Portanto, eu queria chamar aqui, quebrando o protocolo, para entregar à Família Duarte. Agradecia a Marina que entregasse...que viesse aqui a cima e entregasse à família Duarte aqui o diploma. Foi a família que venceu.

Esta atividade consistiu... para quem não está dentro do assunto, a Cristina vai explicar.

## **CRISTINA MOREIRA**

ORGANIZADORA DAS ATIVIDADES INSERIDAS NO DIA INTERNACIONAL DA FAMÍLIA

Para quem não está dentro do assunto, a atividade do *Facebook* foi a seguinte.

Uma vez que o *Facebook*, tal como foi referido aqui, é um mundo hoje em dia, para o bem e para o mal. Conseguimos uma excelente colaboração com a Marina Laforge e tentamos, para além das escolas e das instituições da ilha, tentamos ser o mais transversais possível e tentar perceber que opinião é que todas as pessoas da ilha têm sobre o tema família.

Para chegar a outro tipo de público. O público que não está na escola e não está nas instituições criamos um passatempo no *Facebook* onde as pessoas puderam partilhar uma fotografia de família e uma pequena reflexão sobre aquilo que é a família para elas.

Tivemos doze participações. Dessas doze tiveram em votação vários dias para as pessoas votarem, se gostam ou não. Destas doze foram selecionadas as cinco com mais quantidade de gostos.

Reuniu-se um júri de cinco pessoas entendidas na matéria: na fotografia e houve uma votação e daí o resultado final a família Duarte ganhou. Por acaso foi a família que teve mais gostos no *Facebook* e por acaso foi a pessoa que teve mais gostos no júri presente.

Pronto. Desde já, agradeço mais uma vez a colaboração da Marina e esperamos que isto seja uma porta aberta para novas parcerias. E espero que a família faça uma excelente sessão fotográfica com a Marina Laforge.

Obrigada.

**EZEQUIEL ARAÚJO**

VEREDOR DO PELOURO DA AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, DESPORTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

Posto isso, é hora de encerrar. Sei que estávamos aqui mais umas horas a falar de coisas da ilha, mas, como costuma dizer o Roberto noutras alturas “a festa vai acabar” e para o ano esperamos estar cá com outro assunto.

Boa noite.



# **ANEXO**

SENSIBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR E  
INSTITUCIONAL DA ILHA DE SANTA MARIA



EB1/JI D. ANTÓNIO DE SOUSA BRAGA



**Ano de Escolaridade**

Pré-escolar

**Responsável pela Atividade**

Prof. João Ferreira

**Total de Participantes**

Masculino

9 alunos

Feminino

6 alunos

**Grupo Idades**

Masculino

3 anos – 6 anos

**(min. – máx.)**

Feminino

3 anos – 5 anos

## EB1/JI DO AEROPORTO



<b>Ano de Escolaridade</b>		1.º Ano
<b>Responsável pela Atividade</b>		Prof.ª Florbela Cunha
<b>Total de Participantes</b>	Masculino	6 alunos
	Feminino	13 alunos
<b>Grupo Idades (min. – máx.)</b>	Masculino	6 anos – 7 anos
	Feminino	6 anos – 7 anos

## EB1/JI DE SÃO PEDRO



**Ano de Escolaridade**

2.º Ano

**Responsável pela Atividade**

Prof.ª Celeste Cerqueira

**Total de Participantes**

Masculino

Sem informação

Feminino

Sem informação

**Grupo Idades**

Masculino

Sem informação

**(min. – máx.)**

Feminino

Sem informação

## EB1/JI DE ALMAGREIRA



**Ano de Escolaridade**

3.º Ano

**Responsável pela Atividade**

Prof. José de Melo

**Total de Participantes**

Masculino

4 alunos

Feminino

4 alunos

**Grupo Idades**

Masculino

8 anos – 10 anos

**(min. – máx.)**

Feminino

8 anos – 10 anos

## EB1/JI DE VILA DO PORTO



<b>Ano de Escolaridade</b>	4.º Ano	
<b>Responsável pela Atividade</b>	Alunos das turmas do 4.º ano	
<b>Total de Participantes</b>	Masculino	17 alunos
	Feminino	15 alunos
<b>Grupo Idades (min. – máx.)</b>	Masculino	9 anos – 11 anos
	Feminino	9 anos – 11 anos

## ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA MARIA



**Ano de Escolaridade**

5.º Ano

**Responsável pela Atividade**

Prof.ª Isaura Chaves | Prof. João Sequeira

**Total de Participantes**

Masculino

11 alunos

Feminino

11 alunos

**Grupo Idades**

Masculino

10 anos – 12 anos

**(min. – máx.)**

Feminino

10 anos – 12 anos

## ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA MARIA



**Ano de Escolaridade**

7.º Ano

**Responsável pela Atividade**

Prof.ª Branca Souza

**Total de Participantes**

Masculino

1 alunos

Feminino

4 alunos

**Grupo Idades**

Masculino

12 anos

**(min. – máx.)**

Feminino

12 anos

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA MARIA



**Ano de Escolaridade**

8.º Ano

**Responsável pela Atividade**

Prof.ª Paula Rocha

**Total de Participantes**

Masculino

0 alunos

Feminino

2 alunos

**Grupo Idades**

Masculino

-

**(min. – máx.)**

Feminino

14 anos

## ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA MARIA



**Ano de Escolaridade**

9.º Ano

**Responsável pela Atividade**

Prof.ª Paula Rocha

**Total de Participantes**

Masculino

4 alunos

Feminino

7 alunos

**Grupo Idades**

Masculino

15 anos – 18 anos

**(min. – máx.)**

Feminino

15 anos – 16 anos

## ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA MARIA



**Ano de Escolaridade**

10.º Ano | 11.º Ano

**Responsável pela Atividade**

Prof.ª Rui Silva

**Total de Participantes**

Masculino

4 alunos

Feminino

7 alunos

**Grupo Idades**

Masculino

15 anos – 15 anos

**(min. – máx.)**

Feminino

15 anos – 16 anos

## CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS



<b>Instituição</b>	Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto	
<b>Destinatários da Instituição</b>	Pessoas com idade superior a 16 anos	
<b>Responsável Atividade</b>	Dr.ª Diana Ferreira	
<b>Total de Participantes</b>	Masculino	11 utentes
	Feminino	7 utentes
<b>Grupo Idades (min. – máx.)</b>	Masculino	26 anos – 60 anos
	Feminino	24 anos – 57 anos

## JARDIM DE INFÂNCIA MÃE DE DEUS



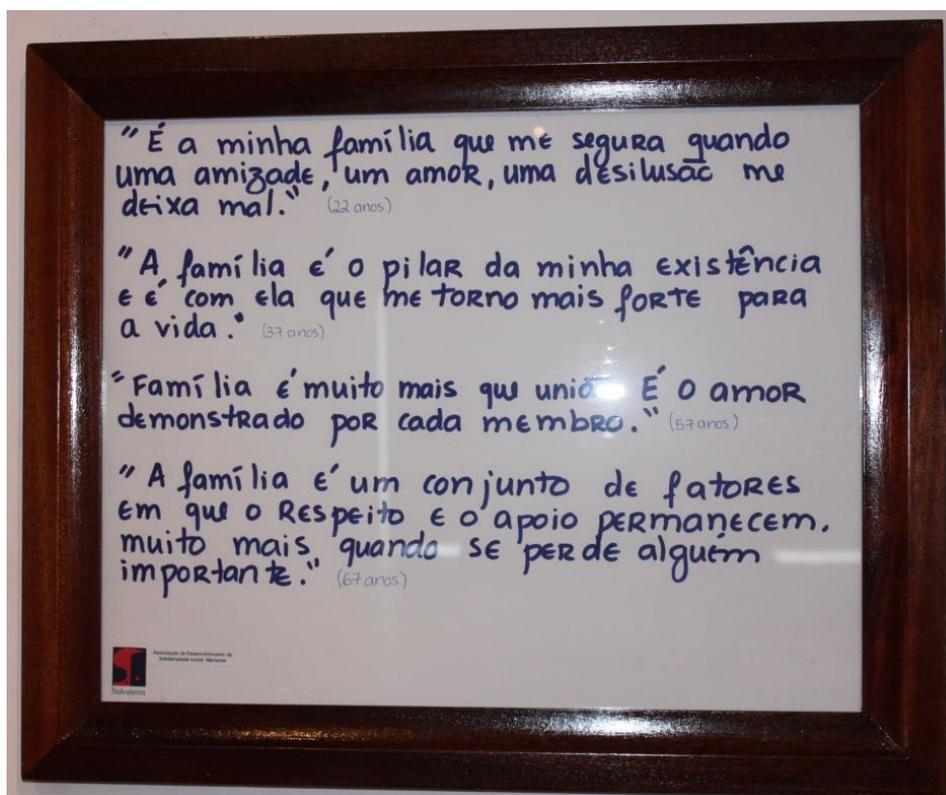
<b>Instituição</b>	Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto	
<b>Destinatários da Instituição</b>	Crianças	
<b>Responsável Atividade</b>	Prof. Helena Aguiar	
<b>Total de Participantes</b>	Masculino	5 utentes
	Feminino	3 utentes
<b>Grupo Idades (min. – máx.)</b>	Masculino	4 anos – 5 anos
	Feminino	4 anos – 5 anos

## ATELIER DE ARTES PLÁSTICAS



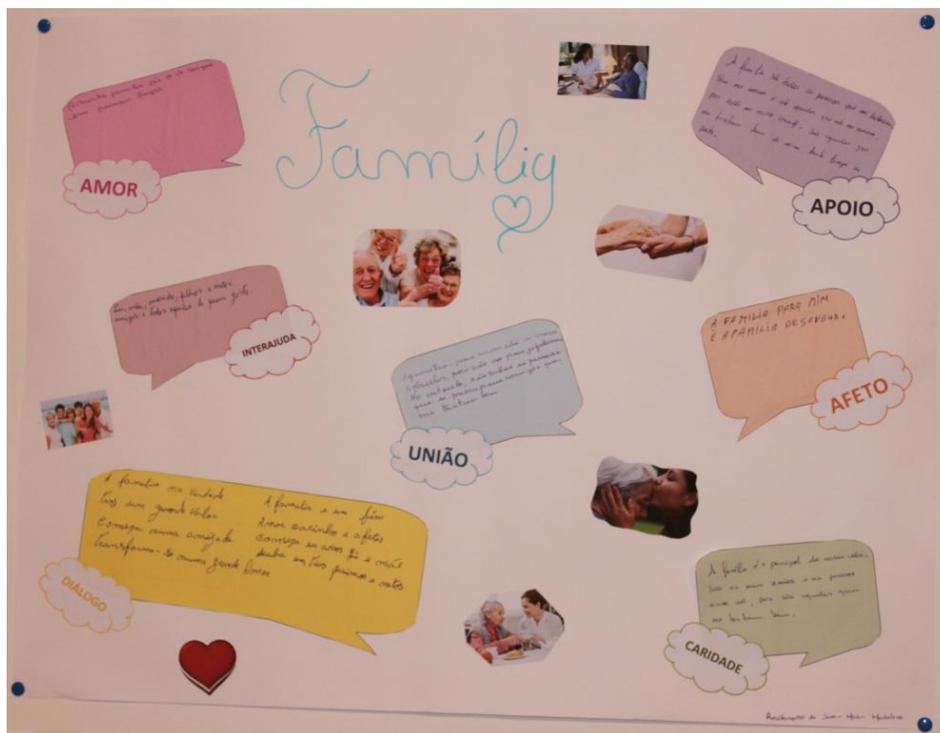
<b>Instituição</b>	Associação de Desenvolvimento da Solidariedade Social Mariense - Salvaterra	
<b>Destinatários da Instituição</b>	Utentes do Centro de Recursos Comunitários	
<b>Responsável Atividade</b>	Dr.ª Denise Castro	
<b>Total de Participantes</b>	Masculino	0 utentes
	Feminino	15 utentes
<b>Grupo Idades (min. – máx.)</b>	Masculino	-
	Feminino	19 anos – 67 anos

## ATELIER DE COSTURA



<b>Instituição</b>	Associação de Desenvolvimento da Solidariedade Social Mariense - Salvaterra	
<b>Destinatários da Instituição</b>	Utentes do Centro de Recursos Comunitários	
<b>Responsável Atividade</b>	Dr. <sup>a</sup> Vânia Chaves	
<b>Total de Participantes</b>	Masculino	0 utentes
	Feminino	15 utentes
<b>Grupo Idades (min. – máx.)</b>	Masculino	-
	Feminino	19 anos – 67 anos

## ESTRUTURA RESIDÊNCIAL PARA IDOSOS



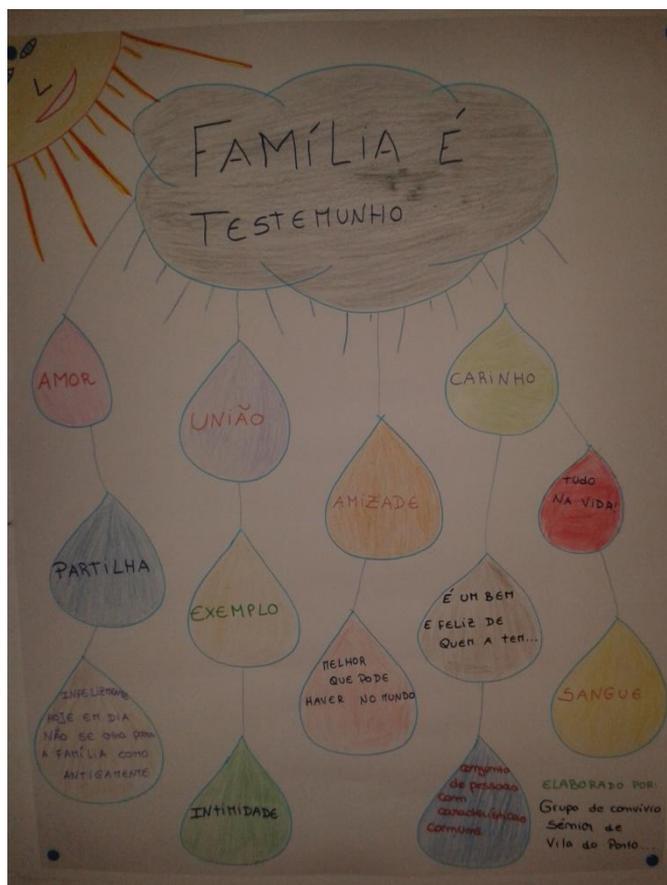
<b>Instituição</b>	Recolhimento de Santa Maria Madalena	
<b>Destinatários da Instituição</b>	Idosos	
<b>Responsável Atividade</b>	Dr. <sup>a</sup> Eliana Braga   Dr. <sup>a</sup> Joana Loura	
<b>Total de Participantes</b>	Masculino	2 utentes
	Feminino	5 utentes
<b>Grupo Idades (min. – máx.)</b>	Masculino	51 anos – 60 anos
	Feminino	65 anos – 87 anos

## GRUPO DE CONVÍVIO DA FREGUESIA DA VILA DO PORTO (GRUPO 1)



<b>Instituição</b>	Grupo Sênior de Santa Maria	
<b>Destinatários da Instituição</b>	Idosos	
<b>Responsável Atividade</b>	Dr. <sup>a</sup> Cristina Moreira	
<b>Total de Participantes</b>	Masculino	3 utentes
	Feminino	10 utentes
<b>Grupo Idades (min. – máx.)</b>	Masculino	61 anos – 78 anos
	Feminino	62 anos – 84 anos

## GRUPO DE CONVIVIO DA FREGUESIA DA VILA DO PORTO (GRUPO 2)



**Instituição**

Grupo Sénior de Santa Maria

**Destinatários da Instituição**

Idosos

**Responsável Atividade**

Dr.<sup>a</sup> Cristina Moreira

**Total de Participantes**

Masculino

8 utentes

Feminino

6 utentes

**Grupo Idades**

Masculino

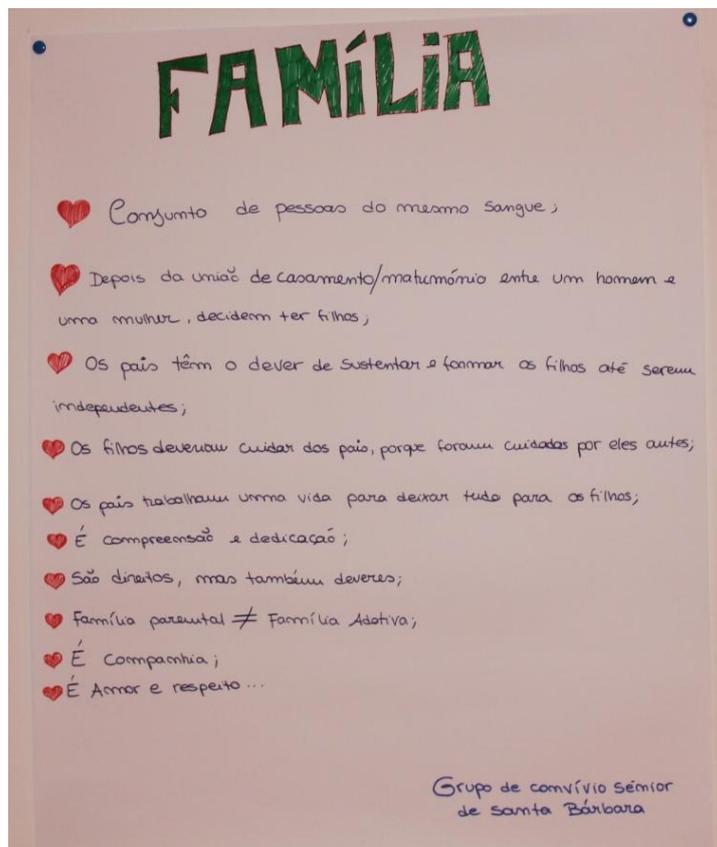
61 anos – 77 anos

**(min. – máx.)**

Feminino

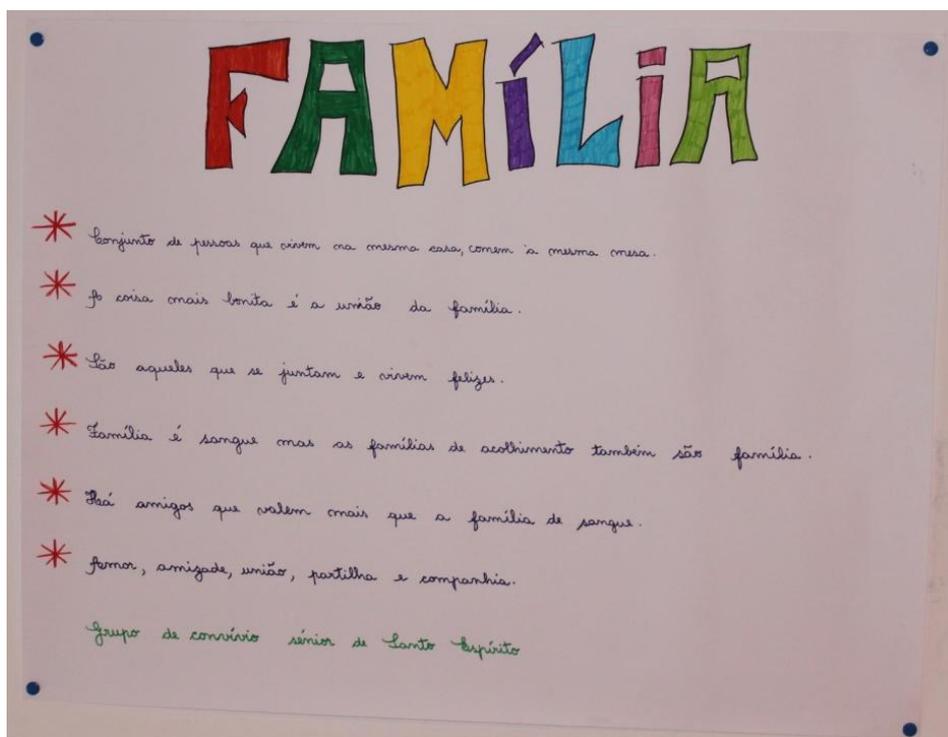
62 anos – 85 anos

## GRUPO DE CONVIVIO DA FREGUESIA DE SANTA BÁRBARA



<b>Instituição</b>	Grupo Sénior de Santa Maria	
<b>Destinatários da Instituição</b>	Idosos	
<b>Responsável Atividade</b>	Dr. <sup>a</sup> Cristina Moreira	
<b>Total de Participantes</b>	Masculino	3 utentes
	Feminino	1 utentes
<b>Grupo Idades (min. – máx.)</b>	Masculino	70 anos – 89 anos
	Feminino	71 anos

## GRUPO DE CONVIVIO DA FREGUESIA DE SANTO ESPIRITO



<b>Instituição</b>	Grupo Sénior de Santa Maria	
<b>Destinatários da Instituição</b>	Idosos	
<b>Responsável Atividade</b>	Dr.ª Cristina Moreira	
<b>Total de Participantes</b>	Masculino	0 utentes
	Feminino	12 utentes
<b>Grupo Idades (min. – máx.)</b>	Masculino	-
	Feminino	61 anos – 87 anos

## GRUPO DE CONVIVIO DE SÃO PEDRO E ALMAGREIRA



<b>Instituição</b>	Grupo Sénior de Santa Maria	
<b>Destinatários da Instituição</b>	Idosos	
<b>Responsável Atividade</b>	Dr. <sup>a</sup> Cristina Moreira	
<b>Total de Participantes</b>	Masculino	0 utentes
	Feminino	8 utentes
<b>Grupo Idades (min. – máx.)</b>	Masculino	-
	Feminino	67 anos – 86 anos

SEMINÁRIO FAMÍLIA (S) – UM OUTRO OLHAR

ATAS

Maio 2014

---

2015